



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1225/07	DATA: 16/8/2007
INÍCIO: 9h56min	TÉRMINO: 14h42min	DURAÇÃO: 4h44min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 4h43min	PÁGINAS: 115	QUARTOS: 57

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
CARLOS WILLLIAN - Deputado Federal.

SUMÁRIO: Oitiva do Sr. Deputado Carlos Willian, testemunha arrolada pela Deputada Solange Amaral, Relatora do processo instaurado contra o Deputado Mário de Oliveira.

OBSERVAÇÕES
A reunião foi suspensa e reaberta por 2 vezes. Há expressão ininteligível. Houve intervenção fora do microfone. Inaudível. Há falha na gravação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, havendo número regimental, declaro aberta a 14ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Encontram-se sobre as bancadas cópias das atas da 12ª e da 13ª reuniões.

Indago aos Srs. Parlamentares se há necessidade de leitura das referidas atas. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura das atas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Os que foram favoráveis à dispensa da leitura das atas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Os que forem favoráveis às atas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Ordem do Dia.

A presente reunião tem por finalidade a produção de prova testemunhal, com a oitiva do Sr. Deputado Carlos Willian, testemunha arrolada pela Deputada Solange Amaral, Relatora do processo instaurado contra o Deputado Mário de Oliveira.

Comunico a presença do advogado do Deputado Mário de Oliveira, Dr. Itapuã Prestes de Messias.

A respeito do depoimento da testemunha, tenho alguns esclarecimentos a fazer ao Plenário, de acordo com o que dispõe o art. 12 do Regulamento deste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

A testemunha prestará compromisso, e o depoente usará a palavra para as suas considerações iniciais. Será dada a palavra à Relatora, Deputada Solange Amaral, para as perguntas, que poderão ser feitas neste momento e a qualquer momento que entender necessário. Após a inquirição inicial, será dada a palavra ao representado, ou a seu procurador, pelo art. 12, incisos II e III.

A chamada para que os Parlamentares inquiram o depoente será feita de acordo com a lista de inscrição, chamando-se primeiramente os membros titulares deste Conselho e, em seguida, os membros suplentes. Será concedida aos Deputados não membros do Conselho a metade do tempo concedido aos seus membros.



O Deputado, quando usar a palavra, não poderá ser aparteado, e o depoente não será interrompido, exceto pelo Presidente ou pelo Relator.

Eu convido o nobre Deputado Carlos Willian para comparecer à Mesa, por favor. *(Pausa.)*

Inicialmente, ouviremos o Deputado Carlos Willian, que terá o tempo que quiser. Normalmente, S.Exa. deveria falar só 20 minutos, mas eu acho que S.Exa. tem o tempo que quiser. E, em seguida, então, ouviremos a Relatora.

Com a palavra o nobre Deputado Carlos Willian. *(Pausa.)*

Perdão, Deputado. Eu gostaria que V.Exa. assinasse este termo de compromisso, e vou ler para os Srs. Deputados:

“Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 5, de 2007 (Representação nº 12, de 2007), instaurado contra o Deputado Mário de Oliveira.

Sala das Reuniões, 16 de agosto de 2007.

Deputado Carlos Willian de Souza”.

Com a palavra o nobre Deputado Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Exmo. Sr. Presidente deste Conselho, Deputado Ricardo Izar; Exma. Sra. Deputada Relatora, Deputada Solange Amaral; meus caros colegas Deputados e membros deste Conselho de Ética; senhor advogado do Representante, Dr. Itapuã Messias; senhor advogado Silva Neto, advogado do PTC, autor desta representação; minhas senhoras e meus senhores, eu peço licença a todos e, como cristão que eu sou, iniciar as minhas palavras através de um versículo bíblico, onde, no Salmo 17, Davi pede a Deus que o proteja contra os seus inimigos, que confia na inocência e na justiça de Deus. E, no seu... no 8 e no 9 do mesmo Salmo diz o seguinte: *“Guarda-me como à menina do olho; esconde-me, à sombra de suas asas, Senhor, dos ímpios que me oprimem e dos meus inimigos mortais que me andam cercando”*. Diante dessas palavras de Deus, meus caros Srs. Deputados, senhoras e senhores, eu inicio a minha palavra dizendo que, a qualquer momento de tensão, de nervosismo, que é normal num



momento desses, em que eu proferir algumas palavras — que eu já pedi a Deus para me conduzir —, eu não quero atacar, não quero incriminar ninguém. O que eu quero é simplesmente trazer aqui, e ficar à disposição dos nobres membros deste Conselho, trazer a verdade, para que V.Exas. possam ter uma idéia de que aconteceu e de que está acontecendo. Então, as minhas palavras são só para poder auxiliar este Conselho. Não quero incriminar absolutamente ninguém, porque eu acho que este é o trabalho da Justiça, e este é o trabalho deste Conselho. Mas o que eu não posso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Relatora, é ficar parado, igual eu fiquei até o presente momento, onde disseram que tudo isso seria uma armação. E, antes que chegue o seu final, pode até ser que seja uma armação. Mas, a partir do momento em que a defesa começa a mostrar que foi uma armação e pega um ex-drogado, uma pessoa que não tem credibilidade nenhuma, que se apresenta espontaneamente à Polícia Federal, sem ser chamado, conforme relata o jornal, a imprensa do Estado de Minas Gerais; e se apresenta à Polícia Federal, e muda completamente o seu depoimento, onde antes, na Polícia de São Paulo, que ele foi preso em flagrante, lia-se *“Deputado Mário de Oliveira, Deputado Carlos Willian”*. Simplesmente fez uma inversão de nomes. Onde era *“Mário de Oliveira”* puseram *“Carlos Willian”*; e onde era *“Carlos Willian”* colocaram *“Mário de Oliveira”*. Portanto, Sr. Presidente, a partir daí eu vi que é uma armação, mas não uma armação contra o trabalho valoroso da Polícia de São Paulo, a quem eu rendo as minhas homenagens, mas também começa agora uma artimanha, feita pela defesa, para poder inverter esse jogo, coisa que, se eu fosse advogado do caso... E eu sou advogado; eu nunca orientei os meus clientes: *“Olha, tem de fazer a sua defesa”*. Mas nunca tentar incriminar as outras pessoas, a menos que aquelas pessoas realmente tivessem culpa. Portanto, Sr. Presidente, eu quero dizer para os senhores que a minha vida está ruim. A minha vida era uma vida tranqüila, que eu saía descalço pela rua, com meus 2 filhos de 4 anos de idade, que são gêmeos. Passeava com a minha esposa. Hoje, depois da prisão dessas pessoas em São Paulo, que eu lamento profundamente de a Juíza ter errado e não ter mantidos os presos... Podia, sim, declinar da competência, porque se tratava de 2 Deputados Federais. Mas ela deveria mantê-los presos e encaminhar o processo para Brasília. Aqui, sim, o Supremo ia tomar as considerações e as medidas necessárias.



Portanto, eu pedi proteção e hoje eu sou vítima. Mas, na verdade, estou como sendo condenado, porque estou preso. Vou para a minha casa na sexta-feira, não vou em lugar nenhum. Os meus filhos, os meus pais, a minha esposa, todos abatidos. (*Choro.*) Todos abatidos. Todos psicologicamente derrubados. Os meus filhos de 4 anos perguntam para mim: “*Papai, quem quer te matar?*” Tiveram que ser suspensos das aulas. (*Pausa.*) Desculpem. Portanto, Sra. Relatora, a minha vida está ruim; está ruim. Mudança de comportamento. E eu faço um apelo aos membros deste Conselho, ao Sr. Presidente e à Sra. Relatora: não estou aqui com o propósito de apontar ou de indicar quem é o culpado ou o responsável; não estou aqui pedindo pena de cassação; não estou aqui pedindo pena de prisão, mas o que eu quero, o que a sociedade brasileira quer, o que os meus amigos e a minha família querem, e para o bem deste Parlamento, é que os fatos sejam esclarecidos e elucidados. E para que isso aconteça, Sr. Presidente, nobre Relatora, eu sei que as responsabilidades dos senhores são muitas. Mas eu gostaria de pedir, encarecidamente, como colega de Parlamento, que se investiguem todas as provas, as menores provas possíveis, porque lá pode estar a verdade. Não essa verdade que estão falseando, que estão revertendo, que estão inventando, pelo que eu acompanho pelos jornais, mas a verdade mesmo. Eu gostaria que realmente isso fosse uma armação, porque aí eu teria certeza de que a minha vida não estaria em jogo. Mas, diante disso tudo, Sr. Presidente, Sr. Relator, indiferente, enquanto não provam que isso é uma armação, enquanto não provam quem é o culpado, em todas as matérias que eu li no jornal e que eu acompanhei na imprensa, a mais certa e a mais correta, Sr. Presidente, foi uma publicada na revista *ISTOÉ*, que até me constrange, mas eu tenho que mostrar o meu sentimento: “*Marcado para morrer*”. Eu peço ao senhor licença. Vou passar para os Srs. Deputados essa entrevista, dessa forma que foi feita no início. Vou passar para a Sra. Relatora. Eu me considero, enquanto não forem apurados os fatos, enquanto não for preso, ou enquanto não for absolvido, enquanto não forem elucidados esses fatos, eu me considero uma pessoa marcada para morrer. Portanto, eu me coloco à disposição dos Srs. Deputados, da Sra. Relatora também, do Dr. Itapuã, que tem o direito de me inquirir. Agora eu peço um favor: me inquirir tudo, aproveite a minha presença. A minha emoção já está passando. Mas inquirir tudo, pergunte tudo, não deixe nada sem



perguntar, porque, não que eu queira, eu preciso colaborar o máximo possível com este Conselho, para que nós possamos chegar à verdade dos fatos. Essas são as minhas considerações iniciais, Sr. Presidente, Sra. Relatora e senhores membros do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra a nobre Relatora, Deputada Solange Amaral, que fará as suas perguntas.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Podemos prosseguir, Deputado?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Pois não, Deputada, por favor.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - É claro que o Conselho de Ética tem que agradecer a presença do Deputado Carlos Willian, como já fez anteriormente com a presença do Deputado Mário de Oliveira, chamados, convidados para estar aqui, a partir da representação do PTC, apontando fatos, enfim, esses que são de conhecimento público.

Deputado, V.Exa. poderia fazer para nós um histórico do seu relacionamento com o Deputado Mário de Oliveira?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Pois não, Excelência. Eu o conheci antes, não como Deputado, mas conheci o Pastor Mário de Oliveira. Em 1982, eu morava na cidade de Ipatinga, interior de Minas Gerais, e o Pastor Mário de Oliveira era candidato a Deputado Federal. O meu pai era candidato a Vereador em Ipatinga, e eu coordenava a campanha de um Prefeito, ainda no início das minhas atividades políticas. E eu o procurei, propondo a ele que fosse à cidade. Eu iria fazer um trabalho para que ele pudesse fazer um culto e propus a ele apoiar o candidato a Prefeito que eu apoiava na época, que era do mesmo partido do meu pai. Ele prontamente aceitou, foi a Ipatinga. Meu pai perdeu a eleição, o candidato a Prefeito também perdeu a eleição, o Prefeito perdeu a eleição, o Deputado Mário de Oliveira ganhou a eleição. Na época, ele se candidatou — o Pastor Mário de Oliveira — a Deputado Federal; o Pastor Antônio de Araújo, a Deputado Estadual; e o irmão dele Vereador, hoje Deputado Antônio Genaro, também foi eleito Vereador. No dia da posse aqui em Brasília, eu recebi um telefonema na minha casa do Deputado Mário de Oliveira, dizendo que na igreja não tinha ninguém com competência para articular



a política dele e me convidou para vir trabalhar com ele em Brasília. Eu aceitei imediatamente vir para Brasília.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Se me permite, isso em janeiro de 1983?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É, em 1983, quando ele tomou posse.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor veio trabalhar com ele.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Vim trabalhar com ele e fiquei sendo, durante 2 anos, articulador político dele aqui em Brasília. Eu me lembro que houve um início de desentendimento nessa época, porque o Pastor Mário de Oliveira dizia que não gostaria de ser Deputado, gostaria de ficar no Estado, e que ele iria montar uma estratégia para pressionar o Governador na época, que era Tancredo Neves. E ele montou uma situação de subscrever um documento dizendo que ia renunciar ao mandato. Aí a imprensa foi toda para cima dele, aí ele disse que renunciaria porque queria ser Secretário de Estado do Governador Tancredo Neves, lá no Estado de Minas Gerais, como uma forma de pressionar o Governador Tancredo Neves. Como o Governador Tancredo Neves não deu atenção para ele, depois de ter alardeado isso nacionalmente, ele pegou e desistiu dessa idéia. Portanto, aí eu comecei a ver um pouco a personalidade do Pastor Mário de Oliveira. E continuamos a trabalhar juntos. Depois disso, eu fui indicado a vários cargos no Estado de Minas.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Desculpe, Deputado. V.Exa. disse: *“continuamos a trabalhar juntos”*. Quem lhe remunerava pelo seu trabalho?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - A Câmara dos Deputados. Eu era funcionário da Câmara dos Deputados.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor foi funcionário da Câmara dos Deputados de janeiro de 1983 até...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Uns 2 anos, mais ou menos, lotado no gabinete do Deputado Mário de Oliveira. Fazia todos os trabalhos do Pastor Mário de Oliveira.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Esses fatos de 1983 o senhor tem como comprovar?



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Quais fatos?

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Esses fatos que o senhor relata, relativos até ao Governador Tancredo Neves.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Olha, Deputada, eu não tenho como comprovar, mas se a senhora buscar a imprensa da época e os Deputados da época, todos eles vão mostrar que realmente aconteceram esses fatos. Todos esses fatos aconteceram. Foi até bom a senhora perguntar se eu posso comprovar. As coisas que eu digo aqui ou são coisas da história ou são documentos que eu posso comprovar. E saliento para a senhora que eu vou querer estar preparado, porque eu tenho certeza de que a defesa do Deputado Mário de Oliveira está prestando atenção nos mínimos detalhes e nos mínimos deslizes que eu faça. E a senhora pode ter certeza: não vai ser surpresa para mim se amanhã estiverem entrando contra mim neste Conselho de Ética com situações que não merecem atenção, mas justamente para tumultuar e tentar desclassificar essas investigações que estão em curso. Portanto, eu estou tendo a cautela suficiente para não dar motivos, porque, numa altura dessa dos acontecimentos, eu tenho certeza de que complicar este processo seria a melhora defesa. Passado isso, Sra. Deputada, nós fomos para Belo Horizonte, onde eu fui trabalhar no gabinete, para poder atender os eleitores em Belo Horizonte. Lá em Belo Horizonte trabalhei algum período. Depois eu fui trabalhar em alguns cargos públicos, por indicação do Deputado Mário de Oliveira. Uns 10 anos depois eu me afastei.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor pode citar alguns desses cargos públicos?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Posso. Eu fui Diretor de Administração e Finanças da EPAMIG — Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais. Eu fui Diretor de Desenvolvimento Florestal do Instituto Estadual de Florestas.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Todos órgãos do Governo do Estado?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Do Estado. Posteriormente, eu fui em nível nacional, Coordenador da Fundação Nacional de Saúde no Estado de Minas Gerais. Passada essa fase, eu me distanciei do Deputado Mário de Oliveira.



Foi quando, em 1997, ele ganhou as eleições internas da Igreja do Evangelho Quadrangular e foi ser o Presidente Nacional da Igreja do Evangelho Quadrangular. Aí ele me convidou e me contratou para eu ser o advogado nacional da igreja. Nesse período, como advogado nacional da igreja, houve a possibilidade de ele adquirir uma fundação, que teria a concessão de uma rádio FM. Em 1998, foi fechada essa transação, e eu fui convidado para ser o presidente dessa fundação, que é a rádio da igreja no Estado de Minas Gerais.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Deputado, o senhor falou “fechada essa transação”. Pode explicar isso?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Fechada a transação é a transferência da diretoria da fundação para uma outra diretoria.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Que fundação é essa?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Na época, chamava-se Fundação...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Não tem problema se não tiver o nome correto.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, eu tenho. Chamava-se Fundação Educativa Promove.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Promove?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Promove é um curso que tem escolas em Belo Horizonte.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O Deputado Mário de Oliveira passou a ser o presidente da fundação?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, quem passou a ser o presidente fui eu. A igreja era mantenedora da fundação.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - A Igreja do Evangelho Quadrangular?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - E o que tem a rádio com isso?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - A rádio é da fundação.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Até hoje?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Até hoje. A fundação depois passou a chamar-se Fundação Rádio Educativa Quadrangular.



A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - E até hoje é da igreja?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Até hoje é esse o nome. Eu fui o presidente dessa rádio, e conseguimos muito êxito, porque ela saiu de zero de audiência e passou a ser a segunda rádio mais ouvida dentro de Belo Horizonte. Em 2000, eu fui convidado para ser candidato a Vereador pela igreja, pelo Pastor Mário de Oliveira, devido a um programa que eu fazia na rádio. A minha imagem estava, vamos dizer assim, bem simpática aos eleitores ou aos ouvintes. A igreja convidou 2 candidatos a Vereador. Um já era Vereador, o Mohamed Rachid, o outro já tinha sido Vereador, e distribuíram a cidade de Belo Horizonte em 2 lugares. E ficou um lugar no meio que ficou em litígio. Quem fica com esse pequeno local? Foi onde o Pastor Mário de Oliveira falou assim: *“Olha, vamos fazer o seguinte: vamos aproveitar a oportunidade e lançar o Carlos Willian como candidato a Vereador neste pequeno lugar. Como a imagem dele está boa e ele pode se articular com outras denominações, podemos correr o risco dele ser eleito.”* Eu entrei como azarão. Na verdade, foi eleito um Vereador, o Mohamed Rachid, o outro perdeu, e eu fui eleito com uma quantidade bastante significativa de votos e passei a ser o Vereador da igreja. Em 2002, Sr. Presidente, Sra. Relatora, Srs. Conselheiros, o Pastor Mário de Oliveira lançou 2 Deputados Federais na Capital — candidatos — e 2 no interior, dando a prioridade para este candidato a Deputado do interior, que era Vereador na cidade de Ipatinga, chamado Pastor Antônio Carlos de Moraes. Ele se candidatou a Deputado Federal e eu me candidatei a Deputado Federal por uma parte de Belo Horizonte. O Deputado Antônio Genaro, que já era Deputado, se candidatou à reeleição, e se lançou outro candidato a Deputado Estadual. De novo, a minha prioridade era como azarão. Ocorre que, novamente, o azarão foi eleito com uma quantidade muito grande de votos. Tive uma votação expressiva de 111 mil votos. Por quê? Porque eu busquei apoio de outras denominações, obviamente com o consentimento deles. E o outro pastor, mesmo sendo bem votado, perdeu com 80 mil votos.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor fala do Pastor Antônio Carlos de Moraes?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Pastor Antônio Carlos de Moraes. E ele participava da mesma coligação da minha, porque nós usamos a estratégia que



quem votasse nele votava em mim; quem votasse em mim, votava nele, e seria uma estratégia eleitoral. Aí, Sra. Relatora, passou a eleição, fomos eleitos 2 Deputados Estaduais, um Federal e o outro perdeu. O Deputado Mário de Oliveira se lançou candidato Senador nessa época e perdeu a eleição para Senador. A partir daí, a igreja se reuniu e pediu que eu... A igreja não é a igreja. Eu gostaria de deixar bem claro que a igreja é uma igreja de Jesus Cristo, é uma igreja séria. Os seus pastores são sérios, os seus membros são sérios, os seus dirigentes são sérios. Quando eu falo igreja, é a cúpula da igreja, são as pessoas que definem essas situações, que também não deixam de ser sérias. Eu digo nessa situação política, porque os membros não são consultados. Então, reuniram-se os superintendentes, o Pastor Mário de Oliveira, e pediram que eu renunciasse ao cargo de Deputado Federal. *(Pausa.)* O senhor queria participar com a gente da conversa? Não? Então, o senhor pede a eles, que eles estão me incomodando, porque eles estão na minha frente conversando. Fica me desconcentrando. O senhor me desculpa, doutor, Deputado Jefferson. Então eles me pediram que eu renunciasse, e eu não podia. Eu falei: olha, eu não posso renunciar. Como é que eu vou renunciar a 111 mil votos? A imprensa na época toda divulgou, Sra. Relatora, que eu estaria traindo os meus eleitores, que Deputado, Vereador vai renunciar ao seu mandato, etc. Eu não podia renunciar. Era uma traição que eu faria aos meus eleitores. E coloquei a minha posição: olha, eu não vou renunciar. Eu vou continuar trabalhando com vocês. E o que o Pastor Antônio Carlos, que perdeu a eleição, ia fazer, eu vou fazer politicamente.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Deputado, só para nos ajudar a entender, isso aconteceu em algumas reuniões, uma reunião, várias reuniões? Quem chegou para o senhor com essa...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O Pastor Mário de Oliveira.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O Pastor Mário de Oliveira.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É ele que fala em nome do grupo.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Ele chegou e...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Chegou e disse isso. Tanto que a imprensa...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Há testemunha? Tinha outras pessoas na sala?



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Tinha. Tinha os superintendentes. Mas se a senhora for chamar os superintendentes que hoje são supervenientes a ele...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Não, isso o senhor não precisa se preocupar.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Eu só estou esclarecendo.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Nós vamos caminhar como entendemos. Não se preocupe com isso. Tenta lembrar dos fatos. Foi um encontro ele, a direção da igreja...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Ele, 2 superintendentes e o Pastor Antônio Carlos.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - ...dizendo que o senhor devia renunciar.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Deveria. *“Olha, renuncia para o Pastor Antônio Carlos assumir, porque você é Vereador em Belo Horizonte. O Pastor Antônio Carlos perdeu a eleição”*. Aí eu disse: olha...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor ainda teria 2 anos de mandato.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Dois anos para Vereador. Eu falei assim: olha, até que não é incorreto o pensamento, mas o problema é como eu vou renunciar e explicar para a população, explicar para os meus eleitores. Seria um suicídio, não somente político, mas também um suicídio moral. Agora, a imprensa na época toda, em Minas Gerais, noticiou: Deputado trai seus eleitores, Deputado pode renunciar. Aí eu tomei a decisão de não renunciar.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor ainda pensou, disse vou pensar, vou ver?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Excelência, na hora que a senhora tem um líder... e o Mário de Oliveira era o meu líder, eu era submisso a ele, a gente tem que pensar. E eu pensei por aproximadamente uns 5 minutos, no máximo. E naquela mesma reunião eu dei a resposta que não iria fazer. *(Pausa.)* Avançando... A senhora me permite? Avançando, a partir daí aconteceu o obstáculo de uma amizade, de uma fidelidade que já durava mais de 20 anos. E aí eu comecei a ser



perseguido pela Igreja do Evangelho Quadrangular. Eu era coordenador do Sermão da Montanha, o maior evento evangélico que acontece no Brasil. Neste ano eu reuni 150 mil pessoas na Praça do Papa. Eu me lembro...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Nesse que o senhor diz é este agora?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, em 2002, pouco depois da eleição.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Em 2003.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Em 2003. Foi em março de 2003. Toda sexta-feira da paixão tem este evento. E eu me lembro que eu estava com a cadeira... tinha quebrado a tibia, estava em cadeira de rodas, e o Pastor Mário de Oliveira pediu para eu não apresentar o Sermão da Montanha. Eu disse assim: olha, sou eu que coordeno, fui eu que trabalhei, eu tive alguma projeção política com isso, fui eu que organizei, por que eu vou deixar de apresentar? A partir daí eu vi que já existia e já estava em andamento um propósito de cortar as minhas relações dentro da igreja. E participei. Participei por imposição, até. Fui o apresentador, como sempre fui, deste evento. Sempre, não, a partir de uns 3, 4 anos atrás, porque o evento estava se esvaziando, aí eu o elevei e comecei a crescer com o evento, que no último teve 150 mil pessoas. Em determinado momento, talvez levado pela emoção de ver 150 mil pessoas, eu me dirigi ao povo, agradei a todos eles a presença e falei que aquele Sermão da Montanha era feito com recursos da igreja e com recursos que nós angariávamos, ou seja, que lamentavelmente os evangélicos não são reconhecidos, às vezes, pelas suas atividades e pelas suas festas. Porque quando é carnaval, quadrilha, a Prefeitura ajuda, o Governo do Estado ajuda. Eu gostaria de deixar claro que naquele evento não existia participação do Governo do Estado nem tampouco da Prefeitura de Belo Horizonte. É uma posição normal que eu deixei. Posteriormente, a Polícia Militar, um tenente da Polícia Militar estava dando uma entrevista para uns repórteres, enquanto um cantor estava se apresentando. E ele estava dando a entrevista dizendo que havia 30 mil pessoas naquele evento. Eu não me lembro qual foi este militar. Aí eu falei assim: o senhor me permite? *"Pois não"*. Vamos até lá em cima do palco, a imprensa e o senhor, e olha quantas pessoas tem aqui. O senhor acredita que só há 30 mil pessoas? Aí a



imprensa e ele se convenceram de que havia 150 mil pessoas. Tanto que as matérias de jornais na época falam: *“Evangélicos reúnem 150 mil pessoas na praça”*. Aí eu peguei e agradei a presença dele e pedi uma salva de palmas para a Polícia Militar, etc. e tal. Bom, uma semana depois disso, o Pastor Mário de Oliveira reúne alguns pastores, alguns superintendentes, e fala: *“Olha...”* — eu achei até que era para me elogiar sobre o Sermão da Montanha —, ele vira para mim e fala: *“Olha, você desacatou o Governador de Minas Gerais, você desacatou o Prefeito, você desacatou a Polícia Militar, portanto, você está 6 meses suspenso das atividades da igreja”*. Na época, eu expliquei para eles que não existia isso, que era má interpretação. Só depois que eu fui ver que isso era ainda a continuação de uma forma de me expelir da igreja, Sra. Relatora. Não pude contestar. Tive de ficar afastado 6 meses da igreja. A senhora não imagina o meu sofrimento. As lideranças me convidando, querendo se congregar comigo sobre o evento, sobre a minha eleição, e eu proibido de ir às igrejas. Eu... O Pastor Mário de Oliveira, hoje, diz que isso foi uma medida disciplinar que ele tomou contra mim, e eu não obedeci à medida disciplinar e saí da igreja. Não foi bem assim. E ao longo deste período eu vou provar para a senhora. Mas a primeira prova que eu posso apresentar para a Sra. Relatora, é que a igreja ela é organizada. O Pastor Mário de Oliveira é presidente nacional, e a igreja é regida pelo estatuto. Imagine, Sr. Presidente Ricardo Izar, que com essas notícias que aconteceram aqui, dizendo isso, o Presidente da nossa Casa me escorraçasse daqui de dentro: *“Você está escorraçado, porque o seu nome saiu no jornal, porque você teve um mal procedimento”*, e me jogasse no olho da rua. Mas as instituições funcionam, as leis funcionam. A igreja tem o seu regimento. E para que ele pudesse manter essa palavra que ele disse, inclusive neste Conselho de Ética, que ele deu uma medida disciplinar... Não foi dada nenhuma medida disciplinar. Ele simplesmente me escorraçou da igreja durante 6 meses. Porque no estatuto da igreja, Sra. Relatora, diz o seguinte: *são passíveis de aplicação de disciplina eclesial os membros da corporação*. Parágrafo 3º: *Os membros do ministério...* que é o meu caso — eu era um iniciante de pastor, um auxiliar, vamos dizer assim. *Os membros do ministério...* e trabalhava politicamente. *Os membros do ministério respondem perante o conselho nacional de diretores e são julgados pelos órgãos de disciplina*



eclesiástica. Quais são os órgãos de disciplina eclesiástica? É a comissão que tem dentro da igreja. Então, para tomar uma atitude dessa, teria, primeiro, que ter uma representação levada ao conselho nacional, feita uma comissão de ética, ter-me dado o direito de me defender, para eu falar que eu não falei mal do Governador nem da Polícia Militar. Depois, se um conselho, igual a este Conselho está reunido, chegasse à conclusão de que eu errei, iria me dar a punição cabível. E não foi isso o que aconteceu. Eu fui escorraçado da igreja por 6 meses, e eu não entendi por quê? Só depois. E eu vou dizer para os senhores por que isso aconteceu. E ainda mais: falaram que... disseram que eu denegri a imagem do Governador, do Prefeito. Ora, eu sou advogado, pós-formado em Direito, pós-graduado em Administração Pública. Aprendi muito com o Deputado Mário de Oliveira como conviver, como tratar as autoridades; aprendi muito. Tive... Grande parte da minha formação foi feita e foi adquirida através dos pastores da Igreja do Evangelho Quadrangular. Então, Sra. Relatora, está aqui o estatuto, onde eu mostro para a senhora que não houve nenhuma medida disciplinar contra mim. Houve apenas uma decisão monocrática do presidente da igreja.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Deputado, e a rádio?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Eu avanço para a senhora com a rádio daqui a um pouquinho.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Especialmente nesse período. Parece que até então...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Eu avanço para a senhora, dentro do raciocínio que eu tenho, em relação à rádio. Então, Sra. Relatora, a partir daí eu posso voltar aonde a senhora perguntou. Eu só quero deixar demonstrado que eu não fui... não teve nenhuma medida contra mim em relação aos moldes do que deveria fazer a igreja em relação a minha pessoa. Bom, depois eu entendi que o que ele queria como Deputado era tirar o meu vínculo e talvez um relacionamento com o Prefeito de Belo Horizonte, já que eu tinha sido Vereador, tinha um bom relacionamento; o que ele queria era tirar o meu relacionamento com o Governador do Estado, que eu tinha um bom relacionamento, e tenho até hoje; o que ele queria era jogar as instituições militares contra mim, porque eu tenho um bom relacionamento, e tenho até hoje. Porque veja só, Sra. Relatora, simplesmente por



causa disso não havia a necessidade de ele ter procurado o Governador e falado: *“Olha, o Carlos Willian fez isso, eu peço desculpa em nome da igreja”*; procurar o Prefeito: *“Sr. Prefeito, Carlos Willian fez isso, eu peço desculpa em nome da Igreja”*; ter feito uma carta para a Polícia Militar e ter procurado o Comandante da Polícia Militar: *“Sr. Comandante, o Deputado Carlos Willian fez isso e eu peço desculpa”*. Nada disso precisava ser feito. Ele jogou as instituições contra mim. Foi difícil eu levantar de novo, principalmente pela decepção que eu estava vendo. Aí, Sra. Relatora, a partir daí, 6 meses se passaram. Eu procurei o Pastor Mário de Oliveira, marcando audiência, coisa que nós nunca tivemos, e uma... — é para a senhora — e, marcando audiência com ele, porque já tinha se passado esse período, ele me expulsou do gabinete dele a berros: *“Não quero saber de você. Quando eu quiser conversar, eu te chamo de novo”*. E me escorraçou de novo do gabinete dele. Esse período todo para mim foi de... Se eu não acreditasse em Deus, era de desespero, mas eu somente fiquei deprimido com toda essa situação. Agora, sem querer avançar muito, vou satisfazer mais as perguntas de V.Exa. e dos membros do Conselho, a senhora me pergunta sobre a rádio nessa época. *(Pausa.)* Eu vou passar à mão dos senhores e da senhora, e depois eu peço vênia se eu posso distribuir para os membros do Conselho essa documentação. Eu fui o presidente da rádio de 1998 até 2000. Em 2000, quando eu fui eleito Vereador, eu tive a hombridade de reunir o conselho e, em uma reunião, assinada por todos os membros do conselho, registrada na época no 6º Ofício do Cartório de Notas, é onde registram os atos da fundação, encaminhada para o Ministério Público, que é o curador de fundações, eu fiz uma ata, e aqui, Sra. Presidente, diz o seguinte: *“Assumindo a reunião, o presidente Carlos Willian de Souza informou a todos que foi eleito Vereador de Belo Horizonte nas últimas eleições. E, sendo assim, não poderá estar à frente da Rádio Educativa Quadrangular 107 FM. Conseqüentemente, por este motivo, solicita a aprovação do conselho para licenciar-se no período de 4 anos e 15 dias, em 1º de dezembro de 2005”* — até 2005 — *“após cumprir o mandato de Vereador de Belo Horizonte. Colocando em discussão, também o Deputado Carlos Willian colocou o balanço administrativo e as finanças da rádio, onde”* — preste atenção, Sra. Presidente — *“colocando em votação o balanço administrativo do período de 88 e 99”* — foi quando eu estive presente —, *“aprovado por todos”*. Isso



aqui foi passado, e a partir de 2000, a data — me empresta, Sr. Presidente, a senhora poderia ler, fazendo o favor —, aos 15 de dezembro de 2000, eu deixei de ser o presidente da rádio da fundação da Igreja. Isso é muito importante, porque mais na frente tem fatos interessantíssimos que eu vou apresentar para a senhora. Pois bem, então, sobre a rádio, a partir dessa época, eu deixei de ser o presidente da rádio. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor quer... Está aqui o documento.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, não há necessidade. O documento está aí...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor quer prosseguir ou...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É o quê? O documento...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O documento já está aqui.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - ...é esse que eu estou dizendo que eu me licenciei, e peço licença para que os meus assessores...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Todos os documentos entregues aqui serão enviados aos senhores membros do Conselho.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Estão à disposição. O senhor quer que xerocope e distribua agora?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, eu já tenho ali "xerocado". Se a senhora permitir...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Claro.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pode distribuir.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Pode distribuir, por favor. Bom, Sra. Presidente... estou à disposição. Sra. Relatora.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Que relação financeira havia, enfim, ou que ainda possa haver, entre o senhor e o Deputado Mário de Oliveira, ou a Igreja do Evangelho Quadrangular?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Nenhuma. Eu não mexia com finanças. Eu era o presidente da Igreja, era o presidente, assinava os cheques, junto



com um tesoureiro, que também é da Igreja, porque é uma fundação, acompanhado pelo Ministério Público. A partir de 2000 eu não tive mais nenhum vínculo financeiro.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Até 2000 o senhor tinha?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, até 2000 tinha 2 anos, porque era presidente da rádio, mas não movimentava com dinheiro. Era o dinheiro da fundação, recursos de publicidade, essas coisas. A partir de 2000, continuei sendo advogado — foi bom a senhora perguntar —, eu continuei sendo advogado da Igreja e não movimentava dinheiro, eram ações trabalhistas, eram ações de invasões, essas coisas administrativas. Então, eu não movimentava com dinheiro. Inclusive, o Pastor Mário de Oliveira, no dia 10 de junho de 2003, ainda dentro deste propósito, em me esvaziar dentro da Igreja, ele me pediu que deixasse de ser o advogado da Igreja. Foi onde eu fiz essa carta agradecendo à Igreja, abrindo mão de qualquer remuneração e indenização. De acordo com o Estatuto da OAB, eu continuei ainda por 10 dias respondendo pelos processos, e entreguei essa carta a ele. E também eu peço licença, na medida em que eu vou entregando para a senhora os documentos, eu vou passando para os membros do Conselho. Então, também deixei de ser advogado da Igreja em 2003. Não existe nenhum vínculo financeiro, não existe movimentação financeira, nem pessoal nem de amizade.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Até junho de 2003 o senhor então era Deputado Federal e era advogado da Igreja?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É, eu era advogado da Igreja...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O senhor tomou posse...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - ...era advogado da Igreja. A partir daí, eu deixei de ser advogado a pedido dele. Foi no mesmo período em que eu fui... estava afastado, foi quando ele pediu para me afastar da Igreja.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor conhece algum problema fiscal? Queria que o senhor refletisse. O senhor conhece algum problema fiscal que envolva a Igreja do Evangelho Quadrangular, alguma irregularidade na Receita Federal?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Eu não me lembro da data exata, houve uma fiscalização da Receita Federal na Igreja do Evangelho Quadrangular, e como advogado eu acompanhei.



A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Mais ou menos, ano? Mais ou menos.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Em 2003... 2003. A Receita Federal foi fazer o trabalho.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Até então nunca tinha havido?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Que eu tenha conhecimento, não.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - E o senhor deixou de ser advogado em junho de 2003.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Foi mais ou menos, o senhor acha que em 2003.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Foi antes, eu era advogado ainda da Igreja.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor era advogado.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Era advogado da Igreja. Então, a fiscalização pediu todas as documentações da Igreja, foi analisado pela Receita Federal, foi aplicada uma multa, porque é muito difícil, é muito difícil administrar uma Igreja do tamanho da Igreja do Evangelho Quadrangular sem que haja algum problema. Mas essa multa foi aplicada. A partir daí o Pastor Mário de Oliveira, que é um bom administrador, tomou as devidas providências, fez uma reciclagem.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Multa pelo quê?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Multa por... multa fiscal, multa fiscal por alguma irregularidade fiscal dentro da Igreja. Houve... A partir daí o Pastor Mário de Oliveira tomou a determinação e começou a fazer uma contabilidade mais rigorosa dentro das normas da Receita Federal.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - A imprensa fala, acho que já li em mais de um lugar, num valor de dívida de 800 mil reais. O senhor leu isso também?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Eu li.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor gostaria de me dizer alguma coisa?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Gostaria.



A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Nos dizer, perdão.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Gostaria. Primeiro, que não existe isso. O que existe, na verdade, é nos depoimentos do Sr. Odair Silva, que foi preso pela polícia de Osasco, de São Paulo, com vários documentos, e todos têm aqui conhecimento de quê. E no depoimento deste Sr. Odair, ele disse que foi... que ele... ele disse que foi contratado... foi... esteve com o Sr. Celso, que também é assessor do Pastor Mário de Oliveira, e que o Celso, ele perguntou para o Celso: *“Por que vocês querem matar o Deputado Carlos Willian?”* E aí ele respondeu — olha, para a senhora ver, é o depoimento do Sr. Odair — isto: dos 14 aos 27 anos ter conseguido se livrar da droga, e que montou inclusive uma instituição para dependentes em Taboão da Serra, comentou o Sr. Celso sobre a referida pessoa. Na conversa, disse que tinha um amigo em Minas Gerais, que é o Deputado Mário de Oliveira, e que tal amigo estava revoltado com a pessoa que o havia humilhado e roubado — essa pessoa seria eu —, e lhe roubado 800 mil reais; e que teria também humilhado a mãe desse amigo. Ou seja, que eu teria roubado 800 mil reais do Mário de Oliveira e teria humilhado a mãe do Mário de Oliveira. A Sra. Margarida, mãe do pastor Mário de Oliveira, é uma senhora sofredora, que lutou com muita dificuldade na vida; é uma pessoa de uma personalidade forte, uma pessoa que merece carinho; é uma senhora idosa, caridosa, que faz um grande trabalho social. Nem eu nem ninguém no mundo iria humilhar uma senhora como essa, nem eu roubei 800 mil reais. Quem disse isso foi essa mesma pessoa que foi pega com todos esses documentos, que foi pega com *chips*, que é a pessoa que é funcionário de limpeza ou *office-boy* ou alguma coisa da Igreja do Evangelho Quadrangular, funcionário do Mário de Oliveira lá em São Paulo, e que recebe, segundo o Mário de Oliveira, que depôs aqui, 1.400 reais por mês; que é amigo dele, pessoal, que anda com ele para todos os lados, e que, inclusive, é companheiro dele aqui em Brasília. E que ele depôs aqui, neste Conselho Nacional, que, segundo a imprensa de São Paulo, para onde... O pastor Mário de Oliveira disse aqui, neste Conselho, que viajou várias vezes de avião com ele, e que pode ter até tirado do gabinete passagens para esse Sr. Odair, que, segundo a imprensa mostra que... Desculpem-me minha desorganização. Que, segundo a imprensa fala: *Polícia descobre que o Deputado viajou com o obreiro responsável por contratar pistoleiro dias antes da data planejada para matar Carlos*



Willian. O Conselho analisará as provas. Então, Sra. Presidente, o Deputado Mário de Oliveira, junto com esse Sr. Odair, viajou junto comigo, no mesmo avião, no dia 14 de julho, para Belo Horizonte. Eu me lembro de o Deputado Mário de Oliveira ter viajado comigo. Foi uma coisa constrangedora, assim como quando ele entrou dentro do elevador, junto com o Deputado Jefferson, anteontem aqui no...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Foi a primeira vez que vocês viajaram juntos?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Foi a primeira vez, depois de todos esses episódios, que eu vi ele viajando no mesmo avião que eu — e que, segundo a polícia, o Sr. Odair também viajou junto. Agora, o pastor Mário de Oliveira, por um lapso de memória, de uma coisa tão gritante dessas, disse a este Conselho que não se lembra de ter viajado comigo. E eu me lembro que ele viajou, e ainda me olhou com olhar fulminante. Eu acho que uma pessoa da capacidade dele nunca iria esquecer que viajou comigo no mesmo avião. Essa é uma opinião pessoal; não é nenhuma acusação. Então, esse mesmo Sr. Odair, que, segundo o jornal, a imprensa também... Esteve na Polícia Federal sem ser convidado, sem ser chamado; inclusive, que isso não pode representar a determinação do Supremo Tribunal para que ele seja ouvido, porque ele se apresentou espontaneamente. Disse para a polícia, segunda a imprensa, que estava sendo perseguido e estava com medo de morrer. Chegou lá e começou a dar depoimento, o que não pode ser considerado, como determinação do Supremo Tribunal Federal. E, lá, ele inverteu toda essa situação. É essa mesma pessoa que não merece o mínimo de credibilidade, não por ele ter sido dependente de droga, porque eu conheço várias pessoas que se libertaram das drogas, mas porque essa pessoa que está criando toda essa situação é que, na polícia de São Paulo, disse para o assassino, o pretense assassino, que iria me matar porque eu roubei 800 mil reais do Mário de Oliveira. Agora, se eu roubei... E como é que eu vou roubar 800 mil reais? Só se for a mão armada, porque é um volume muito grande de dinheiro. E eu não sei onde o pastor Mário de Oliveira teria 800 mil reais disponíveis. Então, esse assunto surgiu através desse depoimento. E eu nego para a senhora aqui, neste Conselho, que eu tenha tido algum vínculo de 800 mil reais com o pastor Mário de Oliveira.



A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Deputado, só para nos ajudar, em relação a questões de patrimônio, em algum momento o senhor teve relações de compra, de venda de patrimônio, de o senhor assumir algum patrimônio, alguma questão em nome do pastor Mário, em nome da igreja?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Laranja?! Assumir patrimônio é ser laranja, popularmente.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Olha, nunca! Eu, como advogado do pastor Mário de Oliveira, acompanhei a transação de 2 fazendas que ele comprou no Mato Grosso do Sul, acompanhei a transação de 1 fazenda que ele comprou no interior de Minas Gerais, acompanhei a compra que ele fez da casa. Como advogado, eu acompanhava tudo. Acompanhava da seguinte forma: em analisar os documentos dentro da legalidade. E todos esses patrimônios adquiridos pelo pastor Mário de Oliveira foram patrimônios adquiridos dentro dos seus recursos, todos eles declarados no Imposto de Renda, todos eles sem nenhuma irregularidade.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Quem é o Sr. Celso Braz do Nascimento? O senhor o conhece?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Conheço. O Sr. Celso Braz do Nascimento é um pastor do interior de São Paulo, conhecido do pastor Mário de Oliveira há muitos anos, e que inclusive foi candidato a vereador na cidade em que nasceu o pastor Mário de Oliveira, cidade de Bauru, interior de São Paulo. Inclusive, ele foi Secretário da Prefeitura e está respondendo hoje a um processo por desvio de verbas na Prefeitura da cidade de Bauru. Ele está respondendo a um processo lá, e está respondendo também a uns outros 2 processos, que me disseram... Mas esse, de Bauru, eu posso afirmar, com certeza, que ele está respondendo a esse processo porque o Sr. Celso, na época, me pediu, se eu pudesse, que advogasse para ele. Ele trouxe para mim as matérias, o arrolamento do Ministério Público. Eu falei assim: *Olha, Celso, eu não vou advogar para você porque neste processo você realmente... Não tenho como te defender. Você fez essa transação com a gráfica, houve esse desvio de dinheiro, essas coisas todas, tudo comprovado e assinado. É uma causa em que eu não vou ter êxito.*

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Vocês foram amigos?



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Convivemos. Não vou dizer que fomos amigos.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Na igreja?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Convivemos na igreja. E ele, assim como o Mário de Oliveira depôs aqui que o Sr. Odair era amigo dele porque ele precisa de companhias para ficar aqui em Brasília etc., o Sr. Celso também é um tipo dessa pessoa.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Não entendi. Eu não entendi, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O Deputado Mário de Oliveira depôs aqui, neste Conselho, e disse que viajava com o Sr. Odair e que o Sr. Odair ficava aqui em Brasília com ele.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Porque o senhor aqui chamou de companheiro dele.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Chamei-o de companheiro porque que fazia companhia para ele. Ou seja, é uma pessoa para conversar.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - E o Sr. Celso, também?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - E o Sr. Celso, em São Paulo, fazia esse mesmo trabalho e também tinha trabalhos administrativos, mas também era companheiro do pastor Mário de Oliveira.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O senhor conhece o Sr. Odair da Silva? Só para ajudar os nossos Deputados integrantes do Conselho: o Sr. Odair da Silva, a alegada organização de um homicídio, de seu homicídio, teria ocorrido na... O Sr. Celso combinou com o Sr. Odair, é isso? *(Pausa.)* O senhor disse que conhece, que conheceu bem, enfim, que conheceu alguém que até leva um material para o senhor tentar ser advogado. Enfim, o senhor conheceu, conhece o Sr. Celso Braz do Nascimento?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Como advogado da igreja, conheço o Sr. Celso. Tinha relações...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Isso. O senhor até descreve relações de companheirismo do pastor. O senhor o conhece, o senhor o conhece bem.



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É isso. Eu não estou... Exatamente. Conheço bem o pastor Celso. Estive com ele várias vezes. Toda vez que eu ia ao conselho, era ele que ia buscar o pastor Mário e eu no aeroporto. Tive relacionamento com ele.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Onde isso?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - No Aeroporto de São Paulo, porque a sede da Igreja do Evangelho Quadrangular é em São Paulo, e o pastor Mário de Oliveira e eu moramos em Belo Horizonte. Então, ele é que nos buscava.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - V.Exas. também, parece-me, moraram juntos em Brasília. Quando vinham a Brasília, ficavam aqui, no mesmo apartamento...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não. Foi só no início, quando eu vim trabalhar com ele, em 1982. Como o Pastor Mário de Oliveira era solteiro — e é solteiro até hoje —, ele morava num apartamento da Câmara dos Deputados, e eu vim trabalhar com ele e morava também nesse apartamento. Foi nesse período que eu trabalhei com ele, em Brasília. Depois, quando fui eleito Deputado Federal, nos primeiros meses ou nos primeiros anos, passei a morar em um apartamento junto com o Deputado Jefferson Campos, que está aqui presente. Nós dividíamos um apartamento, assim como vários Deputados desta Casa dividem apartamentos. Então, respondendo à pergunta de V.Exa., eu conhecia e conheço o Pastor Celso, tinha um relacionamento com ele, ele nos buscava no aeroporto, íamos para o Conselho, trabalhávamos, íamos almoçar e, à noite, saíamos para jantar. Tudo isso, num relacionamento junto com o pastor Mário de Oliveira.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - E ele continua próximo do Pastor Mário de Oliveira?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Continua. Hoje mais próximo ainda do que antes, porque hoje ele já ocupa cargos de confiança na igreja. Antes ele era só um motorista.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Ele era o motorista?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Na época, era motorista.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - E o Sr. Odair da Silva V.Exa. conhece?



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Nunca vi na minha vida, não conheço, não sei quem é esse Sr. Odair. Só o vi na imprensa, através da televisão, que o mostrou depondo na Polícia de São Paulo. Nunca o vi, não tenho relacionamento, não sei quem é essa pessoa. Se ele estivesse sentado aqui, eu não saberia quem é.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - A que V.Exa. atribui as acusações que, neste momento, pelo menos, ele vem fazendo a V.Exa.?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Ele quem?

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O Sr. Odair da Silva.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Olha, Excelência, primeiro, eu acho que nós devemos recapitular um pouco, se V.Exa. permitir, os fatos. Eu estava aqui, na Câmara dos Deputados... Não, eu estava em Belo Horizonte, e recebi um telefonema. Antes, houve várias ligações, e eu não atendi. Com muita dificuldade, eu atendi ao telefone de um funcionário da Delegacia de Polícia de Osasco, e eu só atendi à ligação depois que ele deixou o telefone de retorno. Eu telefonei, e ele me disse que a Polícia de Osasco havia descoberto uma trama de uns bandidos para me matar e que eles estavam investigando, mas era para eu ter cuidado e me prevenir. Eu falei que isso era muito estranho, e ele falou: “Não é”.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Quem ligou para V.Exa., desculpe, Deputado? Um policial?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Ligou para mim um policial chamado Geraldo Buscarelli Júnior. Na época ele só falou Júnior: “*Eu sou Júnior, sou policial em São Paulo, na Delegacia de Osasco, foi descoberta aqui uma trama para poder te matar*”. Eu falei assim: Olha, meu amigo, o senhor está brincando comigo. Isso é uma pegadinha. Como é que vai descobrir uma trama para me matar aí, em São Paulo? E, Sra. Relatora, não existe motivo para ninguém me matar — para ninguém me matar. Eu sou amigo de todo mundo, converso com todo mundo. Não tenho inimigos. E a única possibilidade seria realmente o que foi descoberto pela Polícia de São Paulo. Aí, eu falei: Olha, eu não estou acreditando. E ele falou assim: “*Eu vou passar um fax para o senhor do nosso relatório, e nós estamos continuando com as investigações*”. Foi quando ele passou para mim este documento oficial, onde aqui em cima está escrita a data, que foi no dia 22 de junho, às 10h11min.



Este aqui é o fax do documento, com a informação que recebi. Eu passo para V.Exa. este documento e peço também que, a medida que eu for passando, vá distribuindo para as outras pessoas. A partir disso, eu fiquei estarrecido, procurei a Polícia Federal, eles ligaram lá em São Paulo e realmente discutiram e viram que é verdade, que isso existia. Aí, eu voltei a ligar para esse Sr. Júnior, queria a cópia de todos os documentos; ele disse que os documentos tinham sido levados para a juíza; depois, que a juíza passou para a promotora, e a promotora declinou da competência, dizendo que se tratava de 2 Deputados Federais — e, inclusive, havia o Odair, que estava preso. A juíza acompanhou o raciocínio da promotora, declinou da competência, porque se tratava de 2 Deputados Federais, e encaminhou o processo para o Supremo Tribunal Federal, obviamente, lamentavelmente, mandando soltar o Odair. Eu, inclusive, estou fazendo uma representação no Conselho Nacional de Justiça contra a juíza e contra a promotora, porque eu acho que o caso é muito sério, para ela ter deixado ele solto. Ela deveria ter remetido o caso para o Supremo Tribunal, mas deveria ter deixado os 2 presos, porque foram presos em flagrante. A partir daí, eu vim a Brasília, fiquei perseguindo esse documento, fui ao Supremo Tribunal Federal e consegui cópias oficiais. Foi quando usei a tribuna da Câmara dos Deputados, dizendo que existia um plano para me matar. Pedi segurança ao Presidente da Casa, Deputado Arlindo Chinaglia, que prontamente me atendeu. E hoje agradeço à Polícia Legislativa e à Polícia Federal, que estão me dando essa segurança e esse conforto. E esse documento, acho que V.Exa. tem, e todos os membros do Conselho também. Na minha assessoria, não temos esse documento.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Foi baseado nesse documento que o seu partido fez uma representação ao Conselho?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Foi a partir desse documento.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Acho que esse eu já tenho, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Já tem, não é?

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O Conselho já possui.

Posso prosseguir?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Pois não.



A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - V.Exa. conhece alguém que responde pela alcunha de Alemão?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Excelência, não conheço ninguém que responda pela alcunha de Alemão. E, ultimamente, tenho passado muitos sustos. Às vezes, estou assistindo à televisão e ouço: *“Polícia entra no Alemão.”* Vou ver, e é sobre uma favela do Rio. Estou doido para pegar esse Alemão. Daí a pouco: *“O Fantástico vai apresentar o Alemão”*, e é o Alemão do Big Brother. A cada instante estou querendo que apareça esse Alemão. Acho que a Polícia tem de pegar esse Alemão. Não conheço esse Alemão, não me recordo de conhecer nenhum Alemão, a não ser na minha infância, quando jogava bola com um Alemão, inclusive eu tinha raiva desse Alemão, porque ele era muito desleal jogando bola. Não conheço Alemão, não tenho a mínima idéia de quem é esse Alemão.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - E o Sr. Charles Santos Souza?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O Sr. Charles Santos...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Porque, salvo engano, na prisão do Sr. Odair, foram apreendidos cartões desse seu chefe de gabinete. É isso?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É. Excelência, esse...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Desculpe, eu falei chefe de gabinete porque haviam falado aqui.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - É? Não sei se é.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não tem problema nenhum.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Não, mas não sei se é. Por favor, desculpe-me.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Pois não. O Sr. Charles Santos foi meu funcionário. Quando eu me candidatei a Vereador, uma superintendente da igreja pediu: *“Olha, a auxiliar de pastora da minha igreja está namorando com o Sr. Charles, e eu gostaria que você desse oportunidade para ele trabalhar com você.”* Atendendo a uma pessoa que ia me atender politicamente, ia fazer minha campanha, eu aceitei que esse Sr. Charles Santos viesse trabalhar comigo. Ele ficou na minha campanha para Vereador, pegando as notas do que eu gastava. Depois, ele me deu uma idéia para montar um comitê. E, aí, ele foi crescendo, e vi que esse



Charles tinha grande potencial. Ganhei para Vereador e o levei para trabalhar comigo na Câmara de Vereadores. O Pastor Mário de Oliveira pediu que eu o demitisse. Eu falei assim: Olha não vou demiti-lo porque ele é competente e não conheço outra pessoa que seja competente.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Por que o pedido? V.Exa. pode imaginar a razão?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não sei. Não, não sei. Foi um pedido dele que eu o demitisse. Eu não o demiti. Depois, veio a eleição para Deputado. E ele foi uma peça extremamente importante na minha campanha para Deputado. Trouxe-o para trabalhar comigo. Aliás, uma das poucas pessoas lotadas por mim no meu gabinete, porque todas as outras eram por indicação do Pastor Mário de Oliveira. E eu continuei trabalhando com o Sr. Charles. Depois que houve todo esse problema, que eu resolvi sair da Igreja, que ia abandonar tudo, o meu irmão Ari Júnior e o Charles foram as pessoas que me deram força e acreditaram que eu tinha competência. Eu me candidatei e fui reeleito. Então, esse Sr. Charles, além de trabalhar comigo, é meu amigo e meu companheiro. Agora, V.Exa. falou sobre o documento que foi pego aí junto com a polícia, do Charles. Eu não sei se todos têm acesso aos autos do que foi apreendido.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Teriam sido encontrados junto com o Sr. Odair. Aliás, com o Sr. Odair.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É, foi com o Sr. Odair que a polícia pegou. A polícia pegou com o Sr. Odair essa foto minha que eu tive oportunidade de pegar no Supremo Tribunal Federal. Não é foto de papel, é foto mesmo de papel duro, que a gente manda revelar. Talvez tenha sido em alguma atividade da igreja que eles conseguiram. Com o Sr. Odair foi encontrado também esse panfleto da festa que continuei fazendo depois que saí da igreja. Eu continuo fazendo uma festa em Belo Horizonte chamada Canta BH. Nessa festa estiveram mais de 100 mil pessoas. Este aqui é um panfleto convidando os evangélicos para irem a essa festa. Eu acredito que o Sr. Odair estava com esse panfleto para saber onde eu ia estar, o horário em que ia estar, para poder tentar me matar. Com o Sr. Odair foi pego um cartão do Sr. Charles. Com o Sr. Odair, Excelência, foi pega a cópia da carteira de identidade de um senhor chamado Marcus Regis, Marquinhos. Marcus Regis é o



motorista do Pastor Mário de Oliveira. Aliás, ele é tudo do Pastor Mário de Oliveira. É uma pessoa que trabalha, vamos dizer como pau para toda a obra e que é funcionário da Câmara dos Deputados, lotado no gabinete do Deputado Mário de Oliveira. E foi pega essa carteira de motorista com o Odair. Com o Odair foi pega também a carteira de motorista do Sr. Geraldo Aguiar dos Santos, cunhado do Mário de Oliveira. Foi pega também a carteira de obreiro do Sr. Odair. Foi pega com o Sr. Odair a carteira de motorista do Pastor Mário de Oliveira. Foi pego com o Sr. Odair uns rabiscos, em que se lê: *“Sergipe com Savassi, Fernandes Tourinho.”* Inclusive com um português muito errado: *“Onde fomos”*. Esse aqui é o endereço do meu escritório em Belo Horizonte: *“Rua Marti”* — Marte é com “e” e ele escreveu com “i” — *“Santa Lúcia.”* E, embaixo, está escrito: *“Zafira, Corolla e Meriva.”* Este é o endereço da minha casa. Só que não tem lá um Meriva, só se for de alguém que esteja me visitando. Mas o Zafira e o Corolla são os meus carros. Aqui está escrito: *“Avenida Raja Gabaglia”* — caminho que faço para ir para minha casa. Aqui está escrito: *“Rodovia 040 Melo Viana”*, um sítio que tenho, e dificilmente vou lá porque não tenho tempo. Isso aqui, então, é um rabisco de todo o meu perfil e dos meus endereços, que foi pego com o Sr. Odair. Aqui foi pego um papel escrito o nome de Gisele Aguiar e Gustavo, sobrinhos do Mário de Oliveira, e algumas placas de carros que, confirmadas pela polícia, são dos sobrinhos do Mário de Oliveira. Enfim, Excelência, não foi pego só um cartão do meu assessor, foram pegos todos esses documentos.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Por favor, nem eu disse isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, V.Exa. me desculpe. Eu é que estou complementando. Eu gostaria, Excelência, de pedir, como eu fiz um apelo aqui no início, para que se investigue todas essas situações. Eu já disse 2 situações. O Pastor Mário de Oliveira, segundo ele, pode ter tirado passagens para esse Sr. Odair, aqui da Câmara. Requisite à Câmara dos Deputados o nome das pessoas para quem foram retiradas passagens pelo Pastor Mário de Oliveira, para saber quantas passagens ele tirou e para onde foram essas passagens. Porque nós temos de investigar isso. Aqui, segundo o jornal *Estado de Minas*, no segundo depoimento do Sr. Odair na Polícia Federal, o Pastor Roberto Ramos, que também é pastor e amigo do Pastor Mário de Oliveira... Aliás, nessa trama toda, Sra. Relatora, são



todas pessoas ligadas ao Mário de Oliveira, pessoas da mais estrita confiança. No segundo depoimento...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - V.Exa. quer falar sobre o Sr. Roberto Ramos?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não. Só vou terminar essa explanação, se V.Exa. me permitir.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Não, porque eu ia lhe perguntar mesmo.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Tá. O Sr. Roberto Ramos foi o Deputado Estadual eleito no primeiro mandato com o Pastor Mário de Oliveira. Também é amigo do Pastor Mário de Oliveira. E da mesma forma que o Sr. Odair é amigo dele de companhia, para poder sair, para poder... Como o Pastor Mário de Oliveira declarou aqui do Sr. Odair e eu declarei que o Pastor Celso é, em São Paulo, o Roberto Ramos é do Pastor Mário de Oliveira, em Belo Horizonte. Candidatou-se a Deputado, é meu amigo, conheço muito ele, fiz campanha junto com ele, na eleição passada foi eleito, nesta última, perdeu a eleição. Agora, no segundo depoimento, segundo o jornal, não sou eu que digo, está escrito no jornal, que o Sr. Odair disse na Polícia Federal — isso é um caso muito sério — que o Pastor Roberto Ramos... Ele pegou essas carteiras junto com o Pastor Roberto Ramos para poder analisar a questão de multas de carro. Excelência, isso é desfazer da nossa capacidade. Algum de V.Exas. deixaria com qualquer pessoa a sua carteira de identidade, a sua carteira de motorista, para que uma pessoa qualquer, que não seja muito ligada ou que seja somente amigo, pudesse estar com ela em São Paulo? Eu gostaria que V.Exa. convocasse o Roberto Ramos para vir aqui como testemunha, para explicar como é essa trama de carteira, porque é muito sério.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - São cópias das carteiras, não é isso, Deputado?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Cópias das carteiras encontradas com o Sr. Odair. Que agora, se for comprovada na Polícia Federal — porque isso é matéria de jornal, o jornal disse que o Odair falou que pediu para o Roberto Ramos, o Roberto Ramos passou para ele —, se isso for comprovado pela Polícia Federal,



eu acho que V.Exa. deveria convocar o Roberto Ramos para ele explicar como foi isso. Porque aqui, Excelência, Srs. Deputados, a acusação é grave. O Pastor Odair diz que estava com esses documentos que era para... Deixe-me ler para os V.Exas. aqui: *“Funcionário do Deputado Federal Mário de Oliveira, cujo nome tal, tal, tal... situado... encontrou tantos reais... o declarante Carlos Willian também... declarante, endereço, nome, não sabe... o declarante Deputado Mário de Oliveira...”* Ele fala aqui no depoimento — vou encontrar aqui —, não, foi no relatório da polícia, que ele estava com esses documentos para fazer prestação de contas de verba de gabinete. Isso é muito sério. E acho, inclusive, que V.Exa. deve aprofundar a análise das prestações de contas do Deputado Mário de Oliveira aqui nesta Casa, para saber se tem nota de São Paulo desse Sr. Odair, de restaurantes nessa época etc. Quem sabe aí conseguimos descobrir onde está esse Alemão? Essa acusação é muito séria. Não pode simplesmente a pessoa voltar à Polícia Federal e desfazer tudo o que falou.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Deputado, só para a gente... senão vai ficando muito...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Mil desculpas. Vou conter-me um pouco mais.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Não, por favor. Só para não nos delongarmos muito, porque ainda quero fazer 2 ou 3 perguntas.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Pois não.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Quanto ao Sr. Charles Santos Souza, V.Exa. disse ser uma pessoa muito ligada a V.Exa., com quem V.Exa. tem dívida de gratidão...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Amigo e assessor.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - V.Exa. se emocionou quando falou no nome dele. V.Exa. conhece processos que o Sr. Charles Santos Souza tem na Justiça?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não. Não, porque ele me foi apresentado por um pastor, por uma pastora...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - V.Exa. não conhece?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não. Ele tem?



A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Não, estou perguntando.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não! Se tiver, para mim vai ser... Trabalha comigo há 20 anos. Se ele tiver processo na Justiça, ele nunca saiu do meu gabinete para responder processo. Que eu saiba...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - V.Exa. não conhece?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, não conheço. Pelo contrário, eu o conheço como uma pessoa trabalhadora, uma pessoa idônea.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Ele é funcionário aqui da Câmara?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É, funcionário da Câmara. Foi do meu gabinete como Vereador e, agora, aqui.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O Pastor Mário de Oliveira, quando depôs aqui, sugeriu que o Conselho — como V.Exa. também está fazendo diversas sugestões ao Conselho — examinasse a vida pregressa de cada um, a vida anterior. Falou um pouco da dele e, na minha opinião, sugeriu que caminhássemos nessa direção. V.Exa. já disse aqui que, em 1982, começou a trabalhar com o Pastor Mário de Oliveira, e foi aí que então que se converteu. Foi nessa época?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Mais um pouco à frente.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Mais um pouco à frente.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - V.Exa. quer falar um pouco disso?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Disso o quê?

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sua vida anterior, se há algumas questões ou não, enfim.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Excelência, eu disse ...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Para nós todos, isso é constrangedor, para V.Exa..., para nós também não é simples. Mas isso foi dito aqui, foi sugerido. Eu entendi assim, que se examinassem as situações anteriores.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Para mim, não existe nada constrangedor. Constrangedor, para mim, é enquanto essa verdade não vier à tona. Eu vou dizer para V.Exa. o que eu disse aqui antes. A defesa do Mário de Oliveira



vai tentar de tudo. E eu vou dizer para V.Exa., não vou dizer que é o Mário de Oliveira que mandou me matar. Eu quero que isso seja esclarecido. Agora, alguém me mandou matar, eu tenho certeza absoluta e tenho certeza de que ainda vai mandar me matar. Conforme eu mostrei aqui na revista, eu sou um homem marcado para morrer.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Deputado...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Vou responder a V.Exa...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Peço a V.Exa. que me ajude num raciocínio. V.Exas. 2 foram muito próximos?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Muito.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Muito próximos.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Muito.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Muito próximo. V.Exa. descreveu aqui.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Profissionalmente.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Pois é, V.Exas. foram muito próximos e depois romperam, enfim, desfizeram essa relação política, profissional, pessoal, desfizeram. V.Exa. acredita que alguém possa ter organizado isso, por que V.Exas. eram muito próximos e tinham outras pessoas.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Vou voltar à pergunta que V.Exa. fez antes dessa, foi qual a que eu ia responder?

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - A vida anterior...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - A vida pregressa. É normal, em toda defesa, desconsiderar a personalidade de uma pessoa. Primeiro, com certeza absoluta, o Mário de Oliveira me deu a vida política, porque foi através dele que eu iniciei na política. Depois, ele me matou politicamente. Aliás, ele tentou me matar politicamente e não conseguiu. Depois, tentaram me matar, que eu não tenho dúvida, Sra. Relatora, sobre tudo que está comprovado pela Polícia de Osasco, tudo que está aqui comprovado pela Polícia de Osasco. Eu não tenho dúvida das provas, das circunstâncias e da idoneidade da Polícia de São Paulo. Alguém tentou me matar. Não estou dizendo que seria o Deputado Mário de Oliveira. Mas ele tentou me matar politicamente. Não conseguiu, porque eu sobrevivi. Agora, com certeza,



ele está tentando me matar moralmente, está tentando me desmoralizar perante todo o País. E essa é a linha da defesa do Pastor Mário de Oliveira. Por que esse Sr. Odair, se for comprovada a mudança dele na Polícia Federal, ele não foi lá por livre espontânea vontade, não. Ele foi com passagens custeadas pelo Pastor Mário de Oliveira, que já custeou várias outras; ele foi lá orientado por advogados — porque eu não acredito que ele tenha capacidade para isso. E esse é o mundo de alguns Deputados que insistem em provar inocência do seu cliente, em querer sujar a imagem de outras pessoas. Então, eu tenho certeza de que o Mário de Oliveira e a defesa dele vão querer me matar agora, moralmente. E eu falo para V.Exa., com certeza, eu não tenho o meu progresso. Saí da cidade de Ipatinga, fui trabalhador a vida inteira, fui trabalhar com o Deputado Mário de Oliveira, não respondo a processo na Justiça. Já respondi a processo na Justiça, como várias pessoas aqui já responderam. Em todos eles fui absolvido. Nenhum processo foi de tentativa de homicídio. Então, a minha vida pregressa é a mais limpa que V.Exa. pode analisar. Agora, eu tenho conhecimento de que várias pessoas ligadas ao Mário de Oliveira estão buscando, desde o meu nascedouro lá em Ipatinga até agora, perante os meus vizinhos com quem não tenho relação, buscando fatos para poder apresentar, para poder me descredenciar e abalar a minha moral. Foi o que eu disse aqui no início, Excelência. Se por um acaso apresentar alguma coisa, eu estou preparado para isso, mas pela minha vida pregressa, eu posso responder. Pela do Charles, eu só respondo quando eu puder terminar. V.Exa. fez uma outra pergunta. Essa eu respondi que não tem nada contra a minha vida pregressa. V.Exa. perguntou se há alguém, do meio do Mário de Oliveira, que pudesse, ou alguém...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Se V.Exa. acredita nessa hipótese.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Deixe-me falar com V.Exa.: em 1982, quando eu fui com... Eu vou explanar algumas coisas que eu acho que é de extremo interesse de todos nós, Sra. Relatora: em 1982, quando eu fui trabalhar junto com o Pastor Mário de Oliveira, ele estava acabando de apagar um incêndio. Por quê? Porque um pastor chamado Adelino de Carvalho havia brigado com ele, Mário de Oliveira, e ficou independente para uma vida própria. Eu tomei conhecimento disso. E tomei conhecimento de que na igreja desse pastor foi



encontrada cocaína, e, depois uma denúncia anônima, a Polícia foi lá e prendeu esse pastor. E isso eu esqueci. Quando foi agora, 3 semanas atrás, o jornalista — não sou eu que está falando —, o jornalista da *Rádio Itatiaia* Eduardo Costa, e o telefone da rádio está aqui, disse o seguinte, no ar, Sra. Relatora: *“Esse Mário de Oliveira não é de se desconfiar que ele tenha mandado matar o Deputado Carlos Willian, porque em 82 houve uma briga com o Pastor Adelino de Carvalho, e eu fui perguntar ao Adelino de Carvalho como é que ele entrara nessa de cocaína dentro da igreja, e ele falou assim: ‘Depois. Eu vou descobrir, depois eu te explico’.”* E depois o Adelino de Carvalho procurou esse Eduardo Costa — quem disse isso foi o jornalista Eduardo Costa: *“Olha, a Polícia já descobriu que quem mandou colocar cocaína na minha igreja foi o Pastor Mário de Oliveira”*. Então, Excelência, o Deputado Antônio de Araújo, que eu citei aqui no início, que foi eleito junto com o Pastor Mário de Oliveira, nos primeiros dias de mandato, o Pastor Mário de Oliveira brigou com ele e o escorraçou da igreja também. Ele deixou de ser Deputado e foi escorraçado da igreja. Aí V.Exa. vê que tem uma história... Depois, tem um Vereador da igreja, que foi eleito junto comigo 2 vezes, Mohamed Rachid, que falou que ia ser candidato a Deputado Estadual, como foi, e o Mário de Oliveira também o escorraçou da igreja. Vários pastores que se manifestaram candidatos, o Mário de Oliveira escorraçou da igreja. E agora a mesma coisa, Excelência, está acontecendo comigo. Aí V.Exa. pergunta. Assim como o Mário de Oliveira depôs neste Conselho e disse que não tem nada comigo, que nós não tivemos desavenças etc., eu chamo a atenção de V.Exa. para nós analisarmos e vermos se realmente não existem essas desavenças. Vou buscar aqui a data correta para V.Exa. Eu só vou responder essas aqui, que são muito importantes para V.Exa. Pois não. No dia 3 de agosto de 2004, o Pastor Mário de Oliveira mais o Pastor Jerônimo, ou seja, a cúpula da igreja, depois que já haviam me escorraçado, começaram a dizer para outras lideranças de igreja que eu havia saído da rádio porque eu havia feito uma administração temerosa, que eu inclusive não soube administrar a rádio. Ou, falando abertamente, que eu havia até dado desfalque na rádio. Isso foi em 2004. Conforme eu apresentei para V.Exa. aí, um documento da ata da fundação, em dezembro de 2000, eu deixei de ser presidente da rádio, e as minhas notas foram apresentadas. Aí, eu vi que eles estavam atentando contra minha moral. O que eu fiz, Excelência? Eu acredito nas



instituições, acredito na Justiça, acredito na Câmara, acredito no Conselho de Ética. Eu entrei com uma ação contra, não contra o Mário de Oliveira, mas contra o presidente da rádio. Porque, se existe alguma situação dessa, quem tem que responder e provar é o presidente da rádio. Entrei com uma ação contra o presidente da rádio, para que ele fosse à Justiça explicar que desfalques eu dei e o que eu havia feito de errado. Perante o juiz, ele disse que nada disso existia, que ele estranhava eu haver entrado com essa ação porque eu deveria ter conversado com ele, e o relacionamento já tinha acabado há muito tempo; que, pelo contrário, o Ministério Público, todo ano, aprova as contas da rádio, e as contas foram aprovadas com louvor, e que eu fui um excelente administrador para a rádio. Eu passo às mãos de V.Exa. também essa ação. Essa ação se extinguiu, porque eu entrei com representação para ele provar. Ele chegou lá e reconsiderou. Disse que não existia nada. Aí, Sra. Presidenta, comecei a mexer no orgulho dele. Comecei a mexer no orgulho dele. Aí, esse é mais um do início dos envolvimento de que aconteceu. Depois de tudo isso, os meus assessores e o meu irmão, conforme eu disse aqui, me animaram. Falaram assim: *“Olha, você é um cara vitorioso. Saia Deputado. Não entregue os pontos, não. Você teve o voto de outras denominações”*. Foi onde eu resolvi sair candidato. A partir daí, eles começaram a continuar a me perseguir. E aí, Excelência, o Pastor Mário de Oliveira reuniu todos os pastores, porque todo mês faz uma reunião com todos os pastores. Reuniu todos os pastores e mandou soltar um panfleto para esses pastores. Deu uma quantidade enorme para os pastores, para esses pastores soltarem para os membros da Igreja, e, ainda, para os membros da Igreja soltarem para os seus vizinhos e comunicarem aos seus familiares. Com isso, mais de 200 mil pessoas tomaram conhecimento desse documento que o Mário de Oliveira mandou distribuir. E eu permito e vou ler para a senhora o que fala esse documento: *“Amados irmãos, a graça e paz de nosso Senhor Jesus Cristo. No Sermão da Montanha de 2003, o Sr. Carlos...”* Isso, Excelência, em 2005. Em 2005 ele manda um comunicado de um ato que aconteceu...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Em novembro de 2005.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É. Em novembro de 2005 ele manda um comunicado, dizendo que em 2003, no início de 2003, *“o Sr. Carlos Willian,*



numa atitude irresponsável” (olha, me chama de irresponsável para mais de 200 mil pessoas), *“passou a agredir com palavras a Polícia Militar”* (eu expliquei para a senhora, aqui, que não houve nenhuma agressão dessa), *“incitando o povo contra essa gloriosa corporação”*. Quer dizer, agora está me jogando contra o povo. *“Como se não bastasse, passou também a fazer críticas contra o Governador”* (eu não vou falar o nome dele aqui, porque é meu amigo, pessoa que eu prezo muito), *“jogando o povo contra o Governador e o Secretário de Governo”* (também que é meu amigo, e tentou me jogar contra o Secretário de Governo), *“ferindo os princípios bíblicos que ensinamos”* (Sra. Relatora) *“de que toda autoridade é constituída por Deus. Foi um momento de grande constrangimento para todos, pois no palanque estavam diversas autoridades, inclusive da própria Polícia”*. Excelência, o próprio povo não entendeu nada: *“Eu estava no Sermão da Montanha. Foi uma festa bonita. Eu não vi o Carlos Willian fazer nada disso”*. Aí ele continua no seu comunicado: *“Por esta razão, o Conselho da Igreja se reuniu e decidiu, numa atitude disciplinar, afastá-lo das suas atividades por um período de 6 meses”*. Não aconteceu isso. Ele me escorraçou da Igreja, porque, quando eu disse à senhora, no início, para ele tomar essa atitude, tinha que ser conforme esse estatuto da Igreja que eu mostrei para a senhora. Ele teria que ter feito e me levado ao Conselho de Ética, com direito à defesa e tudo, e não o fez. *“Ao mesmo tempo, delegou autoridade ao Pastor Jerônimo Onofre da Silveira para administrar a Rádio 107...”* Olha, é mentira. Por que, Excelência? Porque fui eu que, em 2000, licenciei da rádio, em dezembro. E quem assumiu foi o Pastor Jerônimo, porque ele era o vice-presidente. Então, não houve determinação do Mário para assumir a Igreja, e muito pouco não foi nessa época, foi naquela época. *“...período em que encontrou diversas irregularidades administrativas”*. Excelência, o próprio Pastor Jerônimo, o próprio Pastor, Deputado Eduardo, o próprio Pastor Jerônimo foi em juízo, antes dessa carta, e disse que não tinha nenhuma irregularidade e parabenizou a minha administração. Depois que ele foi em juízo, ainda a Igreja escreve uma carta, dizendo que o Pastor Jerônimo encontrou diversas — vou terminar — irregularidades administrativas.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Deputado, esse foi o documento que V.Exa. foi à Justiça pedir que não fosse mais distribuído.



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É isso que eu vou falar para a senhora. Eu estou dizendo para a senhora que esse documento ele distribuiu para a Igreja. É isso aí. Eu vou explicar para a senhora.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - É. Isso foi falado.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É. *“Mas o Sr. Carlos Willian, ao invés de submeter à disciplina — que não houve nenhuma disciplina — tomou atitude contrária e rompeu com a Igreja”*. Veja a senhora, é sério: contra o ministério da Igreja. *“Não podemos ficar calados diante desta traição à Igreja...”* Excelência, passar um panfleto desses para mais de 200 mil pessoas... *“...e aos milhares de eleitores que confiaram nele”*. Ele mistura notícia de igreja com eleitores: que eu saí da igreja porque eu traí meus eleitores. *“Por este motivo, decidimos manter o ministério e a membresia informados acerca do ocorrido e deixar claro que Carlos Willian abandonou a Igreja”*. Isso é uma arma para me assassinar politicamente. Eu, não concordando com isso, Deputado Paulo Piau, não concordando com isso, de novo procurei a Justiça, em quem eu acredito, e entrei com uma ação inibitória. Eles foram humilhados, porque o juiz mandou o Pastor Mário de Oliveira parar. Concedeu-me uma liminar, que está aqui, proibindo o Mário de Oliveira e a Igreja de falar o meu nome. E mandou recolher todos esses materiais. O Mário de Oliveira reuniu todos os pastores de uma forma constrangedora, que me informaram. *“Irmãos, vocês se lembram daquele papel... Não, não falem o nome. Eu estou proibido de falar o nome. Mas vocês sabem o que é. Vocês, agora, vão ter que ir embora e recolher todos esses papéis, por determinação da Justiça”*. Eu passo às mãos da senhora, e solicito que passe também aos membros do Conselho, esta ação que eu entrei. Excelência, como terminou essa ação? O juiz concedeu a liminar. Na primeira audiência que houve, a Igreja propôs um acordo. Eu pensei muito. E eu poderia continuar com a ação e poderia ter recebido indenização financeira deles, porque eles denegriram a minha moral. Eu poderia entrar com uma ação penal contra o Mário de Oliveira, porque ele denegriu a minha moral. Mas eu resolvi não fazer isso, porque não é o meu objetivo. E eles propuseram... Eu vou ler para a senhora, aqui, o Termo de Audiência, finalizando este processo: *“Requerido...”* (tal, tal, tal, tal) *“...para juntar aos autos”*.



A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Deputado, alguns colegas estão pedindo ao senhor para eles poderem participar.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Pois não. A senhora me deixa só terminar?

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Por favor.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Aliás, deixe-me terminar só essa seqüência, porque realmente as perguntas vão aumentar. Olha: *“Proposta a conciliação”* (eles que propuseram), *“a mesma foi aceita nos seguintes termos: os requeridos, Igreja do Evangelho Quadrangular e Mário de Oliveira, se comprometem a não denegrir o nome e a imagem do requerente Carlos Willian de Souza”*. Esse processo foi finalizado dessa forma. Srs. Conselheiros, Srs. Deputados, senhoras e senhores, Sr. Presidente, eu achei que já estava tudo acabado. Candidatei-me a Deputado. Ganhei as eleições. E a maior derrota do Mário de Oliveira foi eu ter ganhado as eleições, porque ele não queria e me atrapalhou a ganhar as eleições. O Deputado da vez passada, que era o preferido — eu era o azarão —, perdeu a eleição também. No dia 1º de fevereiro, Excelência, na posse, nesta Casa, quando eu estava saindo do cafezinho, ele estava entrando. Confesso que eu tremi todo, porque foi a primeira vez que eu estive com ele depois desse tempo todo. Quando eu acabei de passar por ele, ele virou para mim e começou a gritar — não vou repetir — palavras de baixo calão. E começou a gritar e começou a gritar de uma forma... de uma forma doida, totalmente despreparado, que não é de um pastor nem de um parlamentar. De uma forma doentia...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Várias pessoas devem ter visto isso, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É. Eu vou chegar lá. E começou a me agredir e me agredir e me agredir. E aí, em determinado momento, eu falei assim: *“Olhe, o senhor faça o favor de me respeitar, porque eu sou Deputado Federal aqui, agora, como o senhor. Eu o respeito e quero que o senhor respeite também a minha integridade”*. E eu me lembro ainda da última palavra: *“Eu vou te matar”*. E falo com a senhora...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Ele o ameaçou?



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Ele me ameaçou. E eu tenho as coisas que eu prezo na minha vida: são (*choro*) meus 2 filhos de 4 anos, gêmeos, o meu menino de 1 ano, a minha família e Deus. Pode não provar que ele falou isso, mas, diante de Deus, eu me lembro como se fosse agora. Aí, V.Exa., Sra. Relatora, passado isso, eu fiquei todo desconcertado, encontrei com a minha família, fui almoçar. Quando eu entrei no gabinete... Quando eu ia para o meu gabinete, porque eu era do Anexo III e estava indo para o Anexo IV, eu escuto uma pessoa gritar: “*Ai, ai, ai, ai, ai*”. Quando eu olho, é ele gritando para mim de novo: “*Não encosta no meu sobrinho, não. Sai de perto do meu sobrinho, seu safado, vagabundo*”. Excelência, aquilo de novo... Eu tremi, abaixei a cabeça, fui para o meu gabinete. Fui socorrido pelos meus assessores, que estão aqui (*choro*). E, analisando friamente, eu falei assim: “*Eu não posso ficar com essa situação. Eu achei que isso tudo tinha acabado, mas não acabou. Agora, eu sou um Deputado. Quero crescer. Participo de Comissão, como ele também, como todos nós. Tenho vários amigos nesta Casa. Imagine se, um dia, eu estou em uma audiência, ele chega e grita comigo. Imagine se estou no corredor e o cara me escorraça de novo, só porque eu não quis ser o capacho dele como Deputado, lá no início do mandato*”. E, de novo, acreditando nas instituições (*choro*), acreditando na Câmara, na Justiça, eu entrei com uma representação contra ele no Conselho de Ética, narrando todo este acontecimento, Excelência. Passado algum tempo, eu perguntei ao Deputado Inocêncio: “*Deputado Inocêncio, como é que...*”

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Na Corregedoria...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Desculpem-me. Na Corregedoria. Entrei na Corregedoria, porque eu precisava ter a minha integridade mantida nesta Casa. Foi quando... Passaram-se vários dias, o Deputado Inocêncio... “*Como é que está, Deputado Inocêncio?*” E o Deputado Inocêncio é uma mãe, um amigo de todos os Deputados que estão aqui. Ele falou assim: “*Carlos Willian, não mexe com isso. Vai denegrir a imagem da Casa, que já anda muito desgastada*”. Eu falei: “*Inocêncio, eu só quero a minha garantia*”. “*Não, eu vou conversar com ele*”, e tal, tal, tal. Um dia eu chamei um Deputado amigo meu — não vou revelar o nome — para ir lá no Inocêncio Oliveira. O Inocêncio falou: “*Olha, eu já conversei com ele. Você pode ter certeza de que ele vai respeitá-lo*”. Eu passo para a senhora a cópia do processo, a



representação que eu entrei contra ele no Conselho de Ética, narrando, inclusive, que ele disse que iria me matar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Só para fazer uma explicação aos senhores membros...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - No Conselho de Ética não, Sr. Presidente. Desculpe-me. Na Corregedoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Corregedoria. A Corregedoria já encaminhou a este Conselho de Ética toda a documentação desse caso. Encontra-se na mão da nossa Relatora.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Pode passar para...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Deputado...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Só concluindo... Estou encerrando, Excelência, esse episódio. Conclusão: passados quase 45 dias, ele me olhava com um olho de quem queria me esganar. E eu estava cortando caminho. Ele entrava numa porta, eu saía na outra. Eu via que ele vinha.... E vou falar com a senhora até covardia minha: eu já virei as costas para poder fugir dele, quando eu o via. Mas eu não podia continuar nessa situação. E eu estava com medo. E aí eu fiz, vários dias depois, um outro documento para o Inocêncio Oliveira: *“Sr. Deputado Inocêncio Oliveira, em cordial visita, solicito a V.Exa. informações sobre providências tomadas em relação à representação por ato atentatório ao decoro parlamentar contra o Deputado Mário de Oliveira, protocolado nesta Corregedoria em 14/02 (eu fiz esse documento em 20 de abril), sob o número”* tal. *“Sr. Corregedor, tendo em vista que a representação tem caráter de urgência e a gravidade dos fatos e das circunstâncias relatadas e na necessidade da manutenção da minha integridade física, se faz necessário que a representação surta seus efeitos legais”*. Protocolei, buscando de novo a Justiça, Excelência. Finalizando, foi quando eu tomei conhecimento... Já disse aqui no início: fui à Justiça, busquei e denunciei no plenário. Volto a dizer: não estou acusando o Deputado Mário de Oliveira. Eu só preciso que este Conselho trabalhe e busque a verdade sobre esses fatos. Foi quando, nesse período, vieram 3 pessoas, inclusive colegas Parlamentares, me procurar, dizendo que o Pastor e o Deputado Mário de Oliveira queriam fazer um acordo comigo. Eu mandei a seguinte resposta de volta: *“Olhe, qual acordo vou fazer? Na Justiça, o crime é de ação*



pública. Foi o Promotor, foi o Ministério Público, foi a Justiça que entrou com a ação. No Conselho de Ética, foi o partido, o PTC. Eu não posso retirar. E mesmo que eu pudesse retirar tudo isso, qual acordo seria? Ele vai prometer não mandar mais me matar? Vai garantir a minha sobrevivência por mais quantos anos? Eu não posso fazer esse acordo. Não tenho condições de fazer esse acordo. E não me procure mais com essa possibilidade de fazer acordo". V.Exa. me desculpe por eu ter extrapolado, mas eu tinha que prestar todos esses esclarecimentos para o Conselho e para V.Exa.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Deputado, eu vou só encaminhar para o senhor, se o senhor quiser conhecer... Eu não vou repetir o nome da pessoa, mas a gente falava aqui de um... Podemos prosseguir?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Podemos. Por favor.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - ...de um assessor seu que, segundo consta, estaria (são processos) envolvido (não vou repetir o nome da pessoa, porque já falamos) em falsificação de documentos públicos, em uso de documentos falsos. Isso, se o senhor não conhece, eu vou lhe mostrar.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - A senhora me empresta esses documentos, por favor?

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Vou lhe mostrar. Se o senhor quiser, pode até xerocar. A pessoa cujo cartão foi encontrado junto. Mas, Deputado, acho que o senhor pode solicitar o depoimento de alguém, porque é muito importante, sobre esses 2 fatos do dia 1º de fevereiro. O senhor pode sugerir que este Conselho...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Excelência, empreste-me, por favor, a representação que eu passei para a senhora, do Conselho de Ética.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Se o senhor pudesse sugerir algum testemunho...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Desculpe-me. Na Corregedoria. Na Corregedoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Aqui nós não seguramos nenhum documento.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É esse debaixo, aí...



A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Esse?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Se o senhor puder sugerir alguém que tenha testemunhado esses fatos...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Olhe, deixe-me falar com a senhora: se a senhora...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Inclusive, o senhor disse que foi ameaçado, que ele disse: *"Vou mandar te matar"*. O senhor disse aqui.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Foi. Veja a senhora, aqui dentro eu narro todos os fatos, eu peço providência. O Deputado Mário de Oliveira esteve com o Deputado Inocêncio Oliveira e não contestou esse documento. A primeira prova que eu entendo é que quem cala consente. Porque ele deveria ter representado contra mim, deveria ter tomado providências, deveria ter contestado por escrito e não o fez. E aqui eu narro que as testemunhas são as senhoras que trabalham no cafezinho. Que aqui tem um Deputado, inclusive...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Porque isso pode ajudá-lo muito.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Pode.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Se o senhor puder sugerir nomes de testemunhas, nós poderemos...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, está aqui. Se a senhora ler aqui, está.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Tem nomes?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Inclusive tem o nome de um Parlamentar, colega nosso, que estava presente. Agora, vai ser difícil um Parlamentar amigo nosso chegar e falar: não, realmente eu vi, ele mandou matar etc. Vai ser difícil. As mulheres do cafezinho... Por quê? Porque o outro que eu estou determinando aqui, acusando, é Deputado Federal. As mulheres do cafezinho vão ficar com medo. A senhora tem que procurar as pessoas que eu narrei aqui. Mas todas elas estavam presentes. O documento tem consistência. Agora, a primeira prova que eu considero é a seguinte: ele não contestou esse documento, ele não respondeu por escrito...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - É...



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Pois não.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Estou lhe passando o documento que lhe falei, sobre a questão da chefia de gabinete. E queria só solicitar ao senhor — é a última questão — se o senhor poderia falar... se o senhor conhece uma ONG chamada Ministério Jeová-Jiré. Se o senhor participou, se conhece... E já estou encerrando aqui a minha oitiva.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Essa ONG Jeová-Jiré é uma ONG onde o Pastor Mário de Oliveira, de forma indireta, comanda, através do Pastor Jerônimo, que é o presidente dessa rádio. Eles fizeram um convênio com a Prefeitura de Contagem, onde prometiam curar drogados em 15 dias. E o Jerônimo era Secretário de Ação Social. Ele recebia verba e repassava para a própria entidade, que era dele. E o conhecimento que eu tenho é de que o Ministério Público entrou com uma ação, e essa ação já está na Justiça, e ele pedindo a condenação do Pastor Mário de Oliveira para a devolução, por crimes etc.. E também pediu a do Pastor Jerônimo. Esse processo, o Mário de Oliveira foi eleito Deputado Federal, como consta o nome dele, ele subiu e está aqui, agora, no Supremo Tribunal Federal.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, encerro a minha intervenção inicial e devolvo a V.Exa. a palavra.

Deputado, podemos fazer uma cópia disso, se V.Exa. desejar.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Excelência, gostaria de ver a data desses 2 inquéritos policiais.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Foi a partir de um questionamento nosso. Vou fazer uma cópia e vou entregar-lhe.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Foi V.Exa. que solicitou isso?

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O Conselho de Ética, o Presidente Ricardo Izar, a Relatora e a Secretária do Conselho de Ética.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sra. Relatora, deixe-me fazer um apelo a V.Exa. e aos caros membros do Conselho de Ética. Vi aqui, Excelência, na defesa do Deputado Mário de Oliveira, que ele pede como testemunha o Sr. Celso Brazo Nascimento, o Sr. Marcos Régio, o Sr. Odair e outras 2 pessoas que trabalham no Shopping Tamboré. Entendo, Sr. Presidente, caros colegas, que a



maior testemunha — e vejo também que quem V.Exa. arrolou como testemunha e quem V.Exa. está convocando não está —, uma das principais provas que temos. Porque essas pessoas que estão aqui a Polícia Federal já mandou ouvir 2. E faço um apelo a V.Exa., antes de ouvir qualquer pessoa, porque aqui só está havendo defesa e não há acusação.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Caro colega, a Relatoria ainda não apontou ninguém.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Mas eu faço esse apelo a V.Exa. Entendo que a principal prova, porque até agora só houve defesa, é que V.Exa. convoque o delegado que presidiu o inquérito na cidade de Osasco e os policiais responsáveis pela prisão e pela investigação. Porque essas pessoas que hoje estão sendo faladas, que ela montou o esquema... e, diga-se de passagem, se eu fosse advogado ou se eu fosse o Deputado Mário de Oliveira, as primeiras pessoas que eu chamaria como testemunhas seriam os delegados de São Paulo e o delegado. Ainda mais, eu iria chamar essas pessoas para serem testemunhas, coisa que ainda não foi feita. Desculpem-me por minha ansiedade. Encerro e peço desculpas a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Só para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Só para um esclarecimento. Esta Presidência sugeriu à Relatora e S.Exa. fez um requerimento enviando um convite ao delegado.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Ao delegado e aos policiais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Então, todas as pessoas que forem sugeridas aqui... porque na realidade nós estamos á procura da verdade. Então, se são necessárias, vamos convidá-las.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Só para reiterar, primeiro, que esta Relatoria ainda não tinha convidado ninguém. Mas já estamos chamando para oitiva o delegado titular da Polícia do Distrito de Osasco, Dr. Marcos Rodrigues de Oliveira, os policiais que participaram da apreensão, os Srs. Geraldo Buscarelli Júnior, Régis Francisco do Espírito Santo, Maurilúcio Zeizer e a Sra. Antonieta Buonopane, por considerar que esses depoimentos são muito importantes. Já estão sendo convidados.



Agradeço muito a sugestão e o zelo do Deputado Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Agradeço muito a V.Exa. e peço desculpas pela minha ansiedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, pelo nosso regulamento, logo após as perguntas da Relatora, ouviremos o representado, que terá 10 minutos. Em seguida ouviremos os Deputados Dagoberto, Moreira Mendes, Professor Ruy Pauletti e José Eduardo Cardozo.

Com a palavra, por 10 minutos, o Dr. Itapuã Prestes de Messias, que é o advogado do representado.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Sr. Presidente, inicialmente agradeço a V.Exa., à nobre Relatora, aos Deputados membros desta Comissão, ao Deputado Carlos Willian, pela gentileza de transferir a reunião de ontem para hoje. Infelizmente eu tinha um compromisso no Tribunal do Júri da Circunscrição Judiciária do Distrito Federal e não pude comparecer. Agradeço a gentileza que foi deferida a este advogado.

Sr. Presidente, diante de um tempo de 10 minutos apenas para inquirir, gostaria de fazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Se for necessário, V.Sa. terá mais tempo.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Agradeço a V.Exa.

A primeira pergunta que gostaria de fazer ao Deputado Carlos Willian, até a mudo um pouco, porque ela tinha uma conotação e agora, ao final, passa a ter outra.

Na opinião do Deputado Carlos Willian, Sr. Presidente, S.Exa. e o Deputado Mário de Oliveira podem, de alguma forma, sem necessariamente apontar quem S.Exa. julgar que não deva apontar, ser sujeitos de uma armação para ambos? É possível, no entendimento dele? E agora venho para o final: ou, segundo sua última declaração, S.Exa. disse que não tem como fazer um acordo com o Deputado Mário de Oliveira, a menos que seja uma proposta do Deputado Mário de Oliveira de não mandar matá-lo. A pergunta objetiva: S.Exa. acredita que ambos podem estar sendo sujeitos de uma armação, de uma articulação, de uma tentativa de prejudicar a ambos?



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Primeiro, gostaria, com todo respeito de corrigir — corrigir não, retificar V.Sa.: —: não falei que aceitaria um acordo desde que ele não mandasse me matar. Mandei dizer que não tenho condições de fazer nenhum acordo com ele, primeiro, porque não fui eu que o representei no Conselho de Ética. Quem move ação contra ele é a Justiça, através de dados de apreensão da Polícia de Osasco. Segundo, qual o acordo que eu faria? De ele não mandar me matar? Não existe a menor possibilidade disso. Estou dizendo a V.Sa. que não estou falando que ele mandou me matar, mas dentro das evidências e das provas da Polícia Federal, e se fosse ele que me tivesse mandado matar, eu tenho condições de fazer acordo com bandido? Não estou falando que ele é bandido. Tenho condições de fazer acordo com bandido? “Olhe, você não me mate mais, não; não me assalte minha casa mais, não.” Não tenho condições de fazer isso. Então foi essa a resposta, não o chamando de bandido, com todo respeito. O que eu quis dizer é que não há condições de se fazer um acordo desse.

Segundo, não existe nenhuma possibilidade de alguém fazer alguma armação contra mim e contra ele ao mesmo tempo; ou é contra um ou é contra o outro, porque, no meu caso, não tenho grupo político. Meu grupo político sou eu, meu assessor e meu irmão. Não tenho briga política com ninguém, não tenho briga partidária, não tenho nada. Agora, contra ele, quem deveria responder é ele. Acredito que, se alguém tentar fazer alguma armação contra mim, principalmente a polícia de São Paulo, como está sendo cogitado, a primeira coisa que faria, Doutor, e até sugiro a V.Sa, como advogado, seria uma representação na Corregedoria da Polícia de São Paulo, porque aí estão envolvidos um delegado, um delegado seccional, 4 detetives que foram investigar um crime. Se for armação, é muito sério. Há até um cadáver. Uma armação com cadáver, com 2 tiros na nuca, é muito difícil. Eu entraria primeiro; segundo, a primeira coisa que eu faria, se essa fosse uma armação com esse Sr. Odair, amigo do Pastor Mário de Oliveira, eu teria cortado relacionamento. Eu teria cortado a verba de 1.400 reais que mando para a Casa de Recuperação. Segundo, eu o demitiria da igreja. Não posso perguntar ao senhor, mas será que ele foi demitido? Será que a verba foi cortada? E faria mais, representaria contra o Sr. Odair na Justiça. Enquanto isso não fosse apurado, eu tomaria as medidas necessárias para poder punir, principalmente porque o Sr. Mário



de Oliveira é uma pessoa pública, é um Deputado Federal. Não se pode deixar qualquer pessoa insana dessa fazer depoimento, desfazer depoimento e nem tampouco a polícia de São Paulo fazer uma armação dessa contra ele. Na menor das hipóteses, teria de fazer uma representação na Corregedoria de São Paulo.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Sr. Presidente, essa representação já foi requerida em audiência com o Corregedor de São Paulo.

Deputado, Sr. Presidente, o nobre Deputado Carlos Willian disse que...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O senhor permite? Nós poderíamos aguardar a Relatora?

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - A Relatora vai se afastar por 2 minutos, e gostaria de aproveitar essa oportunidade para colocar em votação o requerimento que já se encontra na Mesa da Relatora nos seguintes termos:

“Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 14, inciso IV, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, as oitivas do Sr. Marcos Rodrigues de Oliveira, Delegado de Polícia Titular do 7º Distrito de Osasco, e ainda dos Policiais Geraldo Buscarelli Júnior e Régis Francisco Santo e Maurilúcio Zeizer, e da Sra. Antonieta Buonopane, por considerar esses depoimentos de grande importância à elucidação dos fatos e necessários à instrução do Projeto nº 5, de 2007, instaurado contra o Deputado Mário de Oliveira.”

Assina a Deputada Solange Amaral, Relatora.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que forem pela aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO o requerimento.

Vamos suspender a sessão por 1 minuto.

(A reunião é suspensa.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está reaberta a sessão. Com a palavra o Dr. Itapuã Prestes Messias.

O SR. ITAPUÃ PRESTES MESSIAS - Sr. Presidente, no início do depoimento do Deputado Carlos Willian, ele nos trouxe a informação de que no ano de 2000, 2001, 2002, foi quando ele iniciou... aliás, 1982, ele iniciou as relações políticas com o Deputado Mário de Oliveira, e que o Deputado Mário de Oliveira teria sido eleito Deputado e queria ser Secretário de Estado. E que teria tentado montar uma renúncia, um movimento qualquer para ou ser Secretário de Estado ou ele renunciaria a esse mandato, numa tentativa de pressionar o Governo do Estado para ser Secretário. E que, por conta disso, Sr. Presidente — palavras do Sr. Deputado Carlos Willian —, por conta dessa atitude do Deputado Mário de Oliveira, ele *“percebeu daí já a personalidade de Mário de Oliveira”*.

Gostaria que fosse perguntado que personalidade ele percebeu no ano de 1982.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Primeiro, gostaria de pedir desculpas mais uma vez à Sra. Relatora e ao Sr. Presidente pela minha ansiedade em querer responder, em querer antecipar tudo isso. O que eu quero é que isso acabe rápido, porque está muito ruim a vida da gente. Respondendo a V.Sa, Dr. Itapuã, o que eu quis dizer com isso foi o seguinte: que o Mário de Oliveira tomou essa atitude — e os jornais, a imprensa, na época, podem reviver os fatos que aqui aconteceram — só agora, depois disso... E vou ser sincero com o senhor: não é só agora, com as provas da tentativa de homicídio que descobriu a polícia de Osasco contra mim não, porque até aí eu estava — e poderia até acreditar — achando que poderia ser alguém, ou que poderia ser alguma armação. Tanto que eu me mantive no meu silêncio. Ocorre, Doutor, que agora esse Sr. Odair foi à Polícia Federal. E, no depoimento anterior, onde lia-se Carlos Willian, passou-se a ler Mário de Oliveira, e onde lia-se Mário de Oliveira, passou-se a ler Carlos Willian. Ou seja, uma inversão completa das provas, ou, das provas, não, da testemunha. Porque prova é uma coisa, e testemunha faz parte de uma das provas. Inclusive, Sra. Relatora, Sr. Presidente, nesse segundo depoimento do Sr. Odair, ele fala que ligou para o meu telefone, que teve contato comigo, etc. Nunca vi essa pessoa na minha vida. E eu



gostaria, agora, espontaneamente, de colocar à disposição o meu sigilo telefônico da minha residência, do meu escritório e do meu único telefone celular, que foi o terceiro telefone a ser comprado em Minas Gerais. Ou seja, tem 22 anos que eu tenho o telefone celular. Eu não tenho telefone para atender a determinadas ligações privadas. O meu telefone é um só. Foi o terceiro a ser comprado em Minas Gerais. E, se a senhora quiser, eu posso até facilitar: de novembro para cá, eu já posso trazer para a senhora todas as contas com os números especificados. Então, respondendo ao senhor, o que eu quis dizer com isso... A Sra. Relatora me perguntou o meu relacionamento como começou. E eu fui traçando o relacionamento todo como foi até hoje. E hoje é que eu estou vendo qual é a intenção e qual é a personalidade do Mário de Oliveira. Por quê? Volto a dizer: não estou acusando que ele mandou me matar, mas a inversão de provas e a inversão do depoimento do Sr. Odair, que agora disse que me conhece e que foi eu quem armou tudo isso, com certeza, não foi ele que fez. Foi orientado por V.Sa. e também acompanhado pelo Deputado Mário de Oliveira. Então, é o que eu entendo. Eu não estou acusando.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Não, não. O senhor está acusando.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Está acusando. V.Exa. está me acusando.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Doutor...

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Sr. Presidente, pela ordem. V.Exa. está me acusando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Só queria lembrar ao senhor advogado que não pode se dirigir diretamente à testemunha.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - É que eu não posso acusar V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - V.Sa., querendo usar da palavra, tem de se dirigir ao Presidente.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Então, voltando, eu estou achando o entendimento, porque é isso que é função. Eu, como advogado, é isso. Eu tenho que descaracterizar todas as provas e tenho que buscar o erro lá atrás e tentar



consertar. Agora, eu volto a dizer ao senhor que eu tenho muito respeito pela sua capacidade profissional. Eu não o conheço pessoalmente, mas já o conheço de fama. Acho que o senhor tem que defender o cliente. Volto a dizer: eu não estou acusando o senhor. E acho também que a defesa vai tentar, de qualquer jeito, abalar a minha moral e vai tentar buscar qualquer assunto para representar contra mim no Conselho de Ética para embolar todo esse sistema. Mas eu vou tentar, o mínimo possível, ser cauteloso para eu não entrar nessa atitude.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Dr. Itapuã, com a palavra.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Sr. Presidente, eu recebo as desculpas. Agradeço a V.Exa. e recebo as desculpas, acatando-as, inclusive.

Sr. Presidente, se, à época dos fatos, ele já sabia, em 1982, da personalidade do Deputado Mário de Oliveira, já havia percebido essa personalidade que ele não identificou qual era, eu gostaria que ele relacionasse para nós, aqui -- acho que ele já relacionou --, por que ele aceitou todos os cargos indicados pelo Deputado Mário de Oliveira de 1982 para cá? Foram esses os cargos públicos. Trabalhou, depois, inclusive, no escritório de Belo Horizonte; foi apoiado pelo Deputado Mário de Oliveira como candidato a Deputado Federal; foi Diretor Financeiro da EPAMIG, por indicação do Deputado Mário de Oliveira, e Coordenador da FUNASA, ou do Fundo Nacional de Saúde, eu não sei, também por indicação do Deputado Mário de Oliveira.

Se a personalidade dele já tinha sido identificada naquela época, por que ele aceitou essas indicações, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Olha, eu vou responder, mas não poderia deixar de fazer um comentário: eu não sei em que isso poderia colaborar com os trabalhos deste Conselho, porque nós estamos aqui é tentando apurar algumas responsabilidades. Mas eu respondo, com tranqüilidade, ao senhor, da mesma forma que o senhor, hoje, está representando o Mário de Oliveira. Na época, eu tinha... Volto a dizer: hoje é que eu estou fazendo uma reflexão da personalidade dele. Foi o que eu disse. Hoje eu estou fazendo uma reflexão da personalidade dele. Agora, por que eu aceitei, primeiro, trabalhar com ele? Primeiro, porque eu precisava de emprego e precisava trabalhar e era um emprego bom; segundo,



continuava trabalhando e o ajudando. Não é só aceitando o emprego dele, não; é indo para a rua, pedindo voto, pregando cartaz em poste — porque naquela época permitia — até de madrugada, panfletando na cidade de Belo Horizonte, deixando os meus afazeres. Estava trabalhando na política. Era eu quem bolava os cartazes dele; era eu quem ficava na gráfica até de madrugada para tirar os cartazes e distribuir para as Igrejas; era eu quem acabava com os meus carros. E tudo isso fazia, senhor advogado, com um prazer muito grande. Não me arrependo de ter feito. Fazia por convicção, porque eu gostava e porque todas às vezes que eu fiz, ele teve uma campanha vitoriosa. Agora, todos nós, aqui, que estamos nesta sala, entendemos de política. E a gente sabe que, quando você vai indicar uma pessoa para um cargo político, você vai indicar os companheiros, os seus amigos, aquelas pessoas que trabalharam com você na campanha, aquelas pessoas que te ajudaram. Então, eu aceitei -- e agradeço por ter aceitado, porque isso faz parte da minha formação -- justamente por sermos parceiros até aquela época.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - ...ele também disse — entre aspas — “que teria ficado magoado” porque foi escorraçado da relação política ou dos quadros da Igreja Quadrangular.

Ele confirma essa expressão: “ter ficado magoado” e ele não vê isso como uma relação política? Ele acha que isso foi pessoal?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado, com a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Primeiro, eu gostaria, também, de, de novo, de me dirigir a V.Sa. que eu não falei entre aspas, não. Eu falei abertamente. E gostaria de dizer para a Sra. Relatora, para o Sr. Presidente, para os membros do Conselho que tudo o que eu estou falando aqui não tem subpensamento, não tem aspas, não tem nada. Eu estou falando com todas as letras e com a melhor clareza possível. E agradeço o senhor por me orientar. Eu gostaria de pegar o livro do Conselho de Ética, fazendo o favor, que eu passei para a senhora. Já foi lá para dentro?

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O Estatuto da Igreja?



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O Estatuto da Igreja. Se o senhor memorar um pouquinho, o que eu disse para o senhor aqui, no início, foi o seguinte: que, depois da eleição, por eu não ter aceitado renunciar ao mandato em detrimento de uma outra pessoa, que era o meu suplente da Igreja que perdeu a eleição, começou um relacionamento a se deteriorar. E o Pastor Mário de Oliveira praticamente me escorraçou da Igreja. Porque em depoimento aqui, neste Conselho, semana passada, ele disse que se reuniu e que o Conselho resolveu me aplicar uma disciplina. E eu mostrei que não foi isso que aconteceu, porque a Igreja trabalha com o Regimento. E qualquer um dos seus membros, principalmente os que participam do *quorum* da Igreja, para ele ter uma pena da Igreja, ele tem que passar pelo Conselho da Igreja. Tem que ter uma representação; ele tem que ter o direito de defesa; é formada uma Comissão de Ética, que vai analisar se ele errou ou não, respeitando a defesa. Depois, essa Comissão é que decide se vai suspendê-lo ou não. E isso não aconteceu. Está aqui o Regimento da igreja. O que ele determinou para mim foi o seguinte: *“Você está suspenso 6 meses e você não volta aqui na igreja mais durante 6 meses.”* Se o senhor acha que isso não é... Desculpa, eu vou retirar “se o senhor acha”. No meu entendimento, eu acho que isso é escorraçar. *“Você sai daqui e não volta aqui mais durante 6 meses.”* Seis meses depois eu voltei para conversar com ele. Ele tornou a me escorraçar. *“Você só volta aqui quando eu te chamar.”* Até que foi deteriorando.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Sr. Presidente, eu gostaria de passar às mãos deste Conselho de Ética uma correspondência do Capitão da PM Comandante de Policiamento a respeito de um relatório de serviço naquele evento que foi realizado em Belo Horizonte, quando ele relata ao Comando da PM os fatos ocorridos, relatando que a PM teria sido desacatada pelo Deputado Carlos Willian. À época, acho que não era Deputado ainda. Parece que era apenas coordenador da Igreja.

Então, o fato realmente ocorreu. Não quero entrar na discussão do fato. É apenas para encaminhar ao Conselho de Ética.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma pergunta ao Deputado Carlos Willian: entendo que são 2 Deputados Federais e que um Deputado Federal, indicado a este Conselho como testemunha de uma agressão, depois de intimado,



ou indica e defende um, ou ele não indica e corrobora com o outro. Ele fica numa situação impossível de não se manifestar.

Então, insistiria a V.Exa. que perguntasse ao Deputado Carlos Willian qual o Deputado Federal que teria ouvido, já que era na data da posse, as agressões relatadas nesta assentada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, este é um momento muito delicado, porque esta é uma Casa política. Eu não vou, a não ser que o Presidente determine, eu não vou aqui mencionar o nome do Deputado que testemunhou. Mas eu coloquei na peça que eu representei na Corregedoria. Foi colocado. O nome dele está colocado ali. O senhor está me entendendo? Se o senhor permitir, eu não gostaria de falar o nome dele aqui. Mas, se o senhor folhear ali a representação que eu fiz na Corregedoria, o nome dele está constando ali.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Agradeço a V.Exa.

Já basta. Eu achei que não estava relatado, entendeu, Sr. Presidente?

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - É um documento público!

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - É porque eu achei que não estava lá. Senão, não teria nem pedido.

Agradeço a V.Exa.

Sr. Presidente, a partir de 2000, ele continuou sendo advogado da igreja e pessoalmente do Deputado Mário de Oliveira ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Excelência, eu gostaria... Eu não sei qual é o objetivo, mas talvez o nobre advogado não tenha prestado atenção nos meus depoimentos, porque, como eu disse, a data que eu deixei de advogar para a Igreja foi através de um ofício que eu encaminhei ao Pastor Mário de Oliveira, que está ali. Eu poderia pegar? Está com a... Eu vou lembrar a data certa. Foi a partir do dia, parece, 10 de março de 2003. *(Pausa.)* Sr. Doutor...

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Pois não.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - *“Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional da Igreja do Evangelho Quadrangular. Carlos Willian de Souza, casado, advogado, infra-assinado, com escritório profissional no endereço abaixo impresso,*



venho, ante a elevada presença de V.Exa., Presidente do Conselho, dizer que fui constituído procurador da Igreja do Evangelho Quadrangular, mas, todavia, por motivos alheios à minha vontade, renuncio a todos os poderes que me foram outorgados pelo sobredito instrumento, dando plena quitação, sem mais nada a reclamar quanto a quaisquer tipos de recebimento, sendo que, durante 10 dias seguintes a esta comunicação, continuarei a representá-los, de acordo com o contido no art. 45 de nossa lei adjetiva nacional". A data é de 10 de junho de 2003.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Junho de 2003.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Apesar de todos os conflitos, até junho de 2003, o senhor ainda continua advogando? Ele ainda continua advogando para a Igreja, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, ele disse aqui que os depoimento de Odair, o segundo depoimento de Odair, publicado pela revista...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Eu só queria retificar. O senhor permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Permito.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Para que não deixe falta de explicação: mesmo assim, através do que o senhor disse, todos os conflitos, eu continuei a advogar? Não! Os conflitos se deram a partir dessa data, tanto que foi nessa data que ele me pediu para deixar de ser advogado da Igreja. Então, não é "mesmo com esses conflitos". Os conflitos começaram foi nessa época.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Sr. Presidente, ele disse que as palavras, os depoimentos do Odair, esse segundo depoimento, a que nós ainda não tivemos acesso e que foi publicado pelo jornal *Estado de Minas*, o Odair não teria credibilidade, as palavras de Odair não teriam credibilidade nesse segundo momento. Na opinião dele, teriam no primeiro e não teriam no segundo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Primeiro eu gostaria de deixar claro que o que eu disse aqui são as palavras dos jornais que saíram no Estado de Minas Gerais. E não estou acusando o senhor — e volto a dizer: não estou acusando o senhor —, mas eu acho que o senhor mente quando fala que não tem conhecimento



desse segundo depoimento do Sr. Odair, porque quem não tem conhecimento sou eu, que já fui à Polícia por diversas vezes, mandei advogado ir, e eles não me deram cópia do depoimento. Eu tomei conhecimento através da imprensa do Estado de Minas Gerais, que disse que o advogado do Mário de Oliveira encaminhou este depoimento e inclusive disse que o Odair estava sob a sua tutela e que estava disponibilizando o Sr. Odair para uma entrevista exclusiva. Eu, se eu fosse o senhor, e se isso não for verdade, eu agora fazia uma representação contra o jornal *Estado de Minas*, porque isso está na imprensa nos jornais dele.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Sr. Presidente, Sra. Relatora, diante, mais uma vez, dessa acusação formal do Deputado Carlos Willian, vou requerer...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Eu volto a dizer que eu não estou acusando, Sr. Presidente.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - V.Exa. acusa e retira!

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, eu não acuso e retiro!

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Sra. Relatora, Sr. Presidente, eu gostaria de requerer a V.Exas. que entrassem em contato com o jornal *Estado de Minas*, que requeressem o depoimento ou manifestação por escrito, aquilo que para o Conselho for mais adequado, com essa jornalista, com o diretor do jornal, com o presidente do jornal, seja lá com quem for, para que essa pessoa respondesse ou viesse aqui e apontasse a mim se fui eu que mandei correspondência. Estou passando aqui por mentiroso e articulador de um processo (*ininteligível*), o que é, profissionalmente, extremamente grave. Extremamente grave!

Eu agradeço a V.Exas. se o Conselho tomar essa iniciativa, porque, daí, as coisas começam a se complicar muito mais, na medida em que este advogado teria tomado uma iniciativa inescrupulosa como essa.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Está acolhido.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nós temos...

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Não houve a resposta ainda! Se ele acredita em qual delas, na verdade: se no segundo depoimento... Aliás,



desculpa. Acredita? É evidente que não. Se Odair não tem credibilidade para o segundo depoimento — foi a pergunta —, teria credibilidade para o primeiro?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu volto a dizer que o que eu relatei aqui foi o que está no jornal. Volto a dizer que eu não estou acusando e eu não vou cair em cilada para que, depois, representem contra mim neste Conselho de Ética, para poder inverter a situação. Contesto também V.Exa. de o senhor ter acatada a forma que o nobre advogado requereu. Porque, se ele acha que a ofensa é contra ele, que isso vai... Sra. Relatora, eu protesto também da forma que foi acatado o pedido do advogado, porque ele disse que é muito sério para a vida pessoal dele — dele, profissionalmente, como advogado — do que eu relatei aqui, do que eu vi no jornal. E pediu as providências deste Conselho para requerer ao jornal que mande não sei o quê, que seja feita oitiva etc. Eu protesto, primeiro, por quê? Porque isso foi uma coisa que eu disse para ele pessoal, como advogado. E ele deveria tomar as providências como advogado, e não usar esta instituição, a Câmara dos Deputados, e nem este Conselho de Ética para poder satisfazer as exigências pessoais dele. Então, eu gostaria de deixar contestada essa afirmação. Agora, se V.Exa. quiser convidar a jornalista do *Estado de Minas* para poder vir aqui prestar esclarecimento sobre a matéria publicada, eu concordo plenamente com a senhora. Mas o que não pode — e eu acho, entendo, mas é o senhor que vai decidir, os senhores e a senhora — é o advogado usar este Conselho para fazer uma autodefesa.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Deputado, não há decisão. Apenas... Enfim, não há decisão.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - A senhora falou que acata. Então só estou contestando. Desculpa.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Na verdade, respondendo a uma provocação do nosso Presidente Paulo Piau. Mas não há decisão, não há decisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - Só um minutinho. Eu questionei à Relatora se realmente o procedimento era aceito. Ela disse que sim.

Agora, é claro que o Conselho quer todos os instrumentos de informação. Jornal é coisa pública. Eu acho que não interessa muito por quem vem. Importa é que essa matéria esteja anexada aos autos. Isso é que é importante.



Agora, matéria jornalística nós sabemos que nem sempre tem fé pública. Quer dizer, se houver necessidade de convidar — e aí eu concordo com o Deputado Carlos Willian —, de convocar aqui a jornalista, perfeitamente. Convocar não, desculpa, convidar — nós não podemos convocar. Isso pode ser uma prática.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Sr. Presidente, só uma questão de tempestividade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - Sim. É uma questão de ordem?

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - É uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - Deputado Dagoberto.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Esses jornais que ele entregou... Esse fato está em um desses jornais que você entregou ou não?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Eu posso... Não, eu não entreguei nenhum jornal.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Ele só nos entregou a matéria da revista *IstoÉ*.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Mas está entre esses jornais?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não sei se está... Aqui, olha: "*Acusado, Mário de Oliveira...*" Se não estiver aqui, é fácil nós buscarmos esse jornal. "*Oliveira atira contra a Polícia.*" "*Investigação complica Oliveira.*" Eu acredito... Não. Eu só trouxe aqui o que iria realmente fazer parte do que eu iria falar. Isso aqui eu disse que li e realmente li, mas eu posso procurar o jornal e encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - Pergunto ao Dr. Itapuã se ainda...

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Não, eu ainda tenho uma pergunta. A mesma! A veracidade, a credibilidade do depoimento de Odair, dito por ele como absolutamente absurdo no segundo depoimento, também seria no primeiro, na opinião dele? Volto à mesma pergunta, pela terceira vez, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Deixe-me falar com o senhor — e talvez eu possa até satisfazer um pouquinho mais o que o senhor quer ouvir de mim: o Sr. Odair, não é que eu acho que ele está desacreditado para o segundo depoimento, não. Eu acho que o Sr. Odair é uma pessoa que não merece nenhuma fé pública. Ele não merece nenhuma credibilidade, por nenhum dos atos que ele faz



aqui. Primeiro, se ele aceitou conversar comigo para fazer uma armação contra um amigo dele que lhe dá sustento, que lhe dá emprego, que viaja com ele, que participa com ele, que passeia com ele, ele não merece credibilidade. Segundo, se ele é capaz de encontrar, com todas essas provas, junto com uma pessoa que está contratando para me matar — segundo o depoimento dele e segundo as provas da Delegacia de Osasco — eu também acho que ele não merece credibilidade. Terceiro, se ele vai à Polícia, voluntariamente — e eu continuo dizendo que esse depoimento dele, voluntário, não vale judicialmente, porque ele vai ter que ser chamado de acordo como foi determinado no Supremo, e não chegar lá, voluntariamente, eu quero falar, e chegar lá e fala o que ele quer. E segundo, nesse terceiro depoimento, em que ele desmente tudo; fala que esteve comigo e eu nunca o vi na minha vida, eu acho também que ele não merece credibilidade. Então eu vou dizer para o senhor, ele não merece credibilidade não é só no primeiro nem no segundo depoimento não; ele não merece credibilidade em momento nenhum. Em momento nenhum ele merece credibilidade. A credibilidade, sim, vai ser das provas que foram encontradas para poder saber se houve ou se não crime.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Só um minuto, Sr. Presidente, para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Para concluir.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Sr. Presidente, se ele tem informação de quem teria entregue ao jornal *O Globo*, porque me parece que a primeira matéria que foi publicada a respeito desse fato teria sido publicada no jornal *O Globo*. Se ele tem informação de quem teria entregue para o jornal *O Globo* as informações a respeito desse fato. Segundo, se ele teve acesso ao cartão de memória Kingston MB onde estão aquelas gravações, e se ele teve acesso às câmaras, às imagens que foram gravadas na Polícia de Osasco. É minha penúltima pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - Com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, todo esse material que eu passei não me lembro se eu tenha passado esse material somente para o jornal *O Globo*. Assim que eu tive conhecimento dos fatos, assim que eu tive conhecimento dos fatos, e publicamente, na tribuna da Câmara dos Deputados, eu



fiz o comunicado, e inclusive pedi segurança para mim, e com a cópia desses documentos, e até mesmo para minha segurança, eu distribuí todo esse farto material para a imprensa. E teve um jornalista — que eu não posso aqui dizer, porque eu fiz um compromisso com ele — ele me passou uma cópia do material que foi apreendido na Polícia de São Paulo, isso muito tempo depois. E esse material eu tenho ele guardado — se a senhora tiver dificuldade na Polícia de São Paulo —, onde tem as gravações que eles tentam contra a minha vida. Esse jornalista trouxe até a mim esse cartão. E esse cartão eu não mantive sigilo e nem segredo dele. Eu comentei com alguns colegas, eu passei para alguns colegas, eu passei também para alguns membros da imprensa. Tudo isso eu fiz. Por quê? Porque, a partir daquele momento, eu entendi que, quanto mais fosse divulgado, melhor seria para minha segurança.

SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - Pois não.

SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Ele não acha estranho, porque ele foi avisado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - Essa é a última pergunta de V.Sa.

SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - É. Aquela era a penúltima. O Odair teria sido preso no dia 19, foi preso no dia 19 de junho lá no Shopping Itamboré, e o Deputado Carlos Willian recebeu um fax, um telefonema de um policial no dia 22 de junho, pelo documento que ele passou aqui ao Conselho, um fax. No dia 21 de junho, ele teria viajado, parece, por declarações colocadas nos jornais aqui, com o Presidente Lula. E ele declarou: se eu não tivesse viajado com o Presidente Lula, eu teria sido assassinado. Também consta naquele depoimento do Odair que há 4 meses eles tentavam, fazendo investigações, tentando assassinar o Deputado Carlos Willian, e que não tinham conseguido praticar esse homicídio. O Deputado Carlos Willian não acha extremamente curioso que somente no dia 22 ele foi avisado? A operação já tinha sido descoberta pela Polícia de São Paulo e, no entanto, ele ainda corria risco de vida? E, no entanto, ele corria risco de vida dia 21, e se não tivesse viajado com o Presidente Lula, ele teria sido assassinado por uma operação já desbaratada, operação da qual ele só foi avisado dia 22, através de um



fax? Salvo engano, no dia 22. Eu gostaria que V.Exa. até verificasse. Essa é a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - Com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - De novo, eu acho que o senhor não prestou atenção aos meus depoimentos, mas eu vou respondê-lo, com todo prazer. Eu disse aqui que eu estava em Belo Horizonte e que estavam telefonando para mim dizendo... Primeiro que o dia 22 deu-se numa sexta-feira, se não me engano – vamos ver depois. Eu estava em Brasília, e quando cheguei em Belo Horizonte havia vários telefonemas para o meu telefone. A minha secretária: olha, fulano ligou; sicrano ligou; ligou aqui delegacia, um delegado; ligou uma pessoa da Polícia de Osasco que quer falar com o senhor com muita urgência, assim como inúmeras ligações. Até que na sexta-feira, de manhã, a menina me falou: olha, tem um policial de Osasco que falou que quer falar com o senhor com urgência. Você pegou o telefone dele? Peguei. Então, eu vou atender. Só que eu não atendi. Ela virou para mim e falou: olha, o policial de Osasco disse que estão tentando contra a sua vida, Deputado — e ela estava até trêmula, no telefone — e passou para cá um relatório da polícia de São Paulo. Isso foi, conforme eu passei para o Conselho, para ficar provado o dia em que eu tomei conhecimento, no dia 22 de junho, às 10h11min. Quando eu vi esses documentos, eu tremi mais do que ela, porque eu vi que se tratava de ofício com timbre da polícia, assinatura e tudo. Na mesma hora me dirigi à Polícia Federal de Belo Horizonte, e lá eu comuniquei, eles telefonaram, vi que era verdade. Aí, eu voltei para o meu escritório, telefonei para este cidadão, este policial chamado Júnior... E vou até antecipar para o senhor: a partir dessa vez, desse dia, eu tive vários telefonemas para ele querendo saber como estava a investigação, se ele tinha novidade, se ele não tinha novidade. Telefonei várias vezes para ele, depois dessa data, conforme vai ficar comprovado nas contas telefônicas que eu vou trazer aqui. Então, veja só, a pergunta do senhor: eu só tomei conhecimento no dia 22 de junho. Então, eu não acho nada estranho o que aconteceu do dia 22 para trás, porque não era do meu conhecimento. Era a polícia que estava investigando. E neste período esse processo já tinha ido, se não me engano, vou reportar aqui, ele deve ter ido até para a juíza, em São Paulo, para ela poder tomar distribuição 21/06... 21/06. Eu tomei conhecimento no dia 22. E até na Vara de Execuções de



São Paulo o processo entrou no dia 21. E todos nós sabemos que a polícia, quando faz investigações, faz em segredo até entregar para a Justiça. Depois que ele entregou para a Justiça, no dia 21, foi que ele me comunicou. Então, eu não acho nada de estranho dentro dessa situação. Então, essa é a primeira resposta que eu dou ao senhor. Agora, veja só, a segunda resposta, sobre o problema da viagem junto com o Presidente Lula. Deixe-me falar com o senhor: se o senhor tomar o cuidado de voltar às reportagens de jornais, essas coisas todas, o senhor não vai ver um depoimento meu dizendo que eu viajei com o Presidente Lula e que eu fui salvo porque estava no avião com o Presidente Lula. O que a imprensa fala – e não sou eu – é que o Deputado Carlos Willian foi salvo porque viajou com o Presidente Lula, não sei o quê. Como bem disse, e o senhor fez sinal de concordância, e a Relatora disse, e o Presidente que sucedeu o senhor, Deputado Paulo Piau, disse, é o seguinte: que a imprensa realmente noticia, mas nem sempre o que ela noticia é a verdade. Eu, particularmente, no jornal *Estado de Minas*, que publicou essas matérias, acredito em tudo o que eles tenham publicado, e assim como os outros órgãos da imprensa; eu não vi uma vírgula de mentira. Mas se o senhor tomar o cuidado, o senhor vai ver que não tem depoimento meu. Hoje é o primeiro dia que estou vindo a esta Casa para lavar a minha alma, porque eu não posso ficar recolhido do jeito que eu estava; porque, enquanto eu estou recolhido, as provas estão sendo forjadas contra mim. Então, eu volto a repetir ao senhor que eu não disse, em nenhum instante, que eu viajei, que fui salvo porque viajei com o Presidente Lula. Agora, eu confirmo ao senhor que, depois desses fatos... Eu confirmo ao senhor que, depois desses fatos, eu fui convidado pelo Deputado Virgílio Guimarães para viajar com o Presidente Lula, numa quinta-feira, porque eu viajo sempre às 18h. Eu fui convidado pelo Deputado Virgílio Guimarães, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, da qual faço parte, Coordenador Federal da bancada do meu Estado, porque eu sou autor de uma emenda parlamentar onde foi reestruturada a Avenida Antônio Carlos, em Belo Horizonte — eu sou autor junto com outros Deputados, porque são emendas de bancada —, e eu fui convidado por ele a acompanhar a comitiva do Presidente da República. Isso eu falo com o senhor que é verdade. Agora, eu dizer que fui salvo porque fui com o Presidente da República, em momento nenhum eu disse isso.



O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem, é um requerimento a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Sr. Presidente, parece que foi chamado o delegado do 7º Distrito Policial de Osasco para vir prestar depoimento. Foi convidado? Apenas para que, caso ele não venha para prestar esclarecimentos a este Conselho de Ética, que seja verificado, indagado oficialmente, se quando ele tomou ciência do fato, no dia 19, porque somente no dia 22 ele avisou o Deputado Carlos Willian, se no dia 19 foi mandada correspondência para o Presidente da Câmara dos Deputados, para o Presidente do Congresso Nacional; quais as atitudes imediatas que foram tomadas a partir daquele aprisionamento, por parte do delegado. Porque somente no dia 22 é que ele, correndo risco de vida, foi avisado? Um ato incomum, incompatível, mas, de qualquer maneira, um ato que ajudou o Deputado, ao ser avisado.

Segunda observação: essa matéria que eu fiz com relação à questão da viagem presidencial é de someníssima importância, mas é que foi publicada pela Deputada, pela repórter Renata Giraldi, o que dá uma sensação, um fato meio sensacionalista ao fato, à época do contexto. A *Folha de S.Paulo*, os jornais de Minas teriam publicado; a Renata Giraldi Teria publicado a matéria como sendo expressões do Deputado Carlos Willian, o que aqui agora ele desmente.

Agradeço a V.Exa. e peço desculpas por qualquer desentendimento, qualquer contratempo. Mas agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - E requeiro uma cópia desse depoimento, oficialmente, escrito e assinado pelo Presidente e pela Relatora, para que eu possa analisar os termos da gravação. Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O que V.Sa. solicitou será feito.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, me permite...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O senhor me desculpe, mas é porque, mesmo eu estando aqui como testemunha, o que eu estou entendendo do



Deputado, do advogado do acusado, é que ele está tentando, e eu já disse isso antes, ele está tentando inverter e, pelo que estou sentindo, está querendo transformar isso, me transformar em acusado. Então, eu vou dizer a ele o seguinte: que é prematuro ele estar dizendo tomar providências caso o delegado não venha. Eu acho que, primeiro, tem que convidar o delegado e, se ele estiver aqui, o senhor faz essas inquirições a ele. Agora, inalar datas, inalar documentos, inalar a possibilidade de o delegado não cumprir com o compromisso de vir a este Conselho de Ética... E ainda mais agora, dizendo que as matérias são sensacionalistas do jornal *Estado de Minas*, do *Globo*, da *Folha de S.Paulo*, do *Correio Braziliense* e que eu disse que não disse isso, o que está querendo é me jogar contra a imprensa. E eu volto a dizer para o senhor: pode convocar o *Estado de Minas*, o jornal de São Paulo, o *Globo*, todo o mundo, e pergunte a eles se fui eu quem disse isso. Tudo o que falo aqui falo, Sr. Presidente, eu falo com convicção, mas eu não posso aceitar ilações contra o meu posicionamento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o primeiro Deputado inscrito, o nobre Deputado Dagoberto, e convido o nobre Deputado Paulo Piau para presidir esta reunião.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Sr. Presidente, eu apenas vou fazer 3 ou 4 perguntas porque, o importante para mim e para todos os Deputados, é sabermos a motivação: se houve uma tentativa de homicídio ou se houve uma armação, assim como o próprio Depoente disse. Ou é um ou é outro.

Então, eu quero perguntar a ele, porque há uma contradição muito grande na fala inicial do Depoente e, depois, nas argumentações e no decorrer das suas respostas.

Primeiro, Deputado Carlos Willian, V.Exa. começa dizendo, quando leu a *Bíblia*, disse uma série de coisas em relação ao Deputado Mário, inclusive enaltecendo-o. Dizia que não tinha nada contra ele. Muito pelo contrário, que tinha admiração. Fez uma série de elogios ao próprio Deputado Mário, e no entanto o senhor disse agora, em seu depoimento, usou o termo, muitas e muitas vezes, que ele escorraçou V.Exa.; que ele o perseguiu; que ele fez denúncias contra V.Exa.; que articulou contra V.Exa. dentro da igreja; que articulou, inclusive, contra a sua eleição. O senhor leu alguns textos sobre isso. O senhor reconheceu, inclusive, que



tinha direito de ação contra ele, e termina dizendo da ameaça de morte que ele fez na sala do café.

Então, isso tudo para mim evidencia que há uma rixa entre V.Exas. Eu só quero saber se há ou não, porque isso é que direciona a motivação ou não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Deputado Dagoberto, eu agradeço até a sua pergunta, acho que ela é bem propositada, mostra verdadeiramente o interesse de V.Exa. Quando o senhor disse — e eu também disse — que “eu tinha”, é no passado. Eu tinha uma admiração, porque eu era companheiro, eu era liderado dele. Então, eu tinha esse relacionamento, eu tinha essa admiração. E isso... A partir da campanha política, na qual fui eleito, em 2002, e ele pediu que eu renunciasse ao cargo e eu não passei, nós começamos a deteriorar o relacionamento. A partir da deterioração desse relacionamento, foi tendo fatos que eu fui relacionando para o senhor. Primeiro, disseram que eu tive uma administração temerosa na rádio. Eu entrei com um documento na Justiça provando, e eles vieram e consertaram que não tenho. Depois, ele fez esse malfadado panfleto e distribuiu para mais de 200 mil pessoas. Eu entrei na Justiça, ganhei a liminar, e depois eles prometeram, em um acordo, não mais me difamar. Posteriormente, no Conselho... Ele me agrediu, aqui nesta Casa. De novo, eu entrei com uma representação contra ele, onde estão os fatos, que ele também não...

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Deputado Carlos, só para não ser repetitivo...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Pois não.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Quer dizer, há evidências. Então, existe essa rixa, essa desavença entre V.Exas.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não. Eu não considero que existe rixa. Eu acredito que, por ter saído da igreja, eu comecei a ser perseguido. Agora, rixa é quando tem 2 pessoas, tem 2 pólos: um passivo e outro ativo. Eu não me considero como pólo nem ativo nem como pólo passivo; eu me considero perseguido. Porque se fosse rixa...

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Tudo bem, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Se fosse rixa, ele deveria ter entrado na Justiça, ele deveria ter contestado a representação no Conselho de Ética, ele



deveria ter feito tudo. Então, não houve bate-boca, não houve rixa. O que houve, sempre, desses assuntos, e que isso não vem de minhas palavras, que ele mandou me matar. Eu só estou contando as rixas e os documentos comprobatórios que eu tenho.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Importante também para essa motivação é que o senhor disse que em momento nenhum teria pedido a cassação do Deputado Mário, que isso não lhe traria nenhum interesse, nenhum benefício. Enfim, esse não era, e não foi nunca, o intuito de V.Exa. No entanto, Deputado, o seu partido faz uma representação pedindo este processo disciplinar junto a esta Conselho pedindo a cassação dele; o senhor faz um depoimento no plenário pedindo a cassação dele e ainda recorre à Corregedoria, pedindo a cassação dele. Então, há uma incoerência muito grande entre o seu discurso inicial e as suas ações. E para que eu tenha essa certeza dessa motivação, eu quero saber se, de fato, o senhor quer ou não essa cassação dele.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Deputado, deixe-me falar com o senhor. Quando fui no Supremo Tribunal Federal e busquei as cópias dos documentos comprobatórios da Polícia de São Paulo, e conversando com alguns Deputados amigos meus, eles falam assim: olha, isso é sério. Você tem que fazer um pronunciamento para isso se tornar público e você tem que pedir proteção policial. Foi o que eu fiz. Isso deve ter nas notas taquigráficas, o que falei, e deve ter também filmado. O que eu fiz foi somente divulgar isso. Em momento nenhum eu pedi a cassação dele na hora em que eu subi na tribuna da Câmara.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Deputado Carlos, quando você faz uma denúncia disso, isso pára no Conselho de Ética .

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Doutor, eu estou sendo... Desculpa, Deputado, com todo respeito...

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Não, eu só quero, então, o senhor respeite também aqui a gente, porque diante desses pedidos, é importante a gente saber: o senhor quer ou não a cassação dele?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Deixe-me falar, deixe eu concluir a pergunta e repondo essa última para o senhor, pode ser?

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Pois não.



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Deixe-me falar. Qualquer Deputado que tenha uma armação dessa contra ele, que já está se tornando público, o lugar do Deputado de fazer uma denúncia, e aqui eu estava denunciando, eu denuncio no plenário da Câmara. Eu estava denunciando que existia uma armação contra a minha vida, que foi apurada pela Polícia de Osasco e que já está no Supremo Tribunal Federal. Por isso que as provas indicam e falam que quem mandou me matar, segundo a Polícia, é o Deputado Mário de Oliveira, e narrei os fatos que estão aqui neste documento e pedi ao Presidente proteção. Se não fosse assim, eu não teria nem a proteção. Então o meu fato é tornar público, principalmente para os meus colegas Deputados, o que estava acontecendo. Esse é o primeiro passo. O segundo, que o senhor me perguntou sobre o Conselho de Ética, aqui eu narro... Conclusão: diante do que eu narrei, eu coloco: diante do exposto, espero e requeiro seja recebida a presente representação pela Mesa e encaminhada para o Corregedor a fim que sejam tomadas as medidas cabíveis; seja determinada cautelosamente que o Deputado Mário de Oliveira se abstenha de pronunciar o nome... Não, isso é outra ação. Isso aqui não foi o que eu pedi não. Resumindo para o senhor, o que eu pedi — isso aqui são as provas — o que eu pedi para o Conselho de Ética e ao... Ao Conselho de Ética, desculpa, o que eu pedi ao Corregedor é para que ele tomasse as medidas punitivas para que eu pudesse ter a minha integridade mantida nesta Casa, e eu acho que é o que qualquer Deputado faria. Em momento nenhum eu pedi a ele para que fosse cassado. Agora, referente a este episódio que está aqui, eu volto a falar com o senhor: eu não quero que o Mário de Oliveira seja cassado, eu não quero que o Mário de Oliveira seja preso lá pela Polícia, se for comprovado que foi ele. E isso para mim, se acontecesse, seria pior, porque o risco da minha vida seria mais iminente ainda, porque se ele for cassado é porque houve as provas e foram comprovadas e esse Conselho decidiu que fosse assim. O que eu quero, Deputado, e pedi a colaboração de todos, peço para o senhor e volto a reiterar, o que eu quero é justiça; eu quero que os casos sejam apurados. É isso que eu quero.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Muito bem, não lhe farei mais essa pergunta, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Fique à vontade. Eu agradeço.



O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Eu quero ainda perguntar a V.Exa.: o senhor, ainda na sua fala inicial e demonstrando toda essa relação, o senhor ainda admite até que foi uma armação em relação ao fato. E depois, já no interrogatório do advogado do Deputado Mário. ele faz uma pergunta e o senhor não responde. O senhor, naquele primeiro momento, o senhor fala que o Odair não merece nenhuma consideração, tem uma péssima reputação, desqualifica ele. E quando é perguntado a V.Exa. onde ele está mentindo, se é no primeiro depoimento ou se é no segundo depoimento, pelo conhecimento que o senhor teve dessa reputação dele, o senhor também não responde.

É importante que nós saibamos disso, para nós podermos ir formando uma opinião. Eu não estou prejudgando ninguém, mas é importante que nós tenhamos essas informações. O que o senhor pensa? Foi uma armação ou de fato tentaram matar o senhor?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Deixe-me falar com o senhor: o que eu respondi para o nobre Deputado é que... Ele me perguntou e eu disse que o Odair não merece respeito — alguma palavra nesse sentido.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não merece crédito, muito obrigado. Que ele não merece crédito. Ele me perguntou se o Odair não merece crédito no primeiro ou no segundo depoimento. Eu disse para ele que ele não merece crédito em momento nenhum. Primeiro, porque ele fala que é amigo do Deputado Mário de Oliveira e aceita uma situação contra o Mário de Oliveira. Segundo, na Polícia de São Paulo ele não merece crédito porque foi pego com os documentos e deu um depoimento de que ele estava contratado para poder me matar. No segundo depoimento, ele muda a situação toda e fala que fui eu que o encontrei, etc. Também não merece crédito. Essa foi a pergunta que eu respondi para o nobre advogado. Agora, para o senhor, o senhor me pergunta... Qual foi a última pergunta?

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Se ele...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Onde ele mentiu.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Onde ele mentiu.



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - No primeiro depoimento, eu não posso dizer que ele mentiu, porque as provas foram buscadas e foram investigadas pela Polícia de São Paulo. Eu não posso dizer se são verdadeiras nem posso dizer se elas não são verdadeiras. Agora, ele mentiu — se houver o segundo depoimento, que não tenho conhecimento, tenho conhecimento pelos jornais e também pela pergunta que o nobre advogado me fez — no segundo depoimento. No segundo depoimento ele mentiu, mentiu categoricamente. Primeiro, porque eu nunca estive com ele; segundo, porque eu não o conheço, segundo que eu nunca fiz nenhuma tratativa com ele. Ele mentiu. E outra: vou processá-lo. Eu só não sei se eu posso processá-lo agora, porque eu tenho que saber se esse depoimento que ele fez foi um depoimento espontâneo, porque ele foi lá, ou se ele foi chamado pela Justiça.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Quer dizer que o senhor tem conhecimento, então, desse segundo depoimento?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, falei para o senhor agora: eu tenho conhecimento pela imprensa. E, se for comprovado, eu vou processá-lo. Agora, eu só tenho que saber se esse depoimento foi espontâneo ou se foi pela Justiça. Se foi chamado pela Justiça, eu não posso processá-lo, porque ninguém é obrigado a fazer prova contra si mesmo. Agora, se foi espontâneo e não foi chamado pela Justiça, eu vou processá-lo.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Deputado, por último, em função disso tudo, eu queria saber se o senhor se submete a uma acareação com o Deputado Mário de Oliveira.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Olha, eu não só aceito: eu peço a este Conselho que faça essa acareação. Eu quero que faça essa acareação, e não é somente com o Mário de Oliveira, não. Eu quero que faça essa acareação com o Mário de Oliveira, quero que faça essa acareação com o Sr. Odair. Agora, quero também que faça uma acareação... É exigência, eu aceito e me proponho. Agora, eu quero também que faça uma acareação do Sr. Odair com o Sr. Mário de Oliveira; do Sr. Odair e com os detetives que o prenderam na delegacia de Osasco. Eu acho tudo isso importante. Ofereço dia e horário. Só peço uma coisa: que seja depois de ouvir a Polícia de São Paulo, que é ela que está acusando.



O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Bem, eu acho que isso será feito, não é, Deputado?

Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - Passamos a palavra ao Deputado Moreira Mendes, para o seu questionamento.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Sr. Presidente, Sra. Relatora, ilustre Deputado Carlos Willian, eu tenho algumas perguntas, poucas perguntas para fazer.

Inicialmente eu queria apenas que o senhor repetisse a sua trajetória política: primeiro foi Vereador, em seguida Deputado Federal, ainda no exercício de mandato de Vereador. E houve um segundo ou um terceiro mandato de Deputado?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Eu fui Vereador por 2 anos, de 2000 a 2002, e depois saí Deputado Federal com o apoio da Igreja do Evangelho Quadrangular. Fui eleito. Depois do início do mandato, começou a deteriorar esse relacionamento. Depois, houve uma separação. Eu saí da Igreja e, posteriormente, eu me candidatei sem o apoio e obtive êxito. Então, eu tenho 2 mandatos de Deputado Federal e um período de 2 anos como Vereador.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Muito bem. Essa vida nossa de política exige muito de cada um de nós. Eu pergunto a V.Exa. qual é a sua rotina como Deputado nessas suas idas e vindas daqui. Presumo que a sua base seja Belo Horizonte. Quando o senhor deixa o Distrito Federal, quando o senhor vai para Belo Horizonte, qual é a sua rotina em Belo Horizonte, por favor?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Deputado, a minha rotina é muito simples: eu tenho... sou filho de uma pessoa que trabalha em siderurgia. Eu casei, tenho dois filhos de 4 anos e um agora de 1 ano. A minha família, meus pais e minha mãe, moram em Ipatinga. Eu fui eleito com o apoio de algumas Igrejas, e eu não tenho compromisso, assim como a maioria dos Deputados têm, de estar no município — foi eleito pelo prefeito do município —, de estar todo dia com o prefeito do município. É festa do Peão Boiadeiro, é festa do aniversário da cidade... Eu não tenho esses compromissos. Os meus compromissos são só de Igrejas, e assim mesmo não são muitos. Então, qual que é a minha rotina? Eu venho para Brasília, fico aqui em Brasília. Quando termino os trabalhos, eu saio para jantar com alguns



amigos Deputados; isso, sistematicamente, toda terça e toda quarta. Tem um grupo de amigos Deputados que a gente sai toda terça e toda quarta para jantar. Quando eu janto, eu vou para o meu apartamento, durmo e volto a trabalhar em Brasília. É minha rotina. Eu venho na terça e volto na quinta. Lá em Belo Horizonte...

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - O senhor volta na quinta à noite ou de dia ainda?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - No vôo das 19h.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Dezenove horas?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN – É.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - E na sexta? O que me interessa, aquilo sobre o qual eu gostaria de uma explicação, é a sua rotina sexta, sábado, domingo e segunda.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Tá.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - A rotina política

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN – Rotina política.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Por onde anda....

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Tá. É o que eu estou dizendo para o senhor. Eu não tenho rotina política, porque eu fui eleito com poucos grupos de Igrejas.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Muito bem, a sua rotina pessoal.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - A minha rotina é pessoal. Então, o que é que eu faço? Eu chego em Belo Horizonte e, coincidentemente, toda quinta-feira eu tenho um compromisso de tomar banho de banheira com meus filhos. Aí fica nós 4 lá na banheira. É um compromisso que eu tenho sistematicamente. Durante o dia, eu vou para o meu escritório na sexta-feira, e no sábado eu fico com a minha esposa e os meus filhos.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - O seu escritório é no centro?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - No centro de Belo Horizonte, perto da minha casa. E quando eu tenho tempo...

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - O senhor vai sozinho?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Vou sozinho. Não, vou com o motorista.



O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Vou com o motorista. Sempre vou com o motorista. Ou na maioria das vezes vou sozinho, porque o motorista fica para fazer alguma coisa. Alguma coisa nesse sentido. E lá eu recebo esses pastores que me apoiaram, lá eu movimento essas festividades que eu faço e vou... Não deixo de visitar meu pai e minha mãe. Dia dos Pais, Dia das Mães, todos esse dias, Natal, Ano Novo, eu passo com a minha família em Ipatinga.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Essa visita ao escritório se repete no sábado?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, não.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - No sábado, o senhor costuma ir aonde?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Eu fico com a minha família. Quando eu estou em Belo Horizonte com a minha família, eu vou para Ipatinga ficar com meus pais, minhas irmãs.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - O senhor costuma sair com a família à noite para jantar ou almoçar no sábado ou no domingo?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não é rotineiramente, não. Mas com minha esposa, sempre eu saio na sexta, ou saio para jantar com ela no sábado; com os meus meninos, todo domingo.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Sempre o motorista com o senhor?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, não, aí já é uma coisa mais pessoal.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - O.k.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - No domingo, por exemplo, eu tenho o compromisso de levar os meus meninos ao McDonald's, ao *shopping*.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - E vai o senhor, os meninos e a esposa?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Vai eu, os meninos e a esposa.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - O.k.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, e quando eu saio com os meninos, como são 3, vai sempre uma babá.



O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Perfeito. O senhor não tem segurança?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - O senhor, quando foi referir-se ao Seu Odair e ao Celso, nas relações que essas 2 pessoas mantêm com o Deputado Mário de Oliveira, que o acompanham às vezes, ou o acompanhavam sempre lá em Minas e, depois, vindo aqui para Brasília — aliás, isso ele próprio também declarou no seu depoimento —, o senhor os definiu como companheiros. O senhor, em determinada ocasião, também teve uma relação muito próxima tanto do Celso quanto do Odair, quanto do Charles. O senhor diria que esta relação também é de companheiro, também foi de companheiro? E a sua relação com o Deputado Mário, antes desses fatos, e até mesmo antes da eleição para vereador, foi de companheiro?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Foi.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Idêntica ao que o senhor creditaria ao Odair, ao José, ao Charles, de viajar com ele, de acompanhá-lo de lá para cá, aqui em Brasília, essa história toda?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Deixa eu dizer para o senhor: o Deputado — estou falando do período que eu convivia —, o Deputado Mário de Oliveira, ele é solteiro. A vida aqui em Brasília... E ele não é uma pessoa de muitas amizades, não porque ele não queira, mas porque faz parte da personalidade dele. Então, quando ele ia a São Paulo para poder trabalhar, ele ficava em São Paulo de uma noite para outra, ficava durante o dia; e à noite ele tinha essas pessoas como companheiros, como companhia para poder jantar, para poder buscar no aeroporto e etc. Então, o Celso era esse companheiro. O Sr. Odair, eu não...

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Moravam no mesmo apartamento?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, o Celso tinha a casa dele. O Pastor Mário de Oliveira tem o apartamento da Igreja, onde ele mora. Não tem nada a ver uma coisa com a outra, assim, de morar na mesma casa. O Sr. Odair, eu não posso dizer porque eu não o conheço nem nunca o vi na minha vida. O que eu me referi do Odair foi o que o Pastor, o Deputado Mário de Oliveira, declarou a este Conselho aqui, na semana passada, com a pergunta do próprio Deputado Eduardo



Cardozo: *“O que ele era seu?” “Ele era meu companheiro, andava comigo, passeava comigo, mas é uma companhia”,* para o que ele tinha. E, na época que eu convivía com o Pastor Mário de Oliveira, quando eu ia para São Paulo, trabalhar junto com ele, porque ele era advogado, tinha que acompanhar as reuniões do Conselho, eu também era advogado e também era esse companheiro, também era esse amigo.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O Sr. Charles, não. O Sr. Charles não tem nenhum relacionamento com ele. O Sr. Charles é o meu assessor.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - E o senhor tem com o Sr. Charles essa mesma relação de companheirismo?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, não. Eu não tenho por quê? Porque o Pastor Mário de Oliveira, ele é o que eu disse: ele é solteiro e ele é uma pessoa que não tem muitos amigos. Aí as pessoas que trabalham com ele são as pessoas mais próximas dele. No meu caso, não. O Charles só tem esse relacionamento comigo, relacionamento de trabalho profissional, porque à noite, quando eu saio, eu saio com a minha esposa, com a minha família. Eu não tenho... Para o senhor ter uma idéia, eu não tenho amigo. Eu tenho muitos conhecidos, conheço muita gente, mas eu não sou homem de ter, nunca tive, de ter um amigo para ir para bar, de ir beber, de ir para cinema, nunca tive.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - O senhor nunca se preocupou com segurança, assim? Anda sempre com a família, vai para os restaurantes, vai para o McDonald's, tranqüilo, sem nenhum problema?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Tudo. Não, deixa eu falar para o senhor: a coisa de que eu mais gosto, quando tem a primeira chuva, é andar na chuva.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - A pé, com as crianças?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Eu já andei com as minhas crianças, porque eu mostro para elas algumas coisas de que eu gosto. Então, veja o senhor, eu não tenho segurança, primeiro porque não existe nenhuma possibilidade de ninguém atentar nada contra mim — achava que não existia.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Perfeito.



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Depois, os lugares que eu vou é no *shopping*. Eu saio da minha casa, atravesso o quarteirão, já estou no BH Shopping. Eu pego uma avenida principal, com 10 minutos, eu estou no meu escritório. Eu vou para Ipatinga, ou eu vou de carro, ou eu vou de avião.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - O.k.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Chego lá, eu fico na casa da minha mãe. Vêm meus cunhados, faço churrasco, essas coisas. E não me exponho muito, não porque eu não queira, mas é porque eu não sou, como se diz lá em Minas, uma pessoa rueira. Eu não sou uma pessoa de ficar muito na rua.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Sr. Deputado, V.Exa. declarou aqui que não tem rixa e que nunca teve rixa com o Deputado Mário de Oliveira. No jargão popular, rixa é um desentendimento; é uma falta de empatia entre duas partes; é gente, durante toda a vida, um cutucando o outro com vara curta, como diz o ditado popular. V.Exa. disse que não tem nada. E declarou também que foi vítima de uma agressão verbal no cafezinho da Câmara e que, por isso, apresentou uma representação junto ao Corregedor aqui da Câmara contra o Deputado. Essa representação, relacionada apenas a um fato de agressão no cafezinho, tem exatamente de 17 laudas. Conta a história aqui. Mas, ainda assim, disse que não existe nenhuma rixa entre o senhor e o Deputado Mário?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, não.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Sim ou não, só assim. Mantém que não é rixa mesmo?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, o que eu entendo como rixa, Excelência, é quando 2 pessoas ficam brigando, 2 prefeitos, 2 candidatos disputando o mesmo eleitorado. Eu não considero que exista rixa.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - O que o senhor considera, então?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Eu considero que nós estávamos num grupo político, que ele não me quis mais e que ele fez algumas perseguições. E todas essas perseguições que foram feitas contra mim eu não respondi. Portanto, não existe a rixa. Existe uma vontade dele em querer me prejudicar, conforme tudo isso que aconteceu.



O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito com as perguntas que fiz, mas queria fazer uma indagação, não sei se à Relatora, ao Presidente ou ao próprio Deputado. Ouvi falar muito aqui de um segundo depoimento do Odair. Virei essa papelada toda aqui — aqui a gente sempre é pego de surpresa — e não consegui encontrar esse segundo depoimento. Então, eu indago se existe esse segundo depoimento e se ele já está disponibilizado. Essa é uma pergunta. Depois, eu concluo com outra.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Consta que sim. Oficialmente nós não o temos ainda, não recebemos isso. Já oficiamos à Polícia Federal. Houve notícias no jornal sobre isso. Consta que ele teria vindo à Superintendência da Polícia Federal de Brasília, no Distrito Federal, e contado ou relatado outros fatos, diferentes daqueles iniciais. Como nós ainda não tivemos esses informes oficiais, nós oficiamos ao Diretor-Geral Paulo Lacerda. Mas não foi na Diretoria Geral, foi na Superintendência do Distrito Federal. Nós estamos oficiando para receber. Mas consta — e acredito que deva ter ocorrido, tanto que não foi na Polícia Federal Central, mas na Superintendência do Distrito Federal — que o Odair teria dito outra questão.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Eu queria apenas deixar uma sugestão à Relatora: indiscutivelmente, as pessoas, os policiais que assinaram esse relatório que deu origem a todos os fatos já mencionados, deveriam ser convocados para virem prestar depoimento.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Já assinamos o requerimento ontem. Já estão sendo chamados, Deputado.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Por fim, faço um registro como advogado. Eu fui fundador do Conselho da Ordem dos Advogados lá do meu Estado. Sou militante há 38 anos e não sou procurador do advogado que se encontra presente, não sou advogado do advogado, mas acho que, com todo o respeito ao ilustre Deputado Carlos Willian, o rapaz aqui cumpre com o seu papel como advogado. Em determinado momento, V.Exa. foi para cima dele, no sentido de imputar a ele algo que é relacionado com o exercício da profissão. Ele tem o dever, e não só o direito, de agir como está agindo.

Era apenas esse o registro.



Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Excelência, o senhor me permite?

Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Pois não.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O senhor, como advogado, tem toda a razão. Eu também, como advogado e militante, também tenho toda a razão. Eu gostaria só que... Já pedi desculpa ao nobre advogado, mas é questão de emoção. O senhor já foi advogado e eu também. É a primeira vez que eu sento num Conselho de Ética ou em qualquer lugar, mesmo que como testemunha. Então, é lapso, é problema emocional, etc. E eu já pedi desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - Com a palavra o Deputado Professor Ruy Pauletti.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Sr. Presidente, Sra. Relatora, Deputado Carlos Willian e demais Deputados, eu achei que esta sessão ia ser rápida. Nós estávamos indo ouvir o depoimento não do acusado, mas ouvir o depoimento daquele que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - Deputado, só um minuto. Vou suspender a sessão por 1 minuto.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Ainda vai demorar um pouquinho mais, Deputado.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - Vamos **recomeçar** os nossos trabalhos. Continua com a palavra o Deputado Professor Ruy Pauletti.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Sr. Presidente, vou procurar ser bem objetivo, mas devo posicionar-me.

Eu achei que ia ser rápido, porque o Deputado Carlos Willian estava aqui como testemunha, mas, no decorrer do depoimento, ele se foi colocando como se fosse um réu. Ele mesmo se foi colocando, e defendendo-se como se fosse o réu, o que não era o caso. Mas estamos aqui é para saber se houve ou não falta de decoro, o que está sendo imputado ao Deputado Mário de Oliveira. Entendo que nós nos afastamos do foco. Nós divagamos, percorremos os caminhos internos da Igreja, da vida da Igreja, de seus negócios, das suas divergências, da administração,



de atitude dos obreiros, dos pastores, o que não é o caso, porque divergência acontece em todas as entidades e, tenho certeza, em todas as Igrejas. Para nós, isso não é fato interessante. Lamentamos, são fatos importantes para a Igreja, mas não para este Conselho. São fatos que podem ter levado os Deputados a terem divergências. Mas este lavar roupa, este posicionamento só pode prejudicar a Igreja. Aliás, já prejudicou. Era uma Igreja que eu admirava. Fui colega de 2 Deputados dessa Igreja no Rio Grande do Sul. Já prejudicou.

Estamos aqui para ver se houve a falta de decoro, que vai prejudicar ainda mais a imagem do Congresso, da Câmara, vai prejudicar ainda mais a imagem de nós todos Deputados com a atitude que foi tomada.

Eu esqueço tudo o que foi dito em relação à Igreja, mas o que me chama a atenção — e eu quero cumprimentar aqui a Relatora e o Presidente pela paciência que tiveram — é que o depoente desde o início tentou pautar o andamento deste Conselho.

Eu não posso concordar com isso, Deputado. Caiu em contradições. Deu a impressão exata de que não confia no trabalho do Conselho. Não confia! Foi ditando, dizendo: *“Tem que ouvir esse, tem que ouvir aquele, tem que chamar esse, tem que chamar aquele”*, como se a Relatora, experiente Deputada, e o Presidente, que já foi Presidente deste Conselho, não soubessem dar andamento ao seu trabalho.

Portanto, eu não vi no seu posicionamento uma atitude de quem era apenas testemunha. E fez sérias acusações. Muitas acusações. Chamou de mentirosos. É preciso provar que a pessoa mentiu. Falou em formação de quadrilha. Falou em envol... teve envolvimento com cocaína, que já é um crime, lá numa das igrejas, com o pastor. Falou das atividades duvidosas que podem se sentir atingidas. Falou na perseguição da Igreja. Falou em perseguição política e falou em falsidade ideológica.

Portanto, vamos ter que esquecer isso, porque esse não é o nosso papel, e voltar aos fatos que interessam realmente a este Conselho, que preciso demarcar para ver se houve ou não falta de decoro.

O senhor afirmou por duas vezes, e eu tenho 4 perguntas para fazer, Presidente — eu pediria que o Deputado fosse bem sucinto e objetivo —, que



poderão denunciá-lo por fatos que podem complicar o processo. Que denúncias, que fatos serão esses, serão de ordem política ou de ordem pessoal?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não entendi, o senhor poderia repetir?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - O senhor denunciou, afirmou aqui duas vezes que está prevendo que estão juntando provas para denunciá-lo e que podem complicar o processo, para fazê-lo passar de vítima para acusado.

Que denúncia, que fatos são esses? São de ordem política ou de ordem pessoal? Se sabe.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O senhor me permite, além da resposta?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Eu pediria que fosse sucinto porque a Relatora ainda tem...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Bom, o senhor permite?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Eu permito, sim. O senhor tem todo o direito.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Primeiro, eu gostaria de dizer para o senhor que respeito a opinião do senhor. Eu não me considero que estou aqui como réu, eu me considero que estou aqui como vítima. Segundo, todas as perguntas que foram feitas aqui foram questionamentos feitos, e no início do meu depoimento, em que V.Exa. não estava presente, eu falei e pedi desculpa — e peço para o senhor também —, que eu estou muito ansioso porque eu quero que resolva isso, eu quero que realmente se faça justiça e que vou colaborar em todos os sentidos com este Conselho para que os fatos sejam elucidados. E pedi licença à Relatora e ao Presidente que estava aqui como iria ser o procedimento, e eles me deram essa liberdade, inclusive de sugerir — eu não pedi, eu sugeri — que fossem ouvidas algumas pessoas, que eu acho natural de minha parte. As acusações, que foi até bom o senhor me lembrar — e eu aproveito a oportunidade —, já pedi desculpas 3 vezes, não vou fazê-lo mais em relação ao nobre advogado, Dr. Itapuã, porque eu disse que segundo matéria do jornal, o advogado do Deputado Mário de Oliveira teria procurado e lhe passado as informações sobre o depoimento, o segundo



depoimento do Sr. Odair na Polícia Federal. E, doutor, quem eu conheço que é o advogado do Mário de Oliveira, que está até aqui representando, é o senhor. Pode ser que seja outro advogado, eu não sei quantos advogados ele tem. Então, possa ser que não seja o senhor. Eu disse que o jornal disse que o advogado dele passou isso a ele. Então, eu peço desculpas em relação a isso. E referente ao caso das acusações de cocaína, eu fui claro e disse o seguinte: que o jornalista Eduardo Costa...

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Não foi essa a pergunta, isso o senhor já informou. Todo mundo sabe aquilo que o senhor disse.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Que foi o jornalista. Então, a pergunta que o senhor quer que eu responda...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - É questão pessoal ou política a motivação?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Se são pessoais ou políticas que podem... O senhor afirmou duas vezes que poderão, estão tentando criar fatos para complicar esse processo. Estão juntando provas para fazer denúncias. Que denúncias? De ordem pessoal ou de ordem política?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não é de ordem pessoal nem de ordem política, é de ordem processual. Estão tentando colocar, eu acho que vão tentar, porque já existem indícios. O Deputado Eduardo perguntou ao depoente Deputado Mário de Oliveira se ele tem alguma coisa que possa denegrir o meu passado. Ele falou que não. Foi insistida a pergunta. Ele falou que não. E sempre ele disse: *“Na hora oportuna eu vou apresentar, futuramente eu vou apresentar. Isso faz parte da estratégia de defesa que depois eu vou apresentar”*. Então, eu não estou tendo nenhuma estratégia, não estou guardando nada para depois nem carta na manga. Então, o que eu acho — e eu respondi isso, não é só dentro deste contexto — foi que a Relatora perguntou sobre o meu passado, se tem alguma coisa do meu passado. Eu disse que não tem. Agora, acredito que a defesa vá tentar descaracterizar toda a minha personalidade. E volto a repetir para o senhor: tentaram — e isto aqui eu estou dizendo claramente —, o Mário de Oliveira tentou me matar politicamente. Agora existe, conforme a Polícia de Osasco, as provas até agora apresentadas, existe um atentado contra a minha vida que eu não sei quem é



que mandou fazer. Não estou acusando ninguém. Agora, que existe um linchamento agora e uma tentativa de me matar moralmente, existe, porque esse Sr. Odair, a partir do momento em que ele se apresenta à Polícia, começa a inverter, dizer que eu estive com ele e que o chamei para desmoralizar o Pastor Mário e o Deputado Mário nacionalmente, então, estão querendo também matar a minha moral. E este próprio depoimento é uma forma que estão querendo tumultuar o processo. Então, respondendo ao senhor, eu não acho que é nem pessoal nem política, eu acho que é processual.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - É lamentável. Bom, o Deputado Mário de Oliveira e o Deputado Carlos Willian formavam uma dupla dinâmica na política. Eram influentes junto ao Governo do Estado, junto ao Governo dos municípios, conseguiam cargos e trabalhavam juntos. O que não ficou claro — e foram feitas perguntas nessa direção pelos nobres Deputados — é como essa amizade que vai prejudicar os 2 se deteriorou.

O que pesou mais foram divergências políticas, foram divergências internas da Igreja ou foram assuntos pessoais?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Eu não sei como qualificar. Pessoais não foram porque eu não tenho nada contra a pessoa do Deputado Mário de Oliveira. Até o presente momento eu não tenho nada. Só lamento a mudança do depoimento do Sr. Odair porque isso é tese de defesa, e é lógico que ele participou dessa... e concorreu com essa mudança de depoimento dele. Então, a partir de agora, já fede. Não tenho nada pessoal contra ele. Politicamente, ele seguiu o caminho dele e eu segui o meu, mesmo que toda hora sendo perseguido e eu respondendo pela instituições legais. Não tem. O meu eleitorado não é o dele, tanto é que eu fui eleito e ele também foi eleito. Político também não foi. Em relação a religiosa, também não, porque o Deus em que eu acredito e que eu sirvo é o mesmo Deus em que ele acredita e que ele serve. Em termos de religião, de Igreja, também não. O que ocorreu foi a partir do momento em que ele queria que eu renunciasse ao mandato, e eu achei que isso não era correto. Eu não sei se o senhor estava aqui quando eu expliquei esse fato.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Sim.



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - A partir daí, houve uma deterioração, ou seja, eu não aceitei a submissão de ter que talvez prejudicar a minha vida futura em deixar e renunciar ao mandato. Acredito que foi a partir daí.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Como testemunha... Eu vou lhe perguntar sempre como testemunha.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O senhor fique à vontade. Eu até agradeço ao senhor.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - O senhor solicitou segurança na Corregedoria, e foi dada a segurança pela Câmara. A segurança não era contra a Polícia, nem contra os membros da Igreja, era contra o Deputado Mário como mandante. O senhor acha que neste momento aqui que o senhor disse que se sente inseguro, que tem medo ainda, o senhor acha que neste momento aqui alguém vai tentar... alguém desses acusados que constam nos autos vai tentar contra a sua vida? Porque serão os primeiros a serem procurados, sem dúvida nenhuma, porque teriam motivos anteriores. Eu acho que neste momento a sua maior segurança é o Deputado Mário. Ele vai ter todo o interesse em que não aconteça nada de mal com o senhor, nem politicamente nem contra a sua vida, porque, sem dúvida nenhuma, vai se refletir nele, porque é ele que está sendo acusado.

O senhor não acha?

E outra coisa: o senhor disse que anda sem segurança, que caminha e não tem problema nenhum. Eu tomei conhecimento no depoimento de um dos depoentes que o atentado não tinha sido ainda executado porque era difícil encontrá-lo. Mas que matador mixuruca foram contratar, se é verdade que contrataram, porque o senhor tem residência, mora, anda para cá, anda para lá. Portanto, é estranho: o senhor é um homem público, tem residência, sabiam dos seus hábitos, e esse matador, esse tal de Alemão — é um sujeito muito mixuruca —, diz que não encontrou o senhor. Acho quase impossível que isso tenha acontecido. Mas o que eu estranho é como um policial vai lhe repassar um documento que envolve uma série de pessoas e lhe telefona e V.Exa. não o encontra. V.Exa., mais tarde vai e faz contato com ele, e ele diz: *“Tenha cuidado. O senhor está sendo ameaçado, sua vida está sendo ameaçada”*. É uma atitude estranha a desse policial,



não é? Porque estava envolvendo uma série de outras pessoas que ele não tinha como provar que alguém queria atentar contra sua vida. Me parece que se configura aí como algo estranho dentro do próprio processo.

E, finalmente, eu vou lhe perguntar — e depois encerro aqui: como o nosso objetivo é saber se houve falta de decoro ou não, V.Exa. acha que essa atitude, que foi propalada, fez parte da imprensa, foi denunciada pelo Deputado na Câmara, V.Exa. acha que isso aí não denegriu a imagem, que V.Exa. também não colaborou em denegrir a imagem do Congresso, do Parlamento?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Deixa eu falar com V.Exa. V.Exa. pediu para eu ser muito sucinto, mas não tem jeito, de acordo com... Porque não foi uma pergunta; foi um discurso acompanhado de uma pergunta. Primeiro, V.Exa. falou que leu em algum lugar que eu sou acompanhado de segurança ou alguém falou.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Que V.Exa. não tem segurança.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Que eu não tenho segurança.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Foi pergunta...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, não. Que eu tinha segurança, não?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Que solicitou a segurança.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Essa foi a segunda pergunta. V.Exa. achou estranho que eu não tenho segurança e alguém falou que...

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Não, não. Vamos repor: que V.Exa. não tinha segurança, respondeu ao Deputado. Ele perguntou: "*V.Exa. andava na rua com os seus filhos, tinha hábitos, ia na chuva, ia ao McDonald's, fazia tal percurso?*"

V.Exa. não acha estranho que esse contratado não o tenha encontrado?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Olha, primeiro, de tudo isso que está acontecendo, tem muita coisa estranha.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Será que esse Alemão existe? Essa é outra...



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Se V.Exa. pudesse fazer a pergunta uma por uma, porque senão não vou conseguir responder V.Exa. todas.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Eu quero só apressá-lo.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Aí vai ficar... Porque senão eu não vou poder responder, e o V.Exa. me deixa aqui numa situação sem resposta.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Na tentativa de ajudá-lo. Eu não quero...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, eu sei que o V.Exa. está, mas eu tenho que responder uma por uma. Deixe eu dizer a V.Exa. Primeiro, da pessoa não ter conseguido me matar, eu disse que eu não tenho segurança, mas eu pego meu carro, vou para o *shopping*. Eu não sou uma pessoa ruela, falei com V.Exa. Eu pego o avião, vou para Ipatinga. A competência ou não do assassino eu não posso medir; se ele tem competência para me matar ou se ele não tem competência para poder me matar. E por que ele não conseguiu me matar? Como pessoa religiosa que eu sou, eu tenho certeza que, se tivesse acontecido, tivesse que me matar, foi a mão de Deus que me salvou. V.Exa. me perguntou se há necessidade de eu pedir segurança e disse que eu pedi segurança à Corregedoria. Eu não pedi segurança à Corregedoria. Eu pedi segurança ao Presidente da Casa, Deputado Arlindo Chinaglia, no dia em que eu fiquei sabendo desses documentos e denunciei que existia um plano para poder me matar. V.Exa. me perguntou se eu não acho que o Deputado Mário de Oliveira é ele que tem que me guardar, porque ele é o maior prejudicado, se acontecer alguma coisa comigo. Eu também acho isso. Mas eu não estou falando que foi ele que mandou me matar. O que eu estou dizendo é que existe um plano, apontado pela Polícia de São Paulo, onde o Odair depôs dizendo que ele é o mandante do crime e que foram pegas várias provas e etc., e que existe uma verdade, uma realidade que nós não podíamos fugir dela. Estão aqui os documentos todos, e eu acho que qualquer Deputado, dentro disso, iria pedir segurança. Além do mais, se fosse a hipótese de acreditar que fosse o Deputado Mário de Oliveira, todo político, todo homem público tem várias pessoas de sua confiança, que às vezes buscam aquele momento de aflição para poder fazer justiça com as próprias mãos. Quem sabe uma pessoa, querendo defendê-lo, vai querer me atacar? O certo é — e eu reafirmo que existe, até que prove o contrário. E é isto que



eu quero nesta Casa: que descubra se existe esse plano e quem é o responsável por esse plano que atentou contra a minha vida. V.Exa. me perguntou se isso denegriu a imagem da Casa. V.Exa. acha, e se eu também não acho que denegriu a imagem da Casa. V.Exa. também disse que a Igreja... Eu lamento profundamente pela Igreja. Lamento de eu ter sido da Igreja, e isso estar acontecendo comigo e fazendo uma ligação da Igreja. Mas a ligação não é minha, da Igreja. A ligação, que não sou eu que estou ligando, é do Deputado Mário de Oliveira, que é pastor e Presidente Nacional da Igreja. Segundo, é ruim para a imagem desta Casa. Eu até agradeço essa pergunta de V.Exa.. É ruim. É muito ruim para a imagem desta Casa o que está acontecendo, assim como também são ruins vários outros problemas que houve nesta Casa. Agora, este assunto é muito sério. É muito sério. E eu faço um apelo de novo ao Conselho, sem querer pautar o Conselho — V.Exa. me desculpe, com todo o respeito que eu tenho, mas eu faço um outro apelo —, não só como testemunha, mas também como Deputado e membro desta Casa, deste Parlamento. Eu faço um apelo a este Conselho: para limpar a imagem do Conselho, pelo menos no que tange a esse fato, em que, lamentavelmente, eu estou envolvido, é que essas apurações sejam feitas o mais rápido possível e profundamente. Uma resposta tem que ser dada, porque não vai poder, aqui, deixar de chegar a uma conclusão por falta de provas. Eu acho que tem que dar uma solução, e a responsabilidade é toda nossa.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Eu estou satisfeito, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - Antes do Deputado José Eduardo Cardozo, a Relatora pede a palavra.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Deputado Carlos Willian, desculpe a insistência, mas eu vou precisar preparar o relatório.

V.Exa. disse que no momento, parece que foi no dia 1º, o Deputado Mário teria dito para V.Exa.: "*Tira a mão do meu sobrinho*". O que é isso?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Eu não entendo. Deve ser — deve ser — que a Casa, no dia 1º, todo o mundo estava aqui, estava muito cheia de gente, e eu estava indo para o meu gabinete e devia estar o sobrinho dele, um



parente dele, assim, como estavam os meus parentes. E ele devia estar perto de mim e ele achou que eu estava encostando, ou que eu estava pegando, ou que eu estava empurrando, alguma coisa nesse sentido.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - V.Exa. falou aqui, por mais de 4 vezes, que o Deputado Mário de Oliveira é solteiro, o Deputado Mário de Oliveira é solteiro. V.Exa. falou isso algumas vezes. Eu queria saber se V.Exa. acha que isso é importante e... Até algum momento, as pessoas são solteiras. Quer dizer, V.Exa. foi solteiro até que ano, por exemplo? Então, se V.Exa. acha isso importante, porque V.Exa. falou muitas vezes.

Ele nunca disse, o Deputado Carlos Willian, por exemplo, não disse: “O Deputado Mário de Oliveira é casado”. Nunca referiu isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Está. O que eu disse e o que eu quis dizer — e eu repeti mais de 4 vezes — é porque eu fui questionado mais de 4 vezes, ou seja, por 4 pessoas diferentes. “O Odair é companheiro do Mário de Oliveira por quê?” Depois, o Deputado perguntou: “O Sr. Celso também é companheiro do Deputado Mário de Oliveira por quê?” Um outro Deputado me perguntou: “V.Exa. também era companheiro do Mário de Oliveira? Saía com o Deputado Mário de Oliveira?” Então, as minhas perguntas onde eu menciono que o Deputado Mário de Oliveira é solteiro é na seguinte formação de opinião: porque ele tem companheiros e ele sai com esses companheiros porque ele é solteiro. Assim como eu saio com minha esposa porque eu sou casado. Assim como uma criança sai com outra criança para brincar porque elas são crianças. Então, o Deputado Mário de Oliveira trabalha na Igreja, tem os amigos dele da Igreja e à noite ele tem os colegas dele para poder sair — e repeti: como colegas. Por quê? Porque ele é solteiro; porque, se ele fosse casado, ele iria para casa. Ou se ele fosse... Alguma coisa nesse sentido. Então, eu me referi que ele é solteiro não foi pelo estado civil; é para mostrar que ele tem esses amigos como companhias, porque ele é solteiro. Alguma dúvida sobre isso, Deputada?

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Não.

Eu queria que V.Exa. me dissesse qual foi o nome do policial que telefonou para V.Exa.



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O Deputado que ligou para mim foi o Júnior...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Deputado, não; delegado.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Desculpe. O agente policial.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - O agente policial, desculpe.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O agente policial que me...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Que lhe telefonou no dia 22 e lhe passou esse fax.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É, ele me passou esse fax. Agora, eu lembrei aqui que o nobre Deputado me fez a pergunta: se eu acho estranho que um policial vá passar para a gente um documento desse natureza, onde envolve o nome de várias pessoas e etc. Se a gente for verificar, ele só passou isso para mim depois que ele protocolou em juízo, lá em Osasco, todos os procedimentos.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Deputado, me desculpe também. V.Exa. me falou que tem em seu poder a fita, o *chip*, a gravação. Quem lhe deu isso?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Eu falei... Eu falei aqui...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Quem lhe deu?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Deixe eu responder a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Porque eu ainda não consegui.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Está, deixe eu responder para V.Exa. Foi o que eu... Só respondendo ao nobre Deputado, que eu esqueci. V.Exa. me desculpe. Eu não acho estranho que a Polícia de Osasco tenha passado para mim esse relatório, não. Por quê? A data em que eles passaram esse relatório para mim... *(Pausa.)* Foi no dia 22 de junho, às 10h11min. E eles protocolaram lá em São Paulo esses autos, essa ação inibitória... Está aqui. E eles protocolaram lá na Justiça de São Paulo esses autos foi antes. Foi na data do dia 21. Portanto, depois que eles fizeram a investigação, protocolaram isso em juízo. A juíza deixou o tal de Odair ser solto; não manteve a prisão dele. Aí eles telefonaram para mim dizendo que estavam...

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - E o Alemão fugir, não é?



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Isso é o que está nos autos. E passou para mim um relatório dizendo que ocorreram todos esses fatos e que minha vida corria perigo. E passou para mim esse fax, onde eu fui e procurei a Polícia Federal para poder verificar os fatos. Agora, se o Alemão está fugido, por que eles passaram para mim? Eu acho que eles fizeram um grande papel, porque eu sou uma autoridade, sou um Deputado Federal. Descobriram que existe um atentado contra a minha vida, entraram em juízo, o juiz não deixou a pessoa ser presa... Eu acho que ele fez um grande trabalho, a Polícia de Osasco, em ter me comunicado: *"Olha, cuidado porque a pessoa está contra a sua vida e está dessa forma, assim, assim"*. Eu acho que foi muito louvável por parte dele. Referente à fita. Quando eu busquei este material aqui e distribuí para a imprensa toda — eu busquei no Supremo Tribunal Federal e distribuí para a imprensa, para tomar conhecimento —, a imprensa começou a publicar a foto do Odair depondo dentro da Polícia, e um repórter falou assim: *"Deputado, o que você tem a ver?"* E a imprensa já estava também falando... A imprensa já estava mostrando as gravações do Odair conversando com Alemão. Um repórter falou assim... Eu falei assim: *"Olha, eu não tenho conhecimento porque eu não ouvi isso"*. Eu ouvi alguns trechos pela imprensa. Aí ele falou assim: *"Olha, se os senhores prometerem não revelar que eu estou lhe passando, eu vou estar lhes passando a cópia desse chip"*. E me deu um CD. O que eu fiz?

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Foi um repórter que lhe deu?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Um repórter que me passou. Isso já estava sendo anunciado na imprensa toda. O que eu fiz? Peguei cópia desse CD, disse aí, não escondi de ninguém, entreguei para alguns deputados amigos meus que vinham me perguntar: *"Isso é verdade?" "Como que é?"* Eu falava: *"Olha, existe este documento que eu busquei lá no Supremo e existe esta gravação que eles me passaram"*. Tirei cópias e distribuí essas cópias. Se V.Exa. quiser, eu tenho cópia que um membro da imprensa me passou.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Por favor. Nós e também acho que os membros do Conselho.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É. Com todo o prazer eu passo.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Por favor, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - Com a palavra o Deputado José Eduardo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Inicialmente, meus cumprimentos ao nobre Deputado Carlos Willian, agradecendo a presença perante este Conselho.

Eu vou lhe pedir desculpas, Deputado Carlos Willian, mas às vezes eu posso lhe perguntar coisas que V.Exa. já respondeu. Não é uma tentativa de atormentá-lo, mas é uma tentativa de tentar encadear um pouco os fatos e precisar um pouco mais a nossa compreensão de toda a questão.

Quando foi que V.Exa. conheceu o Deputado Mário de Oliveira? Que ano, que momento?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Foi em 1900..., foi na campanha de Governador, onde o Governador Tancredo Neves ganhou a eleição.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - V.Exa. não era membro da Igreja ainda?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - V.Exa. o conheceu numa campanha eleitoral?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É. Eu... É porque V.Exa... *(Pausa.)* Em 82? Em 82. Eles estão me falando não é porque eles presenciaram não, é por causa da campanha eleitoral. Em 1982, Deputado, eu conheci o Pastor — não era Deputado — Mário de Oliveira.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - V.Exa. já era evangélico?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Quem?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - V.Exa.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não. Eu trabalhava na Prefeitura de Ipatinga. Estava coordenando a campanha do candidato a Prefeito Schenkel e o meu pai era candidato a Vereador pelo PMDB e o Mário de Oliveira era candidato a Deputado Federal pelo PMDB. Lá em Ipatinga tinham as igrejas do Mário de Oliveira. Aí eu fui em Belo Horizonte e propus a ele que eu iria ajudá-lo em Ipatinga, politicamente, e se ele poderia apoiar o meu candidato a Prefeito e o meu candidato a Vereador. Ele aceitou prontamente. Nós fizemos lá um culto. Eu não era



evangélico. Ele pregou no culto. Fez a campanha dele de Deputado e apresentou meu pai como candidato a Vereador e o candidato a Prefeito. Perdeu o meu pai, perdeu o Prefeito, ganhou o Deputado Mário de Oliveira. O Mário de Oliveira ligou para mim, depois, aqui de Brasília, porque neste período eu passei a coordenar a campanha dele também lá na região. O Pastor Mário de Oliveira me ligou, aqui de Brasília, dizendo que ele não tinha um coordenador político na Igreja e que eu tinha desempenhado bem o papel e me convidou para eu vir ser assessor parlamentar dele aqui em Brasília.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Isso foi em que ano?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Oitenta e dois... Em 83. Eu fui funcionário da Câmara dos Deputados, lotado no Gabinete dele.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - V.Exa. se converteu à Igreja em que ano?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Depois que eu comecei a trabalhar com ele eu demorei. Porque existem 2 formas de converter, de a pessoa se tornar crente. Uma a gente diz pela dor: é quando a pessoa está atormentada, está com algum sofrimento, ela busca Deus e tem aquilo. Outra é pelo amor: quando ela não tem problemas e ela vai conhecendo a Palavra aos poucos, até acreditar que realmente ela pode servir ao Senhor. O meu foi um pouco mais demorado, justamente por causa disso, porque eu me converti pelo amor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Em que ano, mais ou menos, V.Exa. sabe?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Um ano e meio, mais ou menos depois de 82. Em 84.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - A partir daí, que postos V.Exa. exerceu na Igreja?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Continuei assessorando o Pastor Mário de Oliveira. Na Igreja, nenhum posto. Foi só em 2000, 2001, mais ou menos, eu fiz um curso de obreiro. O que é curso de obreiro? É a introdução para pastor, até mesmo para você entender mais a Bíblia. Aí eu fiz um curso de obreiro e passei numa convenção da Igreja. A Igreja é muito organizada, e eu passei a ser um obreiro da Igreja. Cargo na Igreja foi só esse.



O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - V.Exa. chegou a assumir a função de advogado da Igreja?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É, isso já não é função na Igreja. É.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Para a Igreja, trabalhando para a Igreja. Tudo isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Para a Igreja, para a Igreja, está.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Quais são as funções que V.Exa. exerceu?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Em 1997, aproximadamente, o Pastor Mário de Oliveira ganhou para Presidente Nacional da Igreja, e aí ele me convidou para ser o advogado nacional da Igreja.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Isso foi em 1997?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É, 1997. Não sei precisar exatamente, porque não sou muito bom, mas é mais ou menos nessa data.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Nessa data. V.Exa. passou a presidir a Fundação Rádio Educativa Quadrangular em que ano?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Em 1998, quando a rádio foi adquirida.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Em 1998 quando a rádio foi adquirida.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - A indicação para que V.Exa. ocupasse o posto foi também do Deputado?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Foi. Foi dele, porque a rádio é mantenedora da Igreja e ele Presidente da Igreja.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Perfeito. V.Exa. ocupou cargos políticos por indicação dele? Quais? Além do cargo de assessor parlamentar, evidentemente.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Anteriormente a isso eu fui Diretor da EPAMIG, Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Por indicação dele?



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Indicação dele. Fui Diretor do Instituto Estadual de Florestas e fui Coordenador da Fundação Nacional de Saúde.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Em Minas Gerais. Isso foi em que anos, mais ou menos, aproximadamente? V.Exa. sabe precisar?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O IEF foi no Governo do Milton Cardoso. Deve ter sido em 1986, por aí. De 86 a 90. Dois cargos desses foi nesse período.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Nesse período de 86 a 90.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Foi nesse período. A Fundação Nacional de Saúde foi quando o Itamar era Presidente da República. Isso foi em...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Em 92, 93.

V.Exa. tinha uma relação de amizade com o Deputado?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Tinha. Eu era advogado de confiança dele. Ele ia para Brasília e quando vinha para Brasília, às vezes, tinha que dar andamento em atendimento às pessoas que faziam... Tinha atendimento em Belo Horizonte, era eu que tocava os projetos. Ele ia para o Conselho Nacional eu ia junto com ele, porque a reunião era no mesmo período.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - V.Exa. era amigo dele, então?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Era amigo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Um amigo próximo?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Era amigo próximo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Bem próximo. Confirma o depoimento dele, porque ele diz exatamente isso: chega a dizer que V.Exa. era uma pessoa em que ele tinha estrita confiança pessoal, profissional e ministerial. É uma expressão que ele utiliza no depoimento. Quanto a isso, então, portanto, fica um fato rigorosamente incontroverso: V.Exas. eram bastante e muito amigos.

Então, imagino que V.Exa. conhecia bem a vida do pastor, inclusive pessoalmente.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Conhecia, conhecia.



O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O pastor é um homem rico?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Hum?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O pastor é um homem rico?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, eu acho que ele é uma pessoa trabalhadora, começou a trabalhar muito cedo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - A origem dele é humilde?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Humilde. A origem dele é humilde, assim como a minha. Ele é uma pessoa que trabalhou muito. As coisas que ele adquiriu até ser Deputado eram só advindas da Igreja, e não era muita coisa; era só uma casa. Assim mesmo, uma casa comprada de uma forma com problemas de documentação de herança. Por isso ele comprou essa casa mais barata. Depois eu até regularizei esta casa. Tinha uns veículos. Ele não era. Depois ele passou a adquirir alguns patrimônios, que, inclusive, como advogado, eu acompanhei a documentação desses patrimônios, todos compatíveis com a renda e todos declarados no Imposto de Renda.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - A renda dele é como Deputado e...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Como pastor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - A renda dele como pastor soma aproximadamente quanto? V.Exa. sabe dizer?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Deputado, se V.Exa. me permitir, eu posso até escrever e passar para V.Exa., mas aqui é uma coisa pública...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - V.Exa. me passar não há problema algum.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Vai ser difícil eu falar e ficar sabendo quanto que ele ganha, quanto que ele recebe.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Mas é um salário mediano, digamos assim?



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É um salário... Não, é um salário de pastor de uma Igreja considerável, grande, de acordo com a responsabilidade que ele tem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Mas não faria de ninguém uma pessoa rica?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não. Rica, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Depois V.Exa. me passa, por gentileza.

O pastor Jerônimo Onofre V.Exa. conhece?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Conheço.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Ele é da confiança do Sr. Mário?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É, estritamente da confiança do Pastor Mário.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Foi ele quem o sucedeu na Presidência da Fundação?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Da rádio. Foi.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - V.Exa. mantinha algum tipo de relação com aquela entidade Escola de Ministério Jeová-Jiré?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Nem como Presidente da rádio não mantinha nenhuma relação?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não. O relacionamento meu com o Pastor Jerônimo era só... Ele era Superintendente da Igreja e ele era o Vice-Presidente da rádio onde eu era presidente. Em 2000 — gostaria que trouxesse para o Deputado o documento —, quando eu fui eleito Vereador da rádio, ou melhor, quando eu fui eleito Vereador, eu reuni o conselho da rádio e pedi licença da rádio para exercer o mandato de Vereador e não voltei mais à rádio. É essa ata aqui, assinada pelos membros do conselho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Eu tenho aqui a ata. Em dezembro de 2000.



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - E o Pastor Jerônimo assumiu a Presidência da rádio.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO – V.Exa. saiu em dezembro de 2000 e o Pastor assumiu.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Assumiu.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - E essa Escola de Ministério Jeová-Jiré era o Pastor Jerônimo que presidia?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É. Ele que é o idealizador, ele que é o Presidente. Segundo o estatuto, ele é o Presidente perpétuo dessa entidade. Nessa entidade ele cresceu muito. Começou com um local pequeno, depois ele cresceu.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Faz o que essa entidade?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Depois comprou uma ilha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Uma ilha?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É, comprou uma ilha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O que faz essa entidade?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Essa entidade, pelo que eu tenho conhecimento... Porque ela começou a se desenvolver depois que eu já tinha tido. Porque ele tinha esse terreno, essa localização, mas o que ele fazia lá era acampamento. Ele fez umas quadras e uns alojamentos. Então, ele alugava para a Igreja, para a Igreja fazer seminários, para as pessoas dormirem, fazerem encontros.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - É uma escola?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não. Não é escola. Posteriormente, ele cresceu, aumentou a área, fez uma área...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Mas é o quê? Porque ela se chama Fundação Escola. O que é que faz?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É nisso que vou chegar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Pois não.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Depois ele comprou um pedaço muito grande — não é ilha, mas é o topo de uma ilha — e ali ficou sendo mais uma residência particular dele. Uma coisa cinematográfica. E, quando eu estava saindo da Igreja, ele foi convidado a ser Secretário de Ação Social da Prefeitura de



Contagem e ele formatou um convênio onde ele reunia pessoas nesse local chamado escola e fazia...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Presidente, eu peço silêncio ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - Peço ao Plenário que faça silêncio, por favor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Obrigado. Perdão, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - ... e ele desenvolveu lá um programa de cura para pessoas viciadas em droga, em álcool, com 15 dias. De 15 em 15 dias ele reunia lá mais de 100 pessoas e fazia esse tratamento de cura, com 15 dias, dos viciados, com recursos repassados pela Prefeitura de Contagem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Agora, veja, ele comprou o topo de uma ilha, ou seja, uma mansão faraônica, como V.Exa. disse.

Eu não entendi bem. Qual é a razão de ser dessa entidade? Quer dizer, ela é uma fundação, ela tem que ter uma finalidade. Ela foi criada para quê? E esse dinheiro, essas verbas que permitiram esse tipo de aquisição patrimonial vieram de onde?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Eu não sei porque eu não tinha relacionamento com o pastor Jerônimo. Era só na rádio. Assim mesmo, quando ele assumiu, só eu deixei de ter o relacionamento. Então, isso eu estou dizendo é porque eu assisti, eu fui na posse dele como Secretário de Ação Social da Prefeitura; depois eu fui a 2 reuniões onde ele formou essas pessoas. Com 15 dias elas eram libertadas das drogas e do álcool. E, a partir daí, foi quando acabou meu relacionamento com eles.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Agora, foi criada para quê, essa fundação? O senhor não sabe?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não sei.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - V.Exa. também não tem idéia de onde vinham os recursos dela?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Da Prefeitura de Contagem eu sei que vinha uma parte dos recursos.



O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Uma parte. Mas, o que permitia essa opulenta aquisição patrimonial ...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não. Não tenho idéia. Às vezes, ele pode ter feito um negócio de ocasião, ter comprado mais barato, deve ter ido construindo aos poucos, entendeu? Eu não tenho informação sobre isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Eu vou tentar lembrá-lo de uma questão. V.Exa. fez uma representação ao Presidente Arlindo Chinaglia pedindo, naquele episódio que houve na posse, a quebra do... afirmou que houve uma quebra de decoro parlamentar por parte do Deputado Mário. E nessa representação há um trecho que me chamou muita atenção. V.Exa., nessa representação, chega a falar desta fundação e menciona uma denúncia do Ministério Público contra o Deputado Mário, que ensejou um processo criminal na Segunda Vara Criminal na Comarca de Contagem. É uma representação que V.Exa. assinou de próprio punho, portanto, a conhece integralmente. E copia trecho dessa denúncia. E o que me espantou aqui, Deputado, foi o seguinte trecho. Por isso, talvez, seja interessante lembrá-lo porque V.Exa. disse que não sabia de onde vinha o dinheiro. É o seguinte a denúncia que V.Exa. transcreve. Essas palavras são do Ministério Público do Estado de Minas gerais:

“Apurou-se, ainda, que Mário de Oliveira, Jerônimo Onofre, e outros, em concurso e com unidade de desígnios, desde o ano de 1999, vêm-se apropriando (de recursos privados) das doações recebidas de fiéis da Igreja do Evangelho Quadrangular, das rendas auferidas com realização de seminários religiosos conhecidos como Labaredas de Fogo e de repasses de recursos efetuados pelas Igrejas do Evangelho Quadrangular, de quem tem posse em razão da qualidade de integrantes e ex-integrantes da diretoria, contador e colaborador da entidade civil.

Os réus Mário de Oliveira, Jerônimo Onofre da Silveira e outros, em concurso e com unidade de desígnios, ocultaram e dissimularam a natureza dos



recursos (públicos e privados) utilizados pela entidade conveniada Escola Jeová-Jiré, durante a aquisição de diversos bens (móveis e imóveis) de alto valor, os quais eram provenientes da prática de crimes contra a administração pública (desvio de recursos públicos) e por organização criminosa, a saber, por exemplo, compra de uma lancha, no valor de R\$25.000,00, em 1999; compra de automóvel importado marca Ômega CD, no valor de 63.000,00; compra de um veículo importado marca BMW, no valor de R\$62.076,80; compra dos apartamentos n.º 303 no Condomínio Place de Vosges, na cidade de Cabo Frio, no valor de R\$240.000,00, no ano de 2000, e do n.º 202 do edifício Hélio Fadel Araújo, no valor de R\$370.000,00, no ano de 2004; compra de imóvel com área de 91.660m² pelo Pastor Jerônimo Onofre da Silveira, que no dia 2 de maio de 2001, o doou à escola; compra de 2 apartamentos — apartamento 401, Edifício Marina Araújo, no valor de R\$121.51,00; apartamento n.º 402, Bloco U, Residencial Madri, no valor de R\$21.337,00, que também foram doados à entidade no ano de 2003, pelo réu Jermano Aguiar da Silveira. O laudo contábil anexo evidencia intenção criminosa.”

E aí, V.Exa., Deputado Carlos Willian — aí não é mais o Ministério Público, mas, V.Exa. —, diz o seguinte:

“Cabe repisar que a denúncia cujo texto ora se cita, se encontra ancorada em robusto conjunto probatório, o qual, segundo os princípios da presente representação, deverá ser requisitado pelo ilustre Corregedor do Ministério Público”.

E aí, V.Exa. é quem afirma:

“A utilização pessoal da Igreja do Evangelho Quadrangular pelo representado é realizada desde o



afastamento do Deputado Carlos Willian, e essa utilização tem fim único e exclusivo de ganhar terreno e solidificar seu projeto político.”

Portanto, V.Exa., nessa representação, afirma que conhece o inquérito. Esse inquérito é acompanhado de robustas provas e que as robustas provas evidenciam desvio de dinheiro público e privado. Dinheiro dos fiéis da igreja e dinheiro público da Prefeitura de Contagem para aquisição de um patrimônio — que me surpreendeu, porque envolve carros de luxo, envolve apartamentos. Portanto, estaria aí a explicação da origem, talvez, dos recursos desse instituto.

Queria que V.Exa. comentasse essa questão.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Deputado, quando eu fiz a representação no Conselho de Ética contra o Pastor Mário de Oliveira eu teria que...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Na Corregedoria.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Ah, desculpa.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - É porque é diferente, não é, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Eu peço desculpas até, não pela minha ignorância, mas pela minha falta de atenção. Quando eu fiz a representação na Corregedoria desta Casa, eu teria que justificar alguma coisa, por que ele poderia estar-me agredindo. Porque eu vou chegar e dizer “Ah, o Mário de Oliveira me agrediu”. “Ele te agrediu por quê?” Então, eu coloquei, basicamente, o que eu estou colocando aqui: que ele pode ter-me agredido — e ele me xingou e foi por isso —, porque existe essa representação. E é até bom que isso também fique claro — até agradeço a pergunta de V.Exa.; que ele também alega que fui eu que induzi o promotor a fazer isso tudo. E não fui eu. Isso foi o promotor através de uma denúncia de um Vereador da Câmara de Contagem. As palavras que eu coloco aqui, Deputado, são tiradas do inquérito e das denúncias do Ministério Público.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - É verdade.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não são palavras minhas. Por isso, quando V.Exa. me perguntou de onde vêm essas verbas, de onde elas podem vir, e V.Exa. insistiu com as perguntas, eu disse que não tenho conhecimento, porque na



verdade eu não tenho conhecimento. E eu não posso fazer das palavras do Ministério Público as minhas palavras.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - No entanto, V.Exa. disse que as provas eram robustas; e provas robustas significam demonstração de certeza.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Deve ser continuação do que está...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Não, no texto de V.Exa, perdão.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Qual é a página?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Mostro a V.Exa. — o que mostra que V.Exa. conhecia bem o inquérito, porque V.Exa. transcreve todo o texto do Ministério Público em letra diferente até a página 9 e fecha aspas. Ao final da página 9, V.Exa fecha as aspas. Na página 10, primeiro parágrafo, aí já no tipo normal da representação, portanto palavra de V.Exa., está dito: “*Cabe repisar que a denúncia cujo texto ora se cita se encontra ancorada em robusto conjunto probatório*”. Afirmação de V.Exa.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Eu vou discordar de V.Exa. e gostaria de que V.Exa continuasse a ler. Isso aí são as palavras do Exmo. representante do Ministério Público.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Deputado Carlos Willian, jamais um promotor que faz a denúncia diria: “*Cabe repisar que a denúncia cujo texto ora se cita...*” Perdão, a denúncia se cita; logo, não fui eu quem fiz.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Deixa-me falar com o senhor. Isso aqui é o documento do promotor encaminhando ao Juiz: “*Cabe repisar que a denúncia cujo texto ora se cita se encontra ancorada em robusto conjunto probatório, o qual seguindo os princípios da presente representação, art...*” Ah, tá certo. Aí já é artigo do Conselho de Ética.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - É de V.Exa.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - “*...deverá ser requisitado pelo Corregedor, ao Ministério Público Estadual ou ao juiz da 2ª Vara Criminal...*”

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O Juiz , o promotor não pediriam essa requisição.



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - V.Exa. tem razão, V.Exa. tem toda razão: *“Cabe repisar que a denúncia cujo texto ora se cita se encontra ancorada em robusto conjunto probatório...”*, de acordo com a denúncia do Ministério Público.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Agora, há uma outra parte que me chamou a atenção aqui também nesse texto, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - E aqui talvez pudesse começar a ser explicada alguma coisa, embora V.Exa. não afirme isso em caráter peremptório. Ao comentar a ira...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Qual a página?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Página 10, página 12 perdão. Ao comentar o porquê da ira que teria o Deputado Mário contra o senhor, no último parágrafo da página 12, V.Exa. disse o seguinte:

“Não se sabe o motivo de tamanha ira, haja vista que o perseguido e prejudicado na história foi o Deputado Carlos Willian. Acredita-se, todavia, que isso se deve ao fato de o Deputado Mário de Oliveira imaginar ser o Deputado Carlos Willian o responsável pela ação criminal que lhe move o Ministério Público do Estado de Minas. “

Ou seja, V.Exa. presidia a Fundação. Era uma pessoa de confiança, como reconhece, e reconhece o próprio Deputado Mário, do presidente da Igreja. Posteriormente, o Ministério Público abre uma denúncia juntando fatos pesados relativos a desvio de dinheiro da Igreja e da Prefeitura de Contagem. Deduzo, então, que a afirmação de V.Exa. aqui feita parte do pressuposto de que, talvez, o Deputado Mário tenha imaginado que V.Exa. tenha passado para o Ministério Público toda essa denúncia, e daí a razão da ira que ele teria contra o senhor. Seria isso, Deputado?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Seria. Ele já comentou para mais de 1 ou 2 pessoas que isso que está acontecendo... que eu é que estava fazendo isso para o Ministério Público. Eu não tenho relacionamento, não tenho influência com o Ministério Público; o Ministério Público é uma entidade, um organismo seriíssimo, que não vai deixar-se pautar por terceiros dentro de um processo.



O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O senhor sabia desses fatos ou tinha indicadores..

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Quais fatos?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Os que estão na denúncia: desvio de dinheiro da Igreja, ou da Prefeitura de Contagem antes da denúncia do Ministério Público?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Já. Porque, antes da denúncia do Ministério Público, esses fatos foram amplamente divulgados pela imprensa. Antes disso, a Polícia Federal e a Polícia Militar fizeram uma busca e apreensão lá nesse sítio, Jeová-Jiré. A Polícia Federal foi lá fez uma busca e apreensão; os jornais todo dia notificavam... anunciavam esses fatos. A última peça foi essa do Ministério Público, que fez a denúncia

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - E isso não levou o senhor a romper relações com o Deputado Mário?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, não. Romper meu relacionamento foi lá atrás. Antes dessas denúncias, de esses fatos acontecerem, quando o Mário de Oliveira pediu que eu renunciasse o meu cargo de Deputado para que outro Deputado suplente assumisse.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Permita-me, apenas, contraditar V.Exa. num aspecto, pelo menos até para esclarecer e não para questioná-lo.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não. Mas não teria problema algum questionar-me.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Não, não, eu vou questioná-lo.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Eu até agradeço.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Não, é importante para esclarecer Deputado. O que me chama também a atenção foi a data dos fatos narrados.

Veja só. V.Exa. transcreve a denúncia do Ministério Público, página 3 — perdão, é que está meio apagadinho — página 8. Veja o que o Ministério Público do Estado de Minas diz:



“Consta dos autos que os acusados Mário de Oliveira, Jerônimo Onofre da Silveira e outros, unidos em desígnios, em concurso, associaram-se a partir de 5 de julho de 1993 para praticar crimes de naturezas diversas: apropriação indébitas, estelionato, falsidade ideológica de documento particular, uso de documento falso, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro...”

Ou seja, desde 1993, havia a formação dessa situação. Portanto, período em que V.Exa. era o advogado nacional da Igreja e período em que também exerceu a presidência da fundação.

Não teria V.Exa. ciência desse conluio entre essas pessoas no período em que V.Exa. compartilhava da intimidade do presidente da Igreja? Não exercia a função de advogado da Igreja e não tinha exatamente a presidência da fundação que mais tarde fez convênio com essa Escola Jeová-Jiré?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Primeiro o seguinte: a fundação da rádio não teve concurso algum e não teve nada a ver com esse convênio. A fundação da rádio era uma e essa outra fundação era outra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O convênio foi feito quando?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não sei, não tenho conhecimento. De qual convênio, da rádio...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Da rádio com a Fundação Jeová.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não há rádio com Fundação Jeová-Jiré. Não existe o convênio. Da rádio, eu saí em 2000, é uma rádio fundação educacional, que tem o canal de uma rádio educativa, que eu presidi até 2000. Inclusive é acompanhada e fiscalizada pelo curador de fundações que é o Ministério Público. A rádio não tem ligação alguma com essa Escola Jeová-Jiré.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Mas tem com a Igreja; e a Igreja passa recursos, e V.Exa. era o advogado da empresa.



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Era o advogado da Igreja. Eu, como advogado da Igreja, Deputado, só entro nos problemas de litígios. Para onde a Igreja repassa dinheiro não é competência minha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - E o senhor não presenciava esse enriquecimento óbvio do Pastor Jerônimo, nem do Pastor Mário?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Nenhum. Agora, vou voltar aqui para V.Exa. na primeira pergunta. V.Exa. diz que o promotor disse o seguinte: *“Consta dos autos que os acusados Mário de Oliveira e Jerônimo Onofre da Silveira e outros, unidos em desígnios, em concurso, associaram-se a partir do dia 05 de julho...”*

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - De 1993.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - De 1993. Eles começaram no dia 5 de julho de...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - A organização criminoso.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - ...de 1993.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Sete anos antes do senhor sair da presidência da fundação da rádio.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É eu fui advogado da Igreja até 10 de julho de 2003. Não tinha conhecimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Dez anos. Não tinha conhecimento.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não tinha conhecimento. Talvez o promotor deva dizer que seria isso. Por quê? Porque a entidade deve ter sido formada em 1993.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Se o senhor não tinha conhecimento, por que, então, o Pastor Mário achou que o senhor é que teria passado a informação para o Ministério Público?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Porque eu já tinha tido... já tinha separado da igreja, e ele achou que isso era uma forma que eu poderia estar tentando para prejudicá-lo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Mas se o senhor não sabia, nem tinha acesso a isso?



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, deixe-me falar. O senhor... Não tinha acesso a quê?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Às informações.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Do Ministério Público?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Não, àquelas que ensinaram a denúncia.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Antes de 1993?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Isso. O senhor falou que não sabia, nem acesso.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Pois é, eu não tenho conhecimento de 1993. Mas...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Então, por que o Pastor Mário acha que o senhor...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Mas ele só achou isso, ele acha, ele entende que fui eu... *(Falha na gravação.)*

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Aí vem a pergunta: como ele acha isso, se V.Exa. não tinha sequer a possibilidade de ter acesso a esses fatos? E ele sabia mais do que ninguém se o senhor sabia ou não.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Eu acho que é uma pergunta que deverá ser feita a ele, por que ele acha. Eu não vou entender por que ele acha. Eu só falo...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - A quem ele comentou que o senhor teria passado as denúncias?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Ah, a várias pessoas da igreja, pastores.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Poderia citar alguém?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Deixe-me ver aqui... Pastor... Joaquim Antunes, que pode ser convidado para vir aqui.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Pastor Joaquim Antunes.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Antunes. Acho também que, para colaborar ainda mais com a elucidação desses fatos, sem querer dirigir o Conselho



de Ética, poderia convidar esse promotor para poder vim aqui esclarecer mais sobre esses fatos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Eu vou requerer as cópias do processo integralmente. Acho que será feito...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - E a própria presença...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Já foi julgado esse processo? Sabe V.Exa.? Já foi?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, foi não, porque ele está suspenso, porque está no Supremo Tribunal Federal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Ah, V.Exa. já havia comentado.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Perfeito. Bom, pegando agora uma outra veia de dúvidas que eu tenho, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O senhor falou que nunca viu o Sr. Odair?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Nunca. Não conheço.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Não conhece, nunca falou por telefone?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não conheço, nunca vi e nunca falei por telefone.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - No entanto, quando — e o senhor deu mostra que tinha assistido o depoimento anterior — o Deputado Mário falou que mantinha uma relação de amizade e que viajava com o Sr. Odair, o senhor, dentro daquilo que conhece dele, achava isso normal?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Se eu achava normal?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Que ele viajasse, porque... Eu fiquei muito surpreso, porque... Vou até dizer o porquê da minha surpresa. O Sr. Odair, ele é uma pessoa que era praticamente — abre aspas — “um *office-boy*”, como o próprio Sr. Mário reconhece na igreja. E num primeiro momento do depoimento, o Sr. Mário disse que usava o Sr. Odair para viagens, para planejar



estratégias, intervenções da igreja. Quando eu perguntei por que ele levava o Sr. Odair, se era um *office-boy*, por que não levava o chefe dele ou alguém, digamos assim, que tivesse uma atuação mais qualificada para uma intervenção de porte, ele não me respondeu. Eu insisti várias vezes, até que ele disse o seguinte: “*Não, eu levava para que me fizesse companhia*”. Claro. E disse que também, freqüentemente, utilizava pessoas para que andassem em companhia dele. E ele usa a mesma expressão que o senhor: “*Porque eu sou um homem solteiro, eu preciso de companhia*”. Então, quando o senhor viu essa questão do Sr. Odair... Dentro dos hábitos do Pastor Mário, do Deputado Mário, seria normal, então, ele se deslocar de um lugar a outro com alguém para lhe fazer companhia?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Deixa eu lhe falar. Eu tomei conhecimento disso através do depoimento do Mário de Oliveira, que foi inquirido por V.Exa. sobre isso. Se V.Exa. me pergunta se eu acho normal isso...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Dentro do que o senhor conhece dele.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Dentro do que eu conheço dele, normal eu acho que não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Por quê?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Exatamente por ser uma pessoa que tem um cargo sem...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Subalterno.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - ...subalterno, sem muita relevância. Segundo, por, acredito, não ter ele suficiência para poder montar aqueles projetos de ONG, para buscar recursos etc. Tampouco aqui em Brasília, porque aqui em Brasília não se monta projeto, não se discute projeto. V.Exa. mesmo bem colocou que esses projetos poderiam ser discutidos lá, em São Paulo, e não ser discutido aqui. Então, eu acho estranho que o Deputado Mário de Oliveira possa andar com esse Sr. Odair, ainda mais fazendo o trecho de São Paulo para Brasília e de Brasília para Belo Horizonte. Por quê? Eu tenho um jornal — eu não sei se V.Exa. estava aqui antes — que diz que o Mário de Oliveira viajou com o Odair no mesmo vôo que eu viajei para Belo Horizonte. Conseqüentemente, as informações de tudo isso que está aqui mostram que o Odair me seguia para saber os meus passos, para saber o



meu carro. Em um trecho da gravação, ele fala: *“Olha, ele chega... Eu segui ele. Tem o motorista dele que o pega lá no aeroporto. Ele vai num Zafira”*. O Zafira é blindado? Não é. V.Exa. está entendendo? Então, tudo isso vem a estar dentro... ou seja, começa a ter uma ligação dentro do processo. Mas eu não quero fazer nenhuma ilação nem fazer nenhum prejulgamento. Agora, eu acho que deveria apresentar a ONG que já foi feita, pela assistência, o trabalho que foi feito, quais os estudos que já estão prontos para poder fazer esse trabalho de fazer essa ONG, essas coisas. Agora, veja bem, cada pessoa escolhe a sua companhia. Eu, particularmente, não é que eu iria desprezar uma pessoa desse nível, porque eu ando, não tenho amizade. Já disse aqui que não sou pessoa de ter amigos. Mas não acho também que seja... Cada pessoa escolhe a sua companhia, anda com quem quiser.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O senhor chegou a viajar também com o Pastor Mário. Que missões o senhor tinha quando viajava com ele também?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Na época em que eu viajava?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Era só fazer companhia, ou era atividade...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, não eu viaja com ele para São Paulo porque eu era advogado do Conselho Nacional da Igreja...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Em atividades...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - ... e eu tinha que acompanhar lá o Conselho. Eram tomadas as decisões, e eu tinha que acompanhar, como advogado. Às vezes que eu vinha para Brasília era para acompanhar os processos de que ele era Relator, acompanhar processos nos Ministérios, pedidos que eram feitos lá em Belo Horizonte. Eram esses trabalhos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Quer dizer, o senhor sempre viajou não para fazer companhia, como acontecia com o Odair...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - ... mas com missões concretas?



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, nunca viajei para fazer companhia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - No dia da posse, em que houve aquele incidente...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Mas viajava sempre em companhia dele.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Dele, mas não para fazer companhia?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, fazer companhia, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Quem... No dia da posse, houve aquele incidente, que V.Exa. bem descreveu e deu ensejo à sua representação. Quais foram os Deputados que presenciaram o fato que podem ser mencionados por V.Exa.?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Deixe-me passar para V.Exa. uma cópia... Eu já pedi autorização...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - V.Exa. cita 2 Deputados. Eu queria apenas confirmar.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Dois?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Dois, creio que 2.

(Pausa.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Vou tentar localizar aqui, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - Deputado José Eduardo Cardozo, a seqüência é importante, eu diria, porque temos 2 inscritos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Dois inscritos? Eu pensei que fosse o último.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Se V.Exa. pudesse dizer o nome do Deputado, então, para confirmar.



Está aqui, olhe — perdão: “...o que pode ser comprovado pelo testemunho dos funcionários que estavam no local, pelo Deputado Federal Damião Feliciano e pelo Sr. Divino Omar do Nascimento.” São 2 pessoas, não 2 Deputados.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - São 2 pessoas, mais as cantineiras que estavam presentes.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O senhor sabe identificar quais são?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, não sei. V.Exa. esteve aqui na posse dos Deputados. V.Exa. viu a quantidade de pessoas que tinha?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Era muito difícil precisar.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Era muito difícil. A gente não conseguia andar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O Sr. Divino Omar do Nascimento presenciou? Presenciaram ele afirmar que o mataria?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Deixe-me dizer a V.Exa. O que eu fiz aí na representação foi dizer que essas pessoas presenciaram. Agora, elas vão ser testemunhas. Se elas vão confirmar que ouviram ou não ouviram eu não sei.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Mas V.Exa. tem certeza de que elas ouviram a ameaça de morte?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, não confirmo que elas ouviram ameaça de morte, nem que ouviram nada. Eu afirmo, e as coloquei, que elas foram testemunhas do que aconteceu. Agora, pode ser que elas tenham ouvido, pode ser que elas não tenham ouvido. O Deputado... Como é que ele se chama?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Damião.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O Damião foi uma pessoa que me consolou na hora, porque eu estava nervoso: “*Deputado, calma, toma uma água*”... não sei o quê, tal, tal. Aí, eu aproveitei que ele estava lá no momento e coloquei o nome dele. Eu coloquei o nome das pessoas que estavam no momento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - V.Exa. diz que 3 colegas nossos o procuraram propondo um acordo. O que propuseram a V.Exa.?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O que propuseram?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - É.



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - *“Olha, eu vim aqui porque o Deputado Mário de Oliveira pediu para ver se existe possibilidade em fazer um acordo.” Não falaram qual acordo. Eu disse o seguinte: “Olha, fala com ele que eu não posso e nem tenho condições de fazer acordo. Primeiro, a ação é ação pública, quem fez foi o Ministério Público, não fui eu, eu não posso retirar essa ação. Segundo, o partido é que entrou no Conselho de Ética, não fui eu, eu não posso retirar. E qual o acordo que eu vou fazer? Se por um acaso foi ele que, conforme as provas da Polícia, tentou me matar, o acordo que ele vai fazer é de não mandar me matar? Fala com ele que não existe a mínima possibilidade de fazer acordo nem eu quero conversar sobre esse assunto com ninguém”.*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - Deputado José Eduardo Cardozo, nós queríamos racionalizar o tempo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Se atrapalho o tempo, eu interrompo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - Realmente, a Deputada está desde as 9h da manhã.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - E ele também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - Eu queria inclusive pedir ao Deputado Camarinha...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Eu estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - ... aliás, primeiro ao Deputado Fernando Melo, Deputado Camarinha, que faça as perguntas. E uma resposta, Deputado Carlos Willian, sem prejuízo. Mas realmente o esforço físico chegou ao limite.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Em homenagem a V.Exa., então, eu interrompo aqui a argüição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - Obrigado, Deputado.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Uma questão de ordem, Sr. Presidente, só para uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - Desculpe-me, eu vou passar a palavra aos 2 Deputados. Depois, eu posso...

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Eu agradeço a V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - Com a palavra, sucintamente, o Deputado Fernando Melo. Depois, o Deputado Camarinha.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MELO - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - Todas as perguntas de uma vez, por favor. O Deputado Carlos Willian anota.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MELO - Está bem. Muitas já foram feitas e respondidas aqui pelo Cardozo, mas eu vou me prender basicamente em uma.

O senhor foi advogado da Igreja e também do Sr. Deputado Mário de Oliveira. E eu queria saber em que ações o senhor trabalhou defendendo-o, em que tipo de ação. O senhor relatou que trabalhou numa de ordem administrativa, que foi na legalização de 2 ou 3 fazendas que foram adquiridas pelo Dr. Mário de Oliveira. Eu gostaria de saber... E o senhor falou também que esse patrimônio, essas fazendas que foram adquiridas são compatíveis com o seu patrimônio. Não quis dizer qual a renda mensal que o pastor teria da Igreja.

Mas eu gostaria de saber, concretamente, quais ações que V.Exa. fez, patrocinou em defesa do Dr. Mário de Oliveira, ou a favor ou contra, e também o valor dessas 3 fazendas que foram adquiridas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - A pergunta é só essa, não? Bom, então já responde, bem sucintamente.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Pois bem, eu não era advogado do Mário de Oliveira. Quando ele precisava de advogado, eu advogava para ele, porque eu era advogado nacional da Igreja do Evangelho Quadrangular. V.Exa. quer saber só em relação pessoal, a ele, e não à Igreja?

O SR. DEPUTADO FERNANDO MELO - Só ele.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Em relação a ele, essas fazendas que ele comprou...

O SR. DEPUTADO FERNANDO MELO - Três fazendas.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não, 2 fazendas.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MELO - Duas fazendas?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Duas fazendas e um pedaço de terra em Minas Gerais que não pode ser considerado como fazenda. Uma casa que ele tem lá em Belo Horizonte, que ele comprou quando ele foi para Belo Horizonte,



há mais de 40 ou 50 anos atrás. Quando ele comprou essa casa, comprou barato, porque tinha problema de documentos. Ao lado da casa, tinha um outro terreno que ele comprou, que era um terreno que sobrou, alguma coisa da época do loteamento. Eu entrei com uma ação para poder fazer isso, para poder legalizar a casa. E, referente às fazendas, eu entrei para poder analisar a documentação da fazenda: se realmente era fazenda, se estava registrada em cartório, essas coisas todas. Quanto ao valor das fazendas, isso vai fazer muitos anos, eu não me lembro do valor.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MELO - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - Com palavra o Deputado Camarinha.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Sr. Deputado, eu achei muito objetivas as perguntas do colega Eduardo. Agora, rapidamente... Eu sei que estão exaustos, principalmente a Relatora. Alongam-se muito as perguntas, o debate — tudo no bom sentido. Eu serei breve também aqui.

O Prefeito de Contagem de que partido é, Deputado Carlos Willian?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O Prefeito de Contagem é do PSDB.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Do PSDB.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Ele que fez o convênio com a Igreja, ele que assinou?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É, ele, como Prefeito, na administração dele que foi feito o convênio.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Esse milagroso convênio que atropelou a ciência e o conhecimento médio da população conseguia sucesso em 15 dias na recuperação do viciado. Era do seu conhecimento o sucesso desses recuperados?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Eu tinha conhecimento da propaganda que se fazia de que tinha essa recuperação em 15 dias.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Porque ele colaboraria muito com o mundo, com o País, se ele levasse ao conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - Eu queria pedir que fizessem perguntas concisas e dessem respostas concisas também.



O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Correto. Outra coisa, Deputado. Essa gravação que V.Exa. cita é uma gravação com ordem judicial ou uma gravação ambiental?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não sei se é ordem judicial. O que ocorre nessa gravação...

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Quando o senhor cita a gravação.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É. O que ocorre nessa gravação, e pelo que a gente entende de Direito e o que está nos autos, não é gravação judicial, porque aqui disse que foram apreendidos junto com o Sr. Odair os documentos da carteira de motorista do Pastor Mário de Oliveira, do Deputado Mário de Oliveira, do seu motorista fulano de tal. Cita várias coisas que foram apreendidas. Como também foram apreendidos o documento de uma moto, foram apreendidos 2 telefones celulares — aqui não fala sobre os telefones celulares — e foi apreendido um *chip* que estava em poder do Sr. Odair. É esse *chip* que tem a gravação. Então, pelo que eu entendo que está aqui — meu telefone não está aqui —, tem telefones que você põe um *chip* e grava todas as conversas que for do seu interesse. Eu acredito que esse *chip*, e não existe autorização judicial. Eu acho, no meu entendimento.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Só para encerrar, nobre Deputado. V.Exa. não lembra o valor, mas eu tenho absoluta certeza que V.Exa. lembra o hectare das fazendas.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN- Seria mais fácil eu ter lembrado o valor do que os hectares. É difícil.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - O senhor foi o procurador para legalizar os documentos e não lembra nem o valor nem o tamanho da fazenda?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não é para legalizar os documentos, é para eu analisar os documentos para saber se realmente existe registro em cartório, se não existe registro em cartório, porque a fazenda existia e ele já tinha visto a fazenda.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - É próxima...



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Inclusive eu fui na fazenda. A fazenda é no Mato Grosso, no distrito do... Tem um rio famoso lá que é o mesmo nome do rio. Eu esqueci isso aí. Mas eu afirmo para o senhor categoricamente que foi a aquisição de 2 fazendas, com o patrimônio dele, pago com a renda dele, que deve ter sido colocado no Imposto de Renda, porque ele não deixa de colocar as coisas no... Ou seja, ele não deixa de declarar os seus bens, feita da forma mais ilícita, mais lícita possível.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Encerrando, então o senhor desconhecia também a amizade dele com o Odair. O senhor foi uma pessoa que advogou, foi de confiança, foi nomeado em cargos importantes dentro da estrutura do organograma do Estado de Minas Gerais, e nunca soube da amizade dele com o Odair?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Eu vou até mais profundo para o senhor, eu não só desconhecia a amizade dele com o Sr. Odair, e afirmo com o senhor que este período que eu estive com ele, ele não tinha amizade com o Sr. Odair.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Emitir conceito do Odair o senhor também não pode?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não conheço, nunca vi, não sei.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Muito obrigado.

O SR. ITAPUÃ PRESTES DE MESSIAS - Pela ordem, Sr. Presidente. Uma informação ao Conselho de Ética. Essa denúncia que se tratou aqui no caso da empresa, da ONG Jeová-Jiré e do Deputado Mário de Oliveira foi realmente feita, apresentada uma denúncia pelo ilustre representante do Ministério Público, cuja denúncia foi aceita pelo juiz de Direito da Comarca para em relação à instituição, e não foi aceita em relação ao Deputado Mário de Oliveira. Então, o Deputado Mário de Oliveira não está sendo processado. Uma última observação, agora para encerrar, também por uma questão de ordem. O Deputado de Oliveira, Mário de Oliveira, me fez uma recomendação no dia de hoje, que o Deputado Carlos Willian seria possivelmente uma vítima nesse processo e que, na condição de advogado, eu tomasse a cautela de não acusá-lo e não incriminá-lo. E este procedimento vem sendo adotado desde da nossa representação, quando dissemos que o segundo



depoimento, se existisse, não seria suficiente, nos seguintes termos: vale salientar, no entanto, que esse novo depoimento é muito mais importante para o aprofundamento das investigações do que servir de prova que possa incriminar ou inocentar quem quer que seja. Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - Pergunto ao Deputado Carlos Willian se gostaria de fazer mais alguma manifestação.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Eu gostaria de agradecer aos membros do Conselho, ao Sr. Presidente, à Sra. Relatora, ao nobre advogado, Dr. Itapuã Prestes de Messias, deixar claro mais uma vez que eu me sinto vítima de uma sistema que não posso responsabilizar quem quer que seja, não conheço o responsável, não sei quem é o responsável. Eu só espero que nós possamos elucidar com as provas e com os depoimentos que aqui foram colocados. E que não tenho, nem quero e nem posso acusar ninguém de ter feito ou deixado de fazer alguma coisa. O que eu tenho e o que eu falei são feitas em provas, inclusive sobre o atentado contra a minha vida, em relação a uma investigação da Polícia de Osasco que chegou ao meu conhecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Piau) - Eu agradeço a todos que aqui compareceram para ajudar no esclarecimento desse episódio.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.